

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



Rio de Janeiro - Ano 14 - Nº 42
Setembro - Dezembro - 2008

R454

***Revista Philologus /* Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 14, N° 42, (set./dez.2008) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 160 p.**

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)
Rua Visconde de Niterói, 512 / 97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e **www.filologia.org.br/revista**

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora:	Profa. Me. Cristina Alves de Brito
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça
Segundo Secretário:	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

José Mario Botelho	Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Carmem Lúcia Pereira Praxedes	Delia Cambeiro Praça
Antônio Elias Lima Freitas	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Afrânio da Silva Garcia

Diagramação, editoração e edição José Pereira da Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL
www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL	5
1. A importância da língua portuguesa para a inserção dos educandos da eja no mercado de trabalho – <i>Maria Veroza</i>	7
2. Atlas toponímico dos bairros Bahia, Bahia Nova e João Eduardo, em Rio Branco/AC: uma contribuição aos estudos da EJA - <i>Antonio Ari Araújo Sousa</i>	26
3. Clíticos, redobro e variação na ordem na língua CaIabi (família Tupi-Guarani) – <i>Nataniel dos Santos Gomes</i>	40
4. Conceitos fundamentais acerca de fatores de evolução linguística – <i>José Mario Botelho</i>	52
5. Contribuições da Filologia para o ensino de línguas – <i>Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i> e <i>Maria da Conceição Reis Teixeira</i> ...	66
6. De artibvs translationis conversionisqve: questões concernentes à tradução do texto poético – <i>Luiz Fernando Dias Pita</i>	79
7. Fronteiras Lexicais: Sugestão para uma delimitação dos prefixóides em português – <i>Paulo Mosânio Teixeira Duarte</i>	101
8. Literatura e oralidade: marcas do texto falado em <i>corpora</i> poético-literários sob a ótica da ciência linguística – <i>Gil Roberto Costa Negreiros</i>	118
9. O guarani e a interdisciplinaridade – <i>Raquel Naveira</i>	133
10. O imperativo gramatical em histórias em quadrinhos baianas – <i>Jeferson da Silva Alves</i>	141

RESENHA

1 Uma nova edição de Dom Casmurro – <i>Adelto Gonçalves</i>	157
---	-----

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 44 de sua *Revista Philologus*, com dez artigos e uma resenha, de autoria dos seguintes professores, filólogos ou linguistas: Adeldo Gonçalves (157-160), Antonio Ari Araújo Sousa (26-39), Gil Roberto Costa Negreiros (118-132), Jeferson da Silva Alves (141-156), José Mario Botelho (52-65), Luiz Fernando Dias Pita (79-100), Maria da Conceição Reis Teixeira (66-78), Maria Veroza (7-25), Nataniel dos Santos Gomes (40-51), Paulo Mosânio Teixeira Duarte (101-117), Raquel Naveira (133-140) e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (66-78).

Sinteticamente, podemos informar que este volume apresenta os seguintes artigos e resenha:

O primeiro artigo trata da importância do domínio da norma culta da Língua Portuguesa para a aquisição de uma vaga no mercado de trabalho;

O segundo artigo trata da toponímia no Rio Branco (AC) a partir de pesquisa histórica em fontes primárias, buscando o significado histórico dos nomes conferidos às ruas, agrupando-os nos campos semânticos da política, religião e outros;

O terceiro trata da Descrição da morfologia e da sintaxe do caiaibi, a partir de um enfoque gerativista, abordando questões como a ordem oracional, o redobro dos elementos pronominais e o fenômeno dos clíticos de segunda posição;

O quarto trata de fatores de evoluções linguísticas do português, tomando como ponto de partida a evolução da língua latina, focalizando, especialmente, os metaplasmos;

O quinto trata da contribuição da filologia para o ensino de língua, concluindo que conhecer a trajetória histórica e quais foram os resultados em distintas línguas faz com que o leque de aprendizado delas se abra;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O sexto trata dos procedimentos usados em traduções próprias ou alheias em diversas línguas, privilegiando-se a fidelidade à forma ou ao conteúdo dos textos em apreço;

O sétimo trata das várias concepções de prefixóide com base nos critérios de pauta acentual, flexão, formação de derivados, recomposição, braquissemia sintática etc.;

O oitavo trata da adoção do texto literário como *corpus* recorrente nas pesquisas e discussões da Linguística, principalmente porque seus autores quase sempre empregam a língua do cotidiano, muito próxima da modalidade falada, em suas obras;

O nono trata da língua e cultura guarani, propondo o seu ensino nas aldeias onde essa língua é comum entre os indígenas do Mato Grosso do Sul e propõe o estudo da temática guarani nas escolas;

O décimo trata da expressão variável do imperativo singular em histórias em quadrinhos baianas, principalmente em Salvador e na região rural de Jacobina;

Por fim, a resenha, que apresenta uma edição anotada, ilustrada e comentada do livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, publicado pela Ateliê Editorial.

A Direção da *Revista Philologus* e do CiFEFiL pede a contribuição a sua contribuição com as críticas e sugestões para que os seus serviços possam melhorar, apesar dos poucos recursos de que dispõe. Além disso, lembra que todos estes artigos estão disponibilizados na Internet (<http://www.filologia.org.br/revista>) para que um maior número de usuários possa usufruir deles.

Rio de Janeiro, dezembro de 2008.

José Pereira da Silva

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA
PARA A INSERÇÃO DOS EDUCANDOS DA EJA
NO MERCADO DE TRABALHO**

Maria Veroza (IDM)¹
lessaluisa@yahoo.com.br

RESUMO

É imprescindível o uso de uma língua como meio de comunicação humana. É por meio dela que as pessoas expressam sentimentos, atos, conhecimentos. Sendo assim, o *corpus* do presente artigo trata da importância do domínio da norma culta da Língua Portuguesa para a aquisição de uma vaga no mercado de trabalho, na visão de professores e alunos da EJA, na escola João Paulo II, em Rio Branco, Acre. A pesquisa ampara-se no método qualitativo, com a utilização de dois questionários, os quais revelaram ser domínio da norma culta da Língua Portuguesa decisivo à aquisição de vaga no mercado de trabalho. Assim, compreende-se a linguagem e a educação são fios que se cruzam no mundo do trabalho, elos inseparáveis sem os quais as ciências e os saberes não se traduzem. Por isso se diz que os usos da linguagem se organizam em práticas sociais, mais ou menos estabelecidas, disciplinadas e institucionalizadas. O pouco caso a esse mundo do conhecimento acarreta dificuldades aos profissionais na inserção ao mercado de trabalho, conforme apontam os resultados alcançados no universo dessa pesquisa.

Palavras-Chave: Língua Portuguesa, Norma Culta, Mercado de Trabalho.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade passa por fases, momentos de fulgor em determinadas áreas do conhecimento humano. Houve um tempo em que as grandes empresas prestigiavam empregados com maior conhecimento em Língua Inglesa. A Língua Francesa também viveu tempo de apogeu. Todavia, à medida que o mundo evolui, às necessidades do mercado de trabalho ganham novas dimensões. É importante conhecer outros idiomas. Mas é fundamental, ao trabalhador atual, talvez mais do que antes, possuir bom domínio de sua língua nativa.

¹ Trabalho resultante de monografia de pós-graduação apresentada à Profa. Dra. *Luísa Galvão Lessa* (IDM/UFAC).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Hoje, as empresas perceberam o grande equívoco em exigir o domínio de uma língua estrangeira para o candidato a uma vaga no mercado de trabalho, relegando para segundo plano o domínio na língua pátria. Nenhum profissional poderá ser bem sucedido quando não é capaz de se expressar eficientemente em sua língua nativa. E, apesar de saltarem aos olhos, no momento de uma entrevista de trabalho, o pouco domínio do padrão culto da língua, como grandes inimigos, também se agigantam as dificuldades que têm às pessoas em articular o pensamento de maneira clara, precisa, coesa. Então, dominar a língua pátria tornou-se um desafio do mundo do trabalho. No Brasil, essa realidade se assemelha a de outros países.

O processo educacional de hoje privilegia a norma de bem falar e bem escrever a língua pátria. Isso para qualquer campo do saber, posto que nenhuma ciência, nenhum ofício se expressa por outra forma que não que não seja pela linguagem. E o mundo do trabalho elege o bom domínio da língua pátria como requisito prioritário ao sucesso profissional e, conseqüentemente, à obtenção de uma vaga no mercado de trabalho.

Na leitura de artigos, resenhas, dissertações, ensaios sobre o assunto, percebe-se que a mídia nacional aborda o padrão culto da língua como um fator de seleção, tendo em vista o bom currículo dos candidatos às vagas de trabalho no mercado brasileiro. Assim, o domínio insuficiente do padrão culto da língua portuguesa tem elevado o índice de reprovação desses candidatos. Por vezes esse índice, em algumas empresas, tem alcançado o assustador patamar de 70%. A Revista *Veja*, uma das mais conceituadas do país, em reportagem no ano de 2007 (12 /09/07, p. 89), afirma o seguinte “Nas grandes corporações os testes de admissão concedem à competência lingüística dos candidatos, muitas vezes, o mesmo peso à aptidão para trabalhar em grupos.”

Dessa forma, torna-se evidente que a inserção no mercado de trabalho não depende tão somente de conhecimentos técnicos, mas, também, do bom domínio da Língua Portuguesa. As empresas ajustam às necessidades funcionais à fluência do empregado na língua nativa. Este deverá saber adequá-la, segundo as situações de uso. Há empresas que solicitam, como testes, a conjugação de verbos, outras fazem ditados de palavras da língua portuguesa e até mesmo da lín-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gua inglesa. Todavia, a grande maioria delas pede mesmo é a elaboração de uma redação, como acontece nos concursos públicos. É na expressividade escrita que será avaliada a capacidade crítica e reflexiva da pessoa, perante os fatos da vida ou linhas de pensamento teórico.

Não há dúvida de que a produção de um texto é, de fato, uma excelente forma de se avaliar um candidato à determinada vaga de trabalho. Pois além dos aspectos gramaticais é possível verificar se ele conhece os mecanismos de coesão, coerência, além dos elementos estruturais que compõem a tipologia de um texto. Pois esses elementos são capazes de demonstrar o grau de conhecimento que uma pessoa possui do idioma, além de denotar a capacidade crítica, criativa, reflexiva, em face de situações contextualizadas, capazes de denotar o domínio que possui o utente da língua vernácula.

Feitas essas considerações preliminares, deixa-se claro a importância da pesquisa aqui proposta, que é verificar através de uma pesquisa qualitativa, no meio escolar, qual disciplina é prioritária para a inserção de profissionais no mercado de trabalho. Saber qual a variante linguística mais valorizada atualmente, como também os métodos avaliativos pelos quais os educandos passam em processos avaliativos, na visão de professores e alunos do Ensino Médio da EJA (Educação de Jovens e Adultos) da Escola João Paulo II.

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS: A EJA E O MUNDO DO TRABALHO

Neste tópico, ressalta-se a importância do tema proposto no artigo, que irá desvelar, através de pesquisa qualitativa, método inquiridor, a variante linguística mais valorizada por estudantes e professores da EJA, na escola João Paulo II. Indagam-se, para um universo de doze alunos e seis professores do Ensino Médio, quais os requisitos fundamentais ao preenchimento de uma vaga no mercado de trabalho. Para se alcançar resultado fidedigno optou-se pela Pesquisa de Campo, com a utilização de dois modelos de questionários, cada um contendo seis perguntas. As indagações dizem respeito à importância da Língua Portuguesa na inserção de profissionais no mercado de trabalho.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Os dados colhidos, na rede de pesquisa, serão computados e representados por gráficos e tabelas, propiciando maior visibilidade dos resultados alcançados. Que eles possam vir a comprovar a hipótese principal, qual seja: a importância do domínio do padrão culto da Língua Portuguesa para a inserção de profissionais no mercado de trabalho.

Desse modo, considerando que os educandos da EJA são, na sua maioria, jovens e adultos trabalhadores, e que respondem pelas principais funções da EJA – reparadora, equalizadora e qualificadora – não poderiam ficar fora da discussão sobre a importância da Língua Portuguesa para a inserção desses educandos no mercado de trabalho. É uma modalidade cujo princípio básico fundamenta-se na inclusão social. E esta se faz pela oportunidade de o ser humano adquirir formação institucionalizada, ter um trabalho digno, que gere renda e possibilite o sustento da família e, conseqüentemente, enseje uma vida digna.

Como a EJA é uma modalidade de ensino que visa à formação integral de pessoas, para o pleno exercício da cidadania, bem como para oportunizar a inserção no mundo do trabalho, evidencia-se, assim, sua importância social e educacional. Ademais, a EJA propicia aos alunos o acesso aos bens culturais acumulados pela humanidade, ao longo da história. Dentre eles o domínio da língua materna, para que estes a utilizem de forma correta, na busca de melhores condições de vida, exercendo, assim, a cidadania plena, de fato e de direito. Segundo Vieira e Alves (1995, p. 14, *Apud* Ribas, 2005, p. 53) “o mercado de trabalho valoriza o trabalhador possuidor de um grau de instrução mínimo que lhe permite estar continuamente aprendendo e entendendo as mudanças tecnológicas da sua função.”

Das leituras empreendidas, à feitura deste artigo, percebeu-se ser importante, para a cidadania de qualquer pessoa, ter um trabalho. Entretanto, para uma pessoa ingressar no mercado de trabalho alguns requisitos é essencial, como ter conhecimentos em informática, manter bom relacionamento com os clientes e ser capaz de resolver problemas. Também, a boa expressividade, oral e escrita, aumenta as chances de obtenção de vaga de trabalho, além de ser garantia ao sucesso profissional. É como afirma reportagem da Revista Veja (12/09/2007, p. 88)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dominar a norma culta de um idioma é plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas. Engenheiros, médicos, economistas, contabilistas e administradores que falam e escrevem certo, com lógica e riqueza vocabular, tem mais chance de chegar ao topo do que profissionais tão qualificados quanto eles, mas sem o domínio da palavra.

E por que é importante manejar bem o idioma pátrio? Porque o ser humano vive numa sociedade letrada, que exige o domínio da língua escrita. Então, se alguém quiser investir numa carreira profissional, deve desenvolver a capacidade de bem falar e bem escrever o seu idioma nativo. Essa tarefa não é algo impossível, todos podem aprender a escrever bem, não é questão de sorte ou talento. Não se trata de aprender a ser poeta ou escritor – não se fala de literatura, que exige outras qualidades de quem escreve – trata-se de pessoa comum, que deseja se expressar de modo claro, correto, tanto num relatório de trabalho, como numa correspondência comercial, trabalho de faculdade, redação para o vestibular, entrevista de emprego. Para esses casos, claro, é possível aprender, em pouco tempo, as técnicas básicas da boa escrita. Depois, é praticar e ler com atenção para ver como as outras pessoas elaboram seus textos e se expressam com elegância e correção.

No mundo atual, onde a comunicação é ferramenta indispensável, expressar-se bem em sua própria língua é um requisito indispensável ao sucesso profissional. Segundo Vicentini (1997, p. 147), “precisa-se a cada dia de menos trabalhadores, porém de profissionais mais qualificados”. Isso mostra que já passou o tempo em que estudar português era apenas uma tarefa escolar. Hoje é questão de sobrevivência no mundo globalizado. Quem se expressa com desenvoltura e correção ganha espaço, em detrimento daqueles que não possuem a mesma habilidade. É o mercado que seleciona os melhores profissionais.

A norma, à luz dos teóricos

O artigo não tem a pretensão de abordar os inúmeros aspectos envolvidos nas questões de língua, linguagem e norma. Objetiva apreciar, à luz dos teóricos, questões ligadas diretamente ao mercado de trabalho, em especial quando este privilegia, nos seus empregados, um padrão linguístico, aquele denominado ‘culto’, que os utentes de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

uma língua devem conhecer. Caminha-se tão somente no sentido de trazer modesta contribuição para subsidiar a questão da valorização do uso lingüístico de maior prestígio social. Pois, numa sociedade de grandes diferenças e extratificação sociais, como a brasileira, o domínio da norma padrão da língua tornou-se sinônimo de *status quo* de poder. “A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos,mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos”.(Bourdieu, *Apud* Sena, 2001, p. 27). Devido a isso, a língua é imprescindível para a troca de um emprego por outro e também para se ocupar os cargos com melhores remunerações.

Para enfatizar o valor da linguagem, na vida social, reflete-se, inicialmente, o conceito de norma, na visão do lingüista romeno Eugênio Coseriu (1979), que propôs um acréscimo à dicotomia saussuriana. Sua tricotomia vai do mais concreto – fala uso individual da norma - ao mais abstrato, que é a língua, sistema funcional, passando por um grau intermediário: a norma, ou seja, uso coletivo da língua. Em outras palavras, há realizações consagradas pelo uso e que, portanto, são normais em determinadas circunstâncias lingüísticas, previstas pelo sistema funcional.

Logicamente é essa norma que o falante se prende, de forma imediata, conforme o grupo social do qual faz parte e a região onde vive. A norma seria, assim, um primeiro grau de abstração da fala. Considerando-se a língua (o sistema) um conjunto de possibilidades abstratas, a norma seria então um conjunto de realizações concretas e de caráter coletivo da língua.

A norma são modelos abstratos não manifestações concretas, e representam obrigações impostas numa dada comunidade sócio-lingüístico-cultural. Inclui elementos não relevantes, mas normais na fala dessa comunidade. Dessa forma, se constitui como realização coletiva, tradição, repetição de modelos anteriores, estabelecendo códigos e sub-códigos para diferentes grupos de uma mesma sociedade. A pesar de a norma ser convencional e opcional, torna-se uma opção dentro de um grupo a que pertence o falante. Preserva seus aspectos comuns e elimina tudo o que, na fala, é inédito, individual.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

De outra parte, considera-se, também, que a imposição da chamada *norma culta*, em detrimento de outras normas, configura a perda da identidade de um determinado segmento social. Com isso, não se consegue uma compreensão mais completa dos fatos lingüísticos permitidos pelo sistema que oferta uma língua. Ao mesmo tempo, deixar de ministrá-la impede-se o acesso de uma pessoa a um estrato social considerado superior e impede, também, seu acesso à tradição cultural escrita. Num caso e no outro, há prejuízo no desenvolvimento da competência comunicativa e, conseqüentemente, insucesso no mundo do trabalho.

Deseja-se, com esse trilhar teórico, demonstrar, ao mundo educacional da EJA, que ele não pode prescindir do ensino vernacular, inculcando nos estudantes a importância do idioma pátrio no sucesso de profissões e ofícios. Escuta-se de muitos professores, das mais diversas áreas do conhecimento, que a grande dificuldade dos alunos não é propriamente com a matéria em si, mas com os enunciados que eles não sabem decodificar para traduzi-los à luz da competência das disciplinas. E, se assim se passa no universo escolar, acontece, também, com a vida das pessoas fora da escola.

Em face da necessidade de se conhecer mais e profundamente uma dada língua, é importante saber que ela possui variantes (ou subcódigos) dentro de um mesmo domínio lingüístico. Segundo Co-seriu (1979), essas variantes são de dois tipos principais: *diatópicas* (variantes ou normas regionais) e *diastráticas* (variantes culturais ou registros).

As variantes diatópicas caracterizam as diversas normas regionais existentes dentro de um mesmo país e até dentro de um mesmo Estado, como o falar gaúcho, o falar mineiro, o falar acreano, carioca etc. Por exemplo, “cair um tombo”, no Rio Grande do Sul; “levar um tombo”, no Rio de Janeiro. Enquanto as variantes diastráticas, intimamente ligadas à estratificação social, evidenciam a variedade de diferenças culturais dentro de uma comunidade e podem subdividir-se em norma culta, padrão (ou nacional), norma coloquial (tensa ou distensa) e norma popular (também chamada de vulgar).

Da mesma forma que uma língua ganha feições próprias para traduzir grupos regionais e culturais, também aponta padrões de uso dentro da pirâmide social. São esses registros de usos que a gramáti-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

ca consagrou como norma lingüística. Ela não é uma, porque a sociedade também não é. Assim, têm-se as seguintes normas:

a) A *norma culta* - a modalidade escrita empregada na escola, nos textos oficiais, científicos e literários. Baseada na tradição gramatical é a variante de maior prestígio sociocultural;

b) A *norma coloquial* - aquela empregada oralmente pelas classes médias escolarizadas. Viva e espontânea, seu grau de desvio em relação à norma culta pode variar conforme as circunstâncias de uso;

c) A *norma popular* - caracteriza a fala das classes populares semi-escolarizadas ou não-escolarizadas. Nessa modalidade, o desvio em relação à norma gramatical é maior, caracterizando o chamado “erro”.

Há para considerar, também, as variantes diafásicas, que dizem respeito aos diversos tipos de modalidade expressiva, como familiar, estilística, de faixa etária etc.

É dessa forma que Coseriu (1979) define o sistema lingüístico como um conjunto de liberdades e de possibilidades que se abrem para um falar compreensível numa comunidade, colocando como secundário o caráter de imposição. E, ao ressaltar o papel da norma, para o uso da linguagem, diz (1979, p. 74) “*mais que impor-se ao indivíduo, o sistema se lhe oferece*”. A norma, por sua vez, como conjunto de realizações obrigatórias, consagradas e compartilhadas dentro dessa mesma comunidade de falantes, assumiria um papel de tirano, de restrição.

O sistema é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados de um falar compreensível numa comunidade. A norma, em troca, é um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente. Não corresponde ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada. O sistema abrange as formas ideais de realização d’uma língua, enquanto a norma, em troca, corresponde à fixação da língua em moldes tradicionais. E, neste sentido, precisamente, a norma representa a todo o momento o equilíbrio sincrônico – externo e interno – do sistema lingüístico.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Vê-se, então, de tudo que aqui se afirma, que o pensamento e a vida estão mais ligados à linguagem do que em geral o falante supõe. A força viva da palavra não só transmite, mas até mesmo gera e preserva, em interação dinâmica, o que se pensa e se sente, ou seja, aquilo que se pode pensar e sentir. Sem a palavra, a percepção da realidade se torna confusa ou nem sequer chega a ocorrer.

A linguagem em Mikhail Bakhtin e Paulo Freire

Mikhail Bakhtin (1986) e Paulo Freire (2001) concebem a linguagem como essencialmente dialógica. Suas idéias sobre o homem e a vida são marcadas pelo princípio de que a interação entre os sujeitos é o princípio fundador tanto da linguagem como da consciência. O sentido e a significação dos signos (amplamente entendido como sons, gestos, imagens, palavras e silêncio) dependem da relação entre sujeitos e são construídos na interpretação dos enunciados. Nessa perspectiva, o centro da interlocução deixa de estar polarizado entre o eu e o tu – emissor e receptor – passando a estar inserido num movimento dialógico na comunicação em torno do significado.

Em última análise, significa reconhecer que o interagir é mais do que simplesmente enviar e responder mensagens. É entender emissão e recepção como espaços recursivos, já que emissor e receptor passam a fazer parte de um processo de relações interligadas por fios dialógicos. Tais relações são sempre relações em processo, isto é, estão sempre se confrontando, fazem-se e desfazem-se, constroem-se e desconstroem-se, em jogos simultâneos, dinâmicos e dialógicos.

Assumir essa ótica na educação gera desafios. No campo educacional, tradicionalmente a comunicação tem apresentado um caráter linear, impositivo e monológico. Para Bakhtin, monologia é a qualidade dos discursos autoritários em que um único sentido sobressai, impedindo que os demais venham à tona. As partes são dicotomizadas em emissor (propositor da mensagem) e receptor (receptáculo acrítico do primeiro). Na prática, percebe-se que o diálogo restringe-se a um plano inferior de detalhamento ou esclarecimento de discursos prontos, oriundos de um único emissor, e a língua passa a ser um instrumento de reprodução do sistema de dominação vigente.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na perspectiva de Freire, para que o diálogo realmente aconteça é condição que os sujeitos tenham um campo de significados em comum. “Em relação dialógico-comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam, como já vimos, através de um mesmo sistema de signos linguísticos” (Freire, 2001, p. 67).

Ademais, Freire (1987) critica o monologismo da comunicação, quando afirma que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção. Para ele ensinar exige criticidade e respeito à autonomia do ser do educando. Caso contrário, serão feitos comunicados, extensão e invasão cultural, e não uma verdadeira comunicação. Para Freire (2001), o homem é um ser de relações, que, desafiado pela natureza, transforma-a com seu trabalho, criando o mundo da cultura. E ao criar o mundo do trabalho e da cultura ele se percebe, historicamente, imerso na contradição opressor-oprimido, advindo daí a necessidade de sua superação.

É impossível, na perspectiva freiriana, compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. Em vista disso, a educação é concebida como um ato político e de comunicação – e não de extensão – pois a comunicação “implica uma reciprocidade que não pode ser corrompida” (Freire, 2001, p. 67). Comunicação é educação, é diálogo, “na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 2001, p. 69).

Na visão de Freire, a educação está inserida na sociedade e não descolada e reduzida a uma função capitalista de mero treinamento/ajustamento para o trabalho. O capitalismo faz uma educação do tipo “bancária”, que representa “a inconciliação educador-educandos”. Sob essa ótica, a educação serviria para auxiliar o processo de transformação, de mudança.

Assim, a mudança também se dá a partir do campo da consciência e, mais precisamente, da linguagem. No livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire coloca que: “Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles um novo pronunciar” (Freire, 1987, p. 78).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dizer a palavra – que é também trabalho, é práxis, é transformação do mundo – não é privilégio de alguns, mas direito de todos. É por meio de um autêntico diálogo amoroso, crítico e reflexivo que se dá o processo de conscientização e de humanização, fim último da educação, que, para Freire, ocorre quando o ser humano, distanciando-se de seu mundo vivido, problematizando-o, decodificando-o criticamente, no mesmo movimento da consciência, redescobre-se como sujeito instaurador do mundo e de sua experiência.

Contudo, a conscientização não significa dissertar sobre conteúdos e doar aqueles saberes que nada têm a ver com os anseios, desejos, necessidades, esperanças e temores do povo. Para que haja uma comunicação real e não alienadora entre educador e educando é necessário que se estabeleçam, de comum acordo, aqueles conteúdos (temas geradores) que serão trabalhados; e esse processo investigativo implica uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora.

Nessa perspectiva, Freire considera essencial que o educador dialógico, atuando como membro de equipe interdisciplinar, contribua para problematizar esse universo temático recolhido na investigação, ao invés de simplesmente devolvê-lo como dissertação aos homens de quem o recebeu. Em vista disso, critica o elitismo das lideranças sobre as massas oprimidas, mesmo em situações ditas revolucionárias, pois não é revolução o que na prática se configura como dominação. Para ele, uma liderança que não é dialógica estará mantendo o “dominador” dentro de si mesmo, como uma sombra.

Bakhtin (1986) aprofundou os estudos sobre a relação entre infra-estrutura e superestrutura por meio da linguagem e da consciência. Para ele, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos bens de consumo, “existe um universo particular, o universo dos signos” (Bakhtin, 1986, p. 32). Por sua vez, um signo “não existe apenas como parte de uma realidade. Ele também reflete e retrata outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico” (Bakhtin, 1986, p. 32).

A partir dessa premissa, resta perguntar: de onde vem o ideológico ou o signo? Para Bakhtin (Bakhtin, 1986, p. 36), “a consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No entender de Bakhtin, a palavra é concebida como signo e, como tal, deve ser percebida como originária da relação social, e está presente em todos os atos de compreensão e de interpretação. Dessa maneira, como os signos mediam a relação do homem com sua realidade – como material semiótico de sua consciência –, toda atividade mental do sujeito pode ser expressa sob a forma de signos, exteriorizando-se por meio de palavras, mímica, ou outro meio, decorrente do discurso interior.

O discurso não é individual, ocorre entre interlocutores. A linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica concreta, em que se interpenetram a enunciação, as condições de comunicação e as estruturas sociais, nas quais seu significado se realiza – nas e pelas interações entre sujeitos. Essa tentativa de compreender as relações linguagem e sociedade, num complexo diálogo entre a existência e a linguagem, o mundo e a mente, o que é dado e o que é criado, o mundo da experiência em ação e a representação do mundo no discurso. Fato que possibilita compreender a impossibilidade de uma formação individual sem alteridade, numa evidência da presença do outro na delimitação do mundo interior.

O mundo do trabalho

Com o advento do crescimento da tecnologia, parte da mão-de-obra humana foi substituída pelas máquinas, gerando mais desemprego, competitividade e, conseqüentemente, mais exigência de qualificação profissional. Pois até a I Revolução Industrial as pessoas aprendiam uma profissão apenas vendo outras trabalharem. Elas precisavam estudar para aprender um ofício. Foi a partir da criação das máquinas que os artesões não conseguiram mais fazer produtos que competissem, com equidade. A partir de então, abandonaram seus ateliês em busca de emprego nas indústrias. Com isso, “torna-se necessário falar e escrever em um idioma comum (a língua oficial da pátria, isto é, do Estado-Nação) e saber, no mínimo, aritmética para se trabalhar com dinheiro e economia de mercado” (Vicentini, 1997, p. 147).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Após a implantação do modelo japonês², o qual tem como princípio produzir mais em menos tempo, utilizando o mínimo de trabalhadores, afunilou-se, cada vez mais, a quantidade de vagas disponíveis no mercado. Este passou a exigir trabalhadores ainda mais qualificados, porque precisavam conhecer “todos os aspectos da produção, como a fabricação, a manutenção, o controle de qualidade e a gestão da produção” (Pacheco, 2007, p. 15). Esse novo momento exige dos profissionais habilidades não só técnicas, mas em diversas áreas, eles precisam pensar, agir e, principalmente, se comunicar com agilidade, precisão. Para tanto é mister que dominem bem a língua materna, já que esta possui suas especificidades para cada situação de uso e contexto. É por meio dela que serão produzidos os textos: relatórios, *e-mails*, atas, listas de compra e de venda de produtos e serviços, elaboração de projetos.

Compreende-se que todos os empregados são responsáveis pelo sucesso ou insucesso da empresa. “O que interessa ao empresário é menos um trabalhador qualificado, no sentido de especializado, e mais competente, no sentido capaz de pensar e agir criticamente” (Pacheco, 2007, p. 52). Sendo assim, aqueles que não têm habilidades linguísticas, para se comunicar com rapidez e segurança, serão excluídos do mercado de trabalho. É uma realidade que afirma a *folha de São Paulo* (25/2/90, *Apud*, Gerald, 1996, p.35)

A dificuldade em dominar o léxico e as estruturas da língua se reflete inexoravelmente em sua capacidade de compreensão, de raciocínio de trabalho e em seu comportamento social. Numa palavra, limita a sua autonomia individual ao mesmo tempo em que estreita violentamente o seu acesso a todo tipo de oportunidade desenvolvimento pessoal.

Descortina-se, nesse panorama, a importância para que os educandos EJA conheçam a língua pátria e suas especificidades, sob pena de ficarem à margem do processo social, como aconteceu com tanta gente, estudantes que hoje procuram recuperar algo que se perdeu no tempo, quando deixaram os bancos escolares e se vêm excluídos do mercado de trabalho.

² Toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Análise dos dados

A análise dos dados se deu pela leitura rigorosa dos questionários aplicados aos professores e alunos, em escola da EJA João Paulo II, na capital do Acre, Rio Branco, onde se constatou que dentre as disciplinas da grade curricular, a Língua Portuguesa é considerada prioritária à inserção de profissionais no mundo do trabalho, visto que as empresas exigem funcionários qualificados. Dentre as qualificações exigidas está o emprego adequado da língua, seja no atendimento ao público, na produção de um relatório e até mesmo durante a seleção - o candidato deve responder oralmente a uma série de perguntas no momento da entrevista, resolver provas objetivas, ditado de palavras. Foram esses os métodos avaliativos pelos quais os educandos disseram ter passado durante processos avaliativos para a aquisição de emprego. Também foram exigências: compreensão de texto e de enunciados das questões propostas. Isso sem contar com a redação, onde é cobrado o domínio de elementos constitutivos do texto e aspectos gramaticais. Dessa forma, fica evidente que dominar a norma culta faz muita diferença numa entrevista ou prova para aquisição de vaga no mercado de trabalho. Mais de 70% da pontuação está centrada no domínio da Língua Portuguesa, na feição oral ou escrita.

Em relação ao domínio da variante padrão, constatou-se ser ela decisiva para a inserção de profissionais no mercado de trabalho. É nesse padrão que são preparadas as provas, em todos os campos do conhecimento. E considerando que todo processo seletivo tem um tempo de realização, ou seja, o candidato tem no máximo quatro horas para ler, responder inúmeras questões, aquele que possui maior habilidade de leitura³ e produção textual leva vantagens em relação aos demais. Conforme Rossi-Landi (1985) a língua é como ter dinheiro no bolso você pode entrar em qualquer loja e comprar o que quiser; quem a domina pode utilizá-la adequadamente quando e onde for necessário.

A pesquisa também revelou que a formação técnica é indispensável para a inserção de profissionais no mundo do trabalho, ten-

³ Quando nos referimos à leitura estamos falando em ler e compreender o que está escrito no texto e não apenas em decifrar códigos da escrita.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do em vista as especificidades de cada área. Entretanto, somente os conhecimentos técnicos não são suficientes, pois, o futuro profissional deve saber informática, matemática básica, língua estrangeira, redação oficial, como ata, memorando. Por isso, conforme Pacheco (2007, p. 69) “os trabalhadores necessitam de uma formação mais ampla, com maiores e melhores conhecimentos, com alta capacidade de raciocínio, comunicação e com habilidades para solucionar problemas.” Suprindo, assim, as necessidades do mercado contemporâneo qual valoriza as qualidades pessoais do trabalhador.

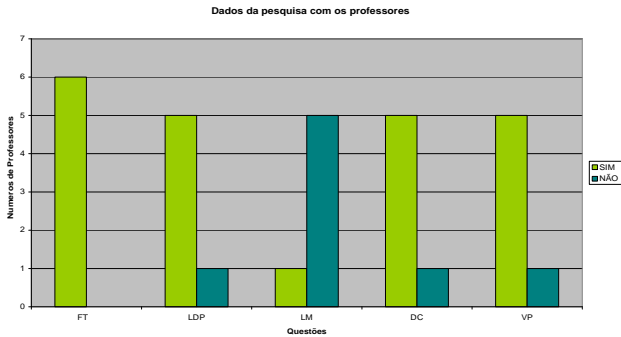
Quanto aos conhecimentos de língua materna, adquiridos pelos alunos da EJA, durante a educação básica, constatou-se que são insuficientes para eles disputarem uma vaga no mercado de trabalho, em condições de igualdade com os demais educandos do Ensino Regular. O que é preocupante, porque se a função da Educação de Jovens e Adultos é proporcionar inclusão social para as pessoas que ficaram à margem da sociedade, através da formação educacional, fica visível que os estudantes da referida modalidade possuem, apenas, a certificação.

Falta-lhes, portanto, a educação de qualidade, maiores investimentos, para que os educandos egressos da EJA possam, realmente, possuir conhecimentos não somente em língua materna, mas em todas as áreas. O que dará a eles condições igualitárias de inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, terão seus direitos respeitados: educação de qualidade, preparação ao exercício de cidadania, como também para o trabalho, como afiança a Constituição Federal de 1988.

Os dados analisados podem ser sintetizados nos três gráficos que se seguem, para uma visão mais ampla dos resultados alcançados, junto aos professores e alunos, quanto à importância do bom domínio da Língua Portuguesa para aquisição de uma vaga no mercado de trabalho.

Gráficos

Gráfico 1 – Pesquisa com professores



Chave de leitura:

FT = FORMAÇÃO TÉCNICA

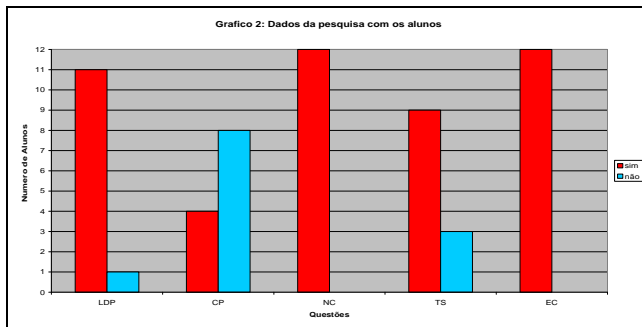
DP = DISCIPLINA PRIORITÁRIA

LM = CONHECIMENTO ADQUIRIDO PARA A INSERÇÃO NO MERCADO

DC = DOMÍNIO DA NORMA CULTA

VP = VARIANTE DE PRETÍGIO

Gráfico 2 – Pesquisa com alunos



Chave de leitura:

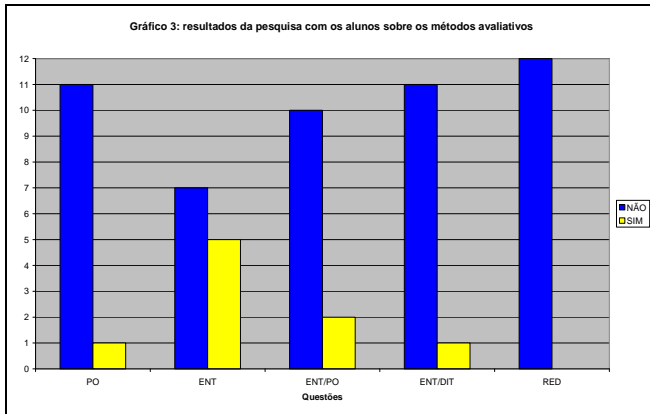
LDP=LÍNGUA PORTUGUESA COMO DISCIPLINA PRIORITÁRIA

CP=CONTEÚDOS APRENDIDOS NO ENSINO MÉDIO

NC= DOMÍNIO DA NORMA CULTA TS= TESTE SELETIVO

EC=EMPREGO CORRETO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Gráfico 3 - Resultados dos métodos avaliativos



Chave de leitura:

PO=PROVA OBJETIVA

ENT=ENTREVISTA

ENT/PO=ENTEVISTA E PROVA OBJETIVA

ENT/DIT=ENTREVISTA E DITADO DE PALAVRAS

RED=REDAÇÃO

CONCLUSÃO

Ao final do artigo, chega-se à conclusão que para viver e trabalhar numa sociedade altamente urbanizada e tecnológica, como esta do século XXI, é fundamental um domínio cada vez maior da leitura e da escrita em língua materna. As crianças, adolescentes e jovens, terão que saber comunicar-se usando palavras, números e imagens. Saber ler e escrever não é simples problema de alfabetização, é uma urgente questão de sobrevivência em trabalho.

A capacidade de compreender e atuar no entorno social requer leitura, tanto para saber explicar acontecimentos do ambiente, bem como para compreender pessoas nele inseridas. Pois atuar como cidadão é ser capaz de buscar respostas, de solucionar problemas, de operar, alterar e modificar o mundo. Significa ser sujeito da história, uma história perene de linguagens, onde vence, com êxito, aquele

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que possui maior domínio, amplo conhecimento dos diversos usos e possibilidade que a língua coloca à disposição de seus usuários.

Então, o que se enfatiza, neste trabalho, é a importância de se conhecer a língua materna e suas variedades, enfocando a variante padrão como aquela de maior prestígio na sociedade, sem discriminar as demais formas de linguagem. Verifica-se, portanto, que a maior cobrança para a inserção de um profissional, no mercado de trabalho, na sociedade contemporânea brasileira – feita em vestibulares e concursos – é o domínio da norma culta da língua portuguesa.

Nesse sentido, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006, p. 6) enfatizam: “sendo a leitura e a escrita bens relevantes e simbólicos, o não acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena”. Logo, deixar de ensiná-las é contribuir para a exclusão social dos educandos. Assim, o trabalho realizado com a língua portuguesa não deve ser realizado visando, apenas, à aquisição de bens materiais. Antes, deve o idioma ser olhado como um elemento capaz de integrar as pessoas dentro de um corpo social, tornado-as cidadãs de suas vidas e destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, Secretaria de Estado de Educação: Coordenação de Educação de Jovens e Adultos. *A política e a organização da educação de jovens e adultos no Acre*. Rio Branco, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica: *Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*, v.1. Brasília, 2006.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1979.

———. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1982.

FARACO, Carlos Alberto et al. (Org.). *Diálogos com Bakhtin*. Curi-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

tiba: UFPR, 2001.

FEENBERG, Andrew. *Teoria crítica da tecnologia: nota autobiográfica*. Texto original “Critical theory of technology”. Trad.: Equipe de Tradutores do Colóquio Internacional “Teoria Crítica e Educação”. São Paulo: UNIMEP, UFSCar, UNESP. 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

———. *Extensão ou comunicação?* 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

———. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: UNESP, 2000.

PACHECO, Dalmir. *Trabalho, educação e tecnologia*. Manaus: CEFET-AM/BK, 2007. Presença/ EDUSP, 1979.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. *A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas*. Trad.: Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo:1985.

SENA, Odenildo. *Palavra, poder e ensino da língua*. 2ª ed. Manaus: Valer, 2001.

VICENTINI, J. Willian. *Sociedade e espaço: geografia geral e do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**ATLAS TOPONÍMICO DOS BAIRROS BAHIA,
BAHIA NOVA E JOÃO EDUARDO, EM RIO BRANCO/AC:
UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS DA EJA**

Antonio Ari Araújo Sousa (IDM)⁴
lessaluisa@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho estuda os topônimos das ruas dos bairros Bahia e João Eduardo, em Rio Branco/AC, uma contribuição aos estudos da EJA, no ano de 2008, a partir de pesquisa histórica em fontes primárias. A toponímia estudada buscou o significado histórico, não lingüístico, dos nomes conferidos às ruas, agrupando-os nos campos semânticos da política, religião e outros. Como resultado, constata-se a desvinculação desses nomes com a população, visto que, na maioria dos casos, a comunidade sequer sabe quem é o personagem que nomina o espaço público. Conclui-se que dar nome às ruas em Rio Branco não deveria ser, apenas, “letra morta da lei”, em um papel arquivado, mas uma denominação de natureza popular, a fim de permitir que a perenização daquele que nominou o espaço público não se restrinja a um ato alheio ou isolado à comunidade regional.

Palavras-Chave: Toponímia, Espaços Públicos, Bairros e Ruas de Rio Branco

INTRODUÇÃO

Inicialmente reconhece-se que para se estudar verdadeiramente uma cultura, bem como o conjunto de valores de uma sociedade, fundamental estudar a linguagem que serve para conformar esse grupo social. É pelo uso da língua que são revelados os pensamentos e os costumes dos diferentes grupos humanos. A língua traduz a cultura e todo o universo peculiar de uma comunidade, com suas implicações sociais, históricas, filosóficas, psicológicas e filosóficas que se alcança para melhor compreender o modo de vida das pessoas e seus comportamentos, em face aos acontecimentos da vida.

O estudo de uma língua, sob determinados aspectos, permite o resgate de episódios históricos, o conhecimento de características

⁴ Trabalho resultante de monografia de pós-graduação apresentada à Profa. Dra. *Lúisa Galvão Lessa* (IDM/UFAC).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

geográficas de uma região, a identificação das crenças mítico-religiosas de um povo. E, dessa forma, se promove a interdisciplinaridade, em diferentes campos do saber – Linguística, História, Geografia, Antropologia, Linguagem, Cultura, Língua Portuguesa – que tantas contribuições podem trazer ao processo ensino-aprendizagem da EJA.

Dessa forma, a disciplina que permite entender os costumes e os pensamentos de um povo, quando se estuda os nomes próprios de lugares, é a Toponímia. Cabe a ela estudar a origem e significação dos nomes dos lugares, levando em consideração aspectos geohistóricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que tenham influenciado a escolha das denominações.

O campo de investigação da toponímica não se limita ao aspecto linguístico ou etimológico. O estudo toponímico de uma região exige, entre outras ações, o resgate da motivação que há por trás da escolha dos designativos. Assim, no presente artigo, objetiva-se o estudo de topônimos dos bairros da Região da Sobral, especificamente, Bahia e João Eduardo, localizados na cidade de Rio Branco.

Pretende-se verificar de que forma ocorre a inter-relação língua – homem – cultura, no ato de nomear os referidos acidentes humanos e qual a classificação toponímica de cada rua dos bairros pesquisados.

O objetivo desse levantamento foi catalogar todos os topônimos que ali se encontram. Durante o percurso da pesquisa, houve problemas com a coleta e a sistematização dos dados, sobretudo os relacionados com o levantamento de dados históricos dos bairros pesquisados, porém, nada que não pudesse ser resolvido.

Na perspectiva de cumprir o objetivo geral do trabalho – estudar e analisar os diferentes topônimos dos bairros pesquisados – seguiu-se os passos: a) catalogação dos topônimos segundo o modelo taxionômico proposto por Dick (1992), que apresenta 27 (vinte e sete) categorias, distribuídas em taxionomias de natureza física (11 taxes) e taxionomias de natureza antropocultural (16 taxes); b) os designativos foram distribuídos em dois blocos, de acordo com a natureza taxionômica em que se enquadravam; c) os topônimos foram analisados conforme orientação apresentada em Dick (1996).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Portanto, o estudo e a análise dos topônimos, dos referidos bairros, tem uma importância significativa para a compreensão da formação social e cultural dos referidos locais da cidade de Rio Branco. Pois a Toponímia tem como objetivo a análise do ser humano com o meio e, dessa forma, estudar os nomes próprios dos lugares, denominado topônimos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Toponímia

As palavras que nomeiam os acidentes geográficos são denominadas topônimos, e o estudo desses nomes, assim como do processo de nomeação que os caracterizam são objetos de investigação da toponímia – disciplina linguística que, juntamente com a antroponímia, constituem as sub-áreas da onomástica. Enquanto a toponímia trata da análise dos nomes próprios de lugares, dos topos, a Antroponímia estuda os nomes próprios de pessoas.

Sobre o campo de atuação da onomástica, Dick (2002, p. 19) explica:

O campo de estudo da toponímia não se limita á investigação linguística ou etimológica, já que ela procura, também, a procedência da significação dos nomes dos lugares, considerando aspectos extralinguísticos como: aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos, que os originaram. O topônimo, segundo a autora, geralmente tem relação com a história e a cultura da localidade que ele nomeia.

Isso, de algum modo, justifica seu tratamento no âmbito da etnolinguística, uma vez que essa ciência traduz o estudo das relações entre uma língua e a visão de mundo daqueles que a falam.

A Toponímia configura-se como “um imenso complexo línguocultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente” segundo Dick (1990, p. 36).

Nessa perspectiva, os topônimos constituem uma fonte de grande importância para o acervo científico e patrimonial de qualquer país, região, Estado, cidade. Por meio deles, chega-se à compreensão de como foi o processo de sua formação. Assim como a Arqueologia, os topônimos tornam-se, muitas vezes, a única evidên-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

cia, em determinada área geográfica, da permanência de grupos que são reconhecidos como uma fonte de identificação e de diferenciação das coisas e dos fenômenos.

Da Categorização Toponímica

A categorização dessa pesquisa segue a classificação feita por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick que propõe uma sistematização teórica metodológica para orientar os estudos na referida área. Na obra “Toponímia e Antroponímia no Brasil” (1992) a autora apresenta uma reformulação do modelo de classificação taxionômica para os topônimos, contemplando 27 (vinte e sete) taxes: 11 (onze) relacionadas com o ambiente físico – **taxionomias de natureza física** –, e 16 (dezesseis) relacionadas com os aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem – **taxionomias de natureza antropocultural**.

Taxionomias de natureza física

- a) **Astrotopônimos**: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Cruzeiro do Sul (AC);
- b) **Cardinotopônimos**: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Avenida Leste-Oeste (CE);
- c) **Cromotopônimos**: topônimos relativos à escala cromática. Ex. Igarapé Preto (AC);
- d) **Dimensiotopônimos**: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Ex.: Barra Longa (MG);
- e) **Fitotopônimos**: topônimos relativos aos vegetais. Ex. Flores (PE);
- f) **Geomorfotopônimos**: topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Morros (MA);
- g) **Hidrotopônimos**: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Cachoeirinha (RS);
- h) **Litotopônimos**: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo. Ex. Areia (PB);

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- i) **Meteorotopônimos:** topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Chuvisca (RS);
- j) **Morfotopônimos:** topônimos relativos às formas geométricas. Ex. Volta Redonda (RJ);
- k) **Zootopônimo:** topônimos referentes aos animais. Ex. Cascavel (CE).

Taxionomias de natureza antropocultural

- a) **Animotopônimos (ou nootopônimos):** topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vitória (ES);
- b) **Antropotopônimos:** topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Barbosa (SP);
- c) **Axiotopônimos:** topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Coronel Ezequiel (RN);
- d) **Corotopônimos:** topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Seringal Quixadá (AC);
- e) **Cronotopônimos:** topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Nova Aurora (GO);
- f) **Ecotopônimos:** topônimos relativos às habitações em geral. Ex. Chalé (MG);
- g) **Ergotopônimos:** topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Jangada (MT);
- h) **Etnotopônimos:** topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Capixaba (AC);
- i) **Dirrematopônimos:** topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. Ex. Passa e Fica (RN);
- j) **Hierotopônimos:** topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Capela (AL). Essa categoria subdivide-se em: i. hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiológico católico

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

romano. Ex. Santa Luzia (BA) ii. mitotopônimos: entidades mitológicas. Ex. Exu (PE);

k) **Historiotopônimos**: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Plácido de Castro (AC);

l) **Hodotopônimos**: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Ponte Alta (SC);

m) **Numerotopônimos**: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Dois vizinhos (PR);

n) **Poliotopônimos**: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Vila Nova do Mamoré (RO);

o) **Sociotopônimos**: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Pracinha (SP);

p) **Somatopônimos**: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex. Braço do Trombudo (SC).

Nesse sentido, compreende-se que o topônimo, funcionalmente, apresenta-se com uma dupla função linguística, exercendo não apenas um papel sógnico no universo do discurso, mas também o de suporte de identificação: sugere pistas, indica caminhos interpretativos, torna-se evidência de comportamentos extintos, resgate de memórias vivenciadas.

Vê-se que a toponímia estabelece uma estreita relação com o patrimônio cultural de um povo, e sua preservação constitui a perpetuação do histórico (aí envolvidos todos os aspectos físicos geográficos e sócio-histórico-culturais inerentes) e dos valores desse mesmo grupo.

Considerando, portanto, o caráter pluridisciplinar do signo toponímico, é possível afirmar que ele constitui um meio para conhecer:

- a) a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região;
- b) as características físico-geográficas da região;
- c) as particularidades sócio-culturais do povo (o denominador);

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

d) extratos lingüísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram;

e) as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente.

Um breve histórico dos bairros

João Eduardo

O bairro João Eduardo tem seu processo de formação um pouco diferenciado dos outros bairros da cidade de Rio Branco. Isso não acontece pela conjuntura de sua ocupação, dentro da área periférica da cidade, e sim pelo fato de só se conseguir ver a história do bairro a partir da figura de seu líder maior, ao qual seu nome foi adotado para denominar o bairro.

No ano de 1979, muitas famílias ali se instalaram, sem nenhuma infra-estrutura. O acesso se dava pelos varadouros feitos pelos moradores, que ligavam o bairro à rua Rio Grande do Sul, de onde as pessoas apanhavam ônibus para o centro de Rio Branco. Aos poucos os moradores faziam vielas, patrocinavam a limpeza e, assim, aos poucos, ocuparam aquela grande área improdutiva, conforme depoimento de uma liderança local.

(...) Bom, daí começou a ocupação pelo povo. Logo após que as pessoas começaram a demarcação dos lotes a prefeitura veio aqui e embarcou, deixando um dito que as pessoas não podia desmatar e nem construir suas barracas até um prazo de oito dias, tempo que prefeitura ia legalizar, mais era sé para satisfazer as pessoas e embargar o trabalho. Mais o pessoal não acreditou e continuou o trabalho. (José Granjeiro em entrevista ao jornal *Gazeta* em 19 de agosto 1982)

Em janeiro de 1980 os ocupantes resolveram fazer uma assembléia geral para a criação da primeira comissão organizadora da ocupação. Após a comissão instituída, três dias depois, a mesma marcou uma nova audiência com o governador do Estado, com o objetivo de reivindicar o direito de posse dos lotes ocupados. Nessa audiência, os moradores ganharam o direito de viver ali, sofrer nenhum prejuízo.

João Eduardo do Nascimento, nasceu no dia 23 de junho de 1943, no seringal Jurupari, nas proximidades de Feijó, veio migrando

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

rumo a região do Purus, onde, aos 20 anos, conheceu Dona Maria, no seringal São José, no município de Boca do Acre. No ano de 1970 resolveu vir morar em Rio Branco. Instalou-se, inicialmente, no bairro 06 de Agosto, no ano de 1974. Mas devido às constantes alagações, mudou-se para o bairro da Bahia, onde foi um dos primeiros habitantes.

Ali chegando, tomou conhecimento do processo de ocupação da área vizinha, que corresponde, hoje, ao bairro João Eduardo. Foi eleito presidente da comissão que negociou com o governo a permanência da comunidade naquela área. Assim, a comissão liderada por ele foi responsável pela demarcação e distribuição de lotes de terras junto os moradores.

No dia 18 de fevereiro de 1981, o presidente da comissão organizadora da ocupação pelo João Eduardo, foi violentamente assassinado por “Ventinha”, um grileiro de terras. Logo em seguida, outra comissão assumiu e batizou a área ocupada com o nome do seu líder “João Eduardo”. Esse ato aconteceu no mês de março de 1981, ocasião em que foi realizada uma missa, pelo padre Asfuri, que batizou o bairro João Eduardo.

Bahia

Segundo a pesquisa, o bairro Bahia recebeu este nome em homenagem ao Senhor Baiano, conhecido como Bahia. Ele, quando ali chegou, tudo era uma colocação de seringal. Viveu ali por muitos anos e era muito querido e procurado por vizinhos. Foi curandeiro dos bons, para todo tipo de mazela. Depois de sua morte, seus amigos e vizinhos resolveram homenageá-lo colocando seu nome na colocação, hoje bairro Bahia.

OS DADOS COLETADOS

Topônimos do bairro da Bahia

Tabela 01: Nome das ruas do Bairro Bahia

Qtd	Acidente	Classificação
01	Mendes Sá	Antropotopônimos(A)
02	Travessa Mauá	Antropotopônimos(A)
03	Travessa Hélio Melo	Antropotopônimos(A)
04	Bom Jesus	Animotopônimos(A)
05	Blumenau	Corotopônimos(A)
06	Beco da rua Estácio de Sá	Corotopônimos(A)
07	Eldorado	Corotopônimos(A)
08	Travessa Projetada	Geomorfotopônimos(F)
09	São Salvador	Hierotopônimos(A)
10	São Francisco	Hierotopônimos(A)
11	Travessa São Paulo	Hierotopônimos(A)
12	Santa Rita	Hierotopônimos(A)
13	Travessa Dom Pedro	Historiotopônimos(A)
14	Bandeirantes	Historiotopônimos(A)
15	Travessa Tiradentes	Historiotopônimos(A)
16	Rua F	Sem Classificação

Fonte:

História dos bairros e das comunidades da Baixada da Sobral – Patrimônio Histórico

Topônimos de ruas do bairro Bahia Nova

Tabela 02: Nome das ruas do bairro Bahia Nova

Qtd	Acidente	Classificação
01	Travessa Estrela	Astrotopônimos(F)
02	Manuel Ribeiro	Antropotopônimos(A)
03	Travessa Fortaleza	Corotopônimos(A)
04	Lagoinha	Hidrotopônimos(F)
05	São João	Hierotopônimos(A)
06	São Francisco	Hierotopônimos(A)
07	São Pedro	Hierotopônimos(A)
08	Estácio de Sá	Historiotopônimos(A)
09	Primavera	Meteorotopônimos(F)
10	13 de Junho	Numerotopônimos(A)
11	Três primaveras	Numerotopônimos(A)

Fonte:

História dos bairros e das comunidades da Baixada da Sobral – Patrimônio Histórico

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Topônimos do bairro João Eduardo

Tabela 03: Nome das ruas do João Eduardo

Qtd	Acidente	Classificação
01	Travessa Ruy Lino	Antropotopônimos(A)
02	José Nogueira	Antropotopônimos(A)
03	Travessa Jacó	Antropotopônimos(A)
04	Travessa José Nogueira	Antropotopônimos(A)
05	Travessa Messias	Antropotopônimos(A)
06	Travessa Martinho Monte	Antropotopônimos(A)
07	Travessa Milton Lucena	Antropotopônimos(A)
08	Travessa Flaviano	Antropotopônimos(A)
09	Álvaro Cezar	Antropotopônimos(A)
10	Hosana Carneiro	Antropotopônimos(A)
11	Travessa Maria Amélia	Antropotopônimos(A)
12	Travessa Carlos Santos	Antropotopônimos(A)
13	Travessa João Edimar	Antropotopônimos(A)
14	Travessa Raimundo Melo	Antropotopônimos(A)
15	Travessa Alencar	Antropotopônimos(A)
16	Santa Maria	Hierotopônimos(A)
17	Santa Luzia	Hierotopônimos(A)
18	Travessa Santa Maria	Hierotopônimos(A)
19	São Sebastião	Hierotopônimos(A)
20	São Raimundo	Hierotopônimos(A)
21	São Francisco	Hierotopônimos(A)
22	Travessa Santa Madalena	Hierotopônimos(A)
23	Santa Terezinha	Hierotopônimos(A)
24	São Salvador	Hierotopônimos(A)
25	Travessa Santa Cruz	Hierotopônimos(A)
26	Travessa Osasco	Corotopônimos(A)
27	Jerusalém	Corotopônimos(A)
28	Travessa Apucarana	Corotopônimos(A)
29	Travessa Florianópolis	Corotopônimos(A)
30	Travessa Vera Cruz	Corotopônimos(A)
31	Travessa Itamarati	Corotopônimos(A)
32	Travessa Rio de Janeiro	Corotopônimos(A)
33	Mauá	Corotopônimos(A)
34	Travessa Mauá	Corotopônimos(A)
35	Travessa da Paz	Animotopônimos(A)
36	Habitar Brasil	Ecotopônimos(A)
37	Rua C	Sem Classificação

Fonte:

História dos bairros e das comunidades da Baixada da Sobral – Patrimônio Histórico

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ANÁLISE DOS DADOS

Tabela 04: Natureza antropocultural X natureza física

NATUREZA TOPONÍMICA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Natureza Antropocultural	57	89.1%
Natureza Física	5	7,8%
Sem Classificação	2	3.1%
TOTAL	64	100%

Fonte: Pesquisa direta

Esse primeiro resultado mostra a valorização dada aos aspectos sócio-culturais, pelo grupo humano que deu nome as ruas e travessas aos bairros pesquisados. Isso pode ser justificado pela própria formação populacional desses espaços, como relatado nos históricos dos bairros. Frente às dificuldades encontradas e o não-conhecimento dos elementos físicos da região, usavam os designativos para manifestar seus sentimentos diante da realidade, para manifestar fé e, também, lembrar dos locais de onde vieram.

Em relação ao quantitativo geral das categorias toponímicas, de natureza antropocultural, o resultado mostra que prevaleceram os antropotopônimos e hierotopônimos. Foram registradas 36 ocorrências, o que corresponde a 56,25% do total. A tabela abaixo ilustra esse resultado.

Tabela 05: Taxionomias de natureza antropocultural

CATEGORIA TAXIONÔMICA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Antropotopônimos(A)	18	28.1%
Hierotopônimos(A)	18	28.1%
Corotopônimos(A)	13	20.3%
Historiotopônimos(A)	05	7.8%
Animotopônimos(A)	02	3.1%
Numerotopônimos(A)	02	3.1%
Ecotopônimos(A)	01	1.6%
Meteorotopônimos(F)	01	1.6%
Geomorfotopônimos(F)	01	1.6%
Hidrotopônimos(F)	01	1.6%
Sem Classificação	02	3.1%
	64	100%

Fonte: Pesquisa direta

Não causa estranheza o fato de os antropotopônimos e hierotopônimos terem aparecido em maior número, entre os designativos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

selecionados. A história dos bairros pesquisados, principalmente, no que diz respeito à origem reflete essa realidade linguística.

Assim, de acordo com os resultados, os bairros, na maioria das vezes, traduzem, em seus nomes, o reconhecimento de pessoas que lutaram para eles se tornassem bairros. Outro fator identificado, nas classificações toponímicas, é a estreita ligação com a Igreja Católica e os movimentos realizados por ela.

Podem-se verificar, diante dos dados analisados, as interseções línguo-culturais existentes na toponímia de Rio Branco. Ou seja, como língua e cultura refletem-se nesse sistema onomástico, tornando patente sua importância dentre as ciências linguísticas, como instrumento de recuperação e possível interpretação de ideologias dos povos, por meio dos nomes de lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi constatado, pode-se chegar aos seguintes resultados:

- a) Os topônimos de natureza antropocultural (89,1%) prevalecem sobre os de Natureza física(7,8%);
- b) As categorias antropotopônimos e hierotopônimos(56,25%) foram as mais recorrentes no recorte toponímico analisado.

A grande incidência dos antropotopônimos e hierotopônimos, entre os designativos selecionados pode ser justificado, primeiramente, segundo a história de cada bairro. O nome é atribuído em reconhecimento a pessoas que lutaram para que esses lugares se tornassem bairros.

Outro fator forte, identificado nas classificações toponímicas, é a estreita ligação dos topônimos com a Igreja Católica e os movimentos realizados por ela., Esse fator é caracterizado, sobretudo, pela tradição religiosa dos nordestinos, que foram os primeiros desbravadores da região acreana.

Enfim, a pesquisa demonstrou que, de uma maneira ampla, a toponímia dos bairros pesquisados está caracterizado pela influência de aspectos sócio-histórico-culturais, determinados pelo processo de ocupação e construção dessas comunidades. É um resultado que mui-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

to deve contribuir com o sistema educacional do Acre, particularmente com o processo ensino-aprendizagem da EJA, que não deve dissociar o ensino da realidade sócio-cultural do lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, K. S. *Atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins – Projeto ATITO*. 2006. 187 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BACKHEUSER, E. Toponímia: suas regras, sua evolução. *Revista Geográfica*, 1949. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 9-10(25): 163-195.

BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CARNEIRO, J. Jeannine. *A morada dos Wapixana – Atlas toponímico da região indígena da Serra da Lua*. 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo. Edições Arquivo de São Paulo, 1990 – Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo.

———. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2ª ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, 1992.

———. Atlas toponímico: um estudo dialectológico. São Paulo. *Plêiade*, v. 6, 1996,

———. Atlas toponímico do Brasil. Teoria e Prática II. *Revista Trama*. Vol. 3, Nº 5, 1º sem. de 2007.

ISQUERDO, A. N. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. São Paulo. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, 1996.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

Paróquia Cristo Libertador. *História dos bairros e das comunidades da Baixada da Sobral*. Rio Branco, AC, 2007.

SANTOS, Florisvaldo. *Estudo toponímico do município de Barras de Garças*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós Graduação em Lingüística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOUSA, A. M. de. *Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos*. Fortaleza, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.

———. *Geografia e lingüística: Intersecções no estudo toponímico*. Unioeste, 2007.

———. Pelos verdes mares bravios: a toponímia das praias do Ceará. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro, 2007. n. 38, p. 90-108.

SOUSA, Carlos Alberto. *História do Acre*. [Inédito?]

**CLÍTICOS, REDOBRO E VARIAÇÃO NA ORDEM
NA LÍNGUA CAIABI (FAMÍLIA TUPI-GUARANI)**

Nataniel dos Santos Gomes (UNESA)
natanielgomes@uol.com.br

RESUMO

Descrição da morfologia e da sintaxe do caiabi, língua indígena brasileira, da família tupi-guarani, a partir de um enfoque gerativista. Abordamos questões como a ordem oracional, o redobro dos elementos pronominais e o fenômeno dos clíticos de segunda posição.

Palavras-chave:

Línguas Indígenas Brasileiras, Descrição Lingüística, Gerativismo, Clíticos.

A língua caiabi apresenta vários problemas dos pontos de vista descritivo e teórico que ainda não foram estudados por outros investigadores. A saber: (i) grande variação na ordem no nível oracional, o que torna difícil identificar uma ordem básica. Dobson (1997), por exemplo, não postula nenhuma ordem básica para o caiabi. Oliveira (2004) sugere OSV como básica, sendo SOV derivada da primeira por meio da topicalização do sujeito; (ii) sujeitos pronominais que não se manifestam em 1ª posição na oração e cuja presença afeta a ordem oracional; (iii) construções com NPs redobrados por pronomes; e (iv) vários tipos de estruturas envolvendo o sistema complementizador da língua.

Em Gomes (2002), com base em Halpern (1995), apontamos para a existência de clíticos de 2ª posição em caiabi e sugerimos a ordem SOV como básica, a partir da qual os outros tipos de ordem seriam derivados por processos sintáticos ou fonológicos, como o de Inversão Prosódica, conforme proposto por Halpern.

Apesar de termos plantado naquele trabalho uma semente para o desenvolvimento da pesquisa desses temas, muitas questões ficaram ainda para serem descritas e discutidas. Dentre elas, podemos citar:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- (i) O estatuto categorial dos sujeitos pronominais. Seriam eles sintagmas – XPs – ou deveriam eles ser analisados como núcleos-X?
- (ii) Relacionada à questão acima, está a da representação desses clíticos. Seguindo Halpern, em Gomes (2002), sugerimos que tais pronominais, sendo de 2ª posição, se encontravam em adjunção ao IP. Tal proposta não parece, porém, ter nenhuma motivação teórica;
- (iii) Uma explicação plausível para o alto índice da ordem OSV. Sem apresentar nenhuma justificativa, postulamos que tal ordem ora era derivada por movimento sintático do objeto ora por Inversão Prosódica, tendo a ordem SOV como *input* para tais processos;
- (iv) A postulação do mecanismo de Inversão Prosódica assim como definido por Halpern explica o tipo 2W; isto é, clíticos de 2ª posição que aparecem depois da 1ª palavra acentuada, mas não o tipo 2D em que o clítico de 2ª posição ocorre após o primeiro sintagma acentuado. Neste último caso, de acordo com Halpern, não ocorre Inversão Prosódica, mas sim movimento sintático do hospedeiro para a esquerda do clítico;
- (v) A manifestação desses clíticos em 3ª e até em 4ª posições. Para explicar tais ocorrências era preciso investigar as construções envolvendo o sistema CP, como interrogativas, foco e tópico; e
- (vi) A manifestação de construções com redobro de pronomes não foi sequer descrita naquele estudo;

Neste trabalho, retomamos estas questões, à luz de algumas idéias sugeridas pela Morfologia Distribuída (Marantz, 1997; Embick e Noyer, 2001; Herd, 2004), como a da inserção tardia de itens lexicais e pelo projeto cartográfico de Rizzi (1997, 1999 e 2004) segundo o qual o sistema complementizador é mais articulado, e envolve algumas projeções funcionais.

Os nossos achados aqui podem ser assim resumidos:

O ESTATUTO CATEGORIAL DOS ELEMENTOS PRONOMINAIS

Na literatura, os clíticos, inclusive os de 2ª posição, podem ser analisados como índices de concordância. Esta é a solução de Ka-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ri (2001) para os clíticos de 2ª posição da língua Degema. Os clíticos de 2ª posição do caiabi não podem, porém, ser analisados como índices de concordância pelas seguintes razões:

(a) O verbo na forma narrativa já possui marcas de concordância de sujeito. Sendo assim, não nos parece plausível analisar os clíticos pronominais de sujeito como mais uma manifestação de concordância, como ilustra o exemplo (1):

(1) awasia ḡa o-tym OsV
milho ele 3-plantar
“Ele plantou milho”

(b) Os clíticos com estatuto de concordância estão sempre adjacentes ao verbo, uma vez que ambos se agregam aos mesmos núcleos. Os clíticos de sujeito do caiabi, porém, não precisam ocorrer adjacentes ao verbo, como ilustra a sua manifestação na ordem XPsOV em (2):

(2) Kwai ḡa ipira manurig-i XP sOV
muitos ele peixe pagar-enf.
“Ele pegou muitos peixes.”

Com base nessas duas evidências, sugerimos aqui que os clíticos de sujeito, quando não estão em construções de redobro, são XPs, com função argumental. Trata-se de pronomes fonologicamente deficientes que precisam de um hospedeiro à sua esquerda porque são enclíticos.

A POSIÇÃO SINTÁTICA DOS CLÍTICOS DE SUJEITO:

Assumimos que os clíticos de sujeito ocupam na sintaxe a posição de [Spec, TP]. Essa é a mesma posição ocupada pelo sujeito DP. Eles são para lá deslocados com a finalidade de checar os traços EPP (*Extended Projection Principle*) de T. Sendo assim, os dois tipos de sujeitos apresentam a mesma distribuição.

Além disso, assim como o sujeito DP, o sujeito pronominal pode servir de antecedente para um reflexivo, mesmo que na ordem linear não o preceda. A possibilidade de engatilhar a forma reflexiva no objeto indica que, em algum momento da derivação, o sujeito pronominal o c-comanda. O exemplo (3) ilustra essa relação:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- (3) w-og ipe gã o-í
3refl.-casa para ele ir-enf.
“Ele foi para própria casa”

Em termos distribucionais, as orações com citação direta mostram que tanto o sujeito DP quanto o sujeito pronominal parecem se encontrar na mesma posição estrutural. Essa posição é [Spec, TP]. Nestas construções, o verbo e a oração citacional se encontram no sintagma complementizador, à esquerda de TP (assumimos que seja uma posição de foco). Os exemplos (4) e (5) ilustram essa distribuição:

- O V S OI
(4) [miara je u-’u] já-ú] gã w-ekyra gã upe
onça me 3-morder disse ele 3-irmão ele para
“Uma onça me mordeu”, disse ele para o irmão.

- O V S OI
(5) [miara aipo o-je’egã-u] já-ú Juã gã jee
onça talvez 3-uivar-nar. disse João ele mim para
“Talvez , uma onça esteja uivando”, disse João para mim.

A DERIVAÇÃO DA ORDEM ORACIONAL:

A ordem básica

A ordem básica das orações afirmativas é SOV. Esta é a ordem verificada em orações pragmaticamente neutras quando tanto o sujeito quanto o objeto são DPs, conforme indica o exemplo em (6):

- (6) Miara mama’ê w-etun SOV
onça coisa 3-farejar
“A onça fareja algo”

SOV é também verificada com sujeitos pronominais quando há um constituinte adverbial à esquerda na oração, como mostra (7):

- (7) [a’ê ramu] je ka’ia gã juka-ú XP s OV
então eu macaco ele matar-enf.
“Então, eu matei o macaco.”

Sugerimos que a ordem básica SOV seja derivada de SVO por meio do movimento dos constituintes oracionais para categorias funcionais localizadas no sistema flexional. S se desloca para [Spec,

TP] para satisfazer os traços EPP de T. O se move para [Spec, vP] para satisfazer os traços EPP de v. O verbo também se desloca atraído por traços formais de v. Assim, SOV é derivada. Uma evidência empírica para a hipótese de que SOV é derivada de SVO, vem de interrogativas do tipo “Qual NP” em que se verifica a palavra interrogativa no início da sentença e o NP em posição pós-verbal, como indica o dado em (8):

- (8) ma já te ere-apo ara?
qual int. 2-fazer suco
“Qual suco você fez?”

O fato de o NP constituinte do objeto interrogado aparecer à direita do verbo nessas construções, parece reforçar a nossa hipótese da derivação da ordem de SVO para SOV.

Variação da ordem e Inversão Prosódica

Quando o sujeito é um clítico pronominal, ele não pode ocupar a 1ª posição na oração porque tem natureza enclítica. Desse modo, um mecanismo de Inversão Prosódica ocorre na Fonologia e alterna a sua ordem com a do elemento adjacente. Como a ordem da língua é SOV, após a aplicação da regra, a ordem que se obtém é OsV. Sendo a maioria das orações constituídas de sujeitos pronominais, OsV é a ordem mais freqüente. Tal fato leva alguns investigadores a postularem OsV como a ordem básica da língua.

Na formulação inicial da regra de Inversão Prosódica elaborada por Halpern (1995), o clítico de 2ª posição deveria inverter com a primeira palavra prosódica sintaticamente posicionada à sua esquerda. Isto é, a Inversão Prosódica só fazia referência aos casos de clíticos de 2ª posição que ocorressem após a 1ª palavra prosódica à sua esquerda. Tal processo só podia derivar os casos em que o clítico ocorresse após o 1º constituinte do sintagma à sua esquerda. A regra como formulada inicialmente não dá conta, pois, do caso do caiabi em que o clítico de 2ª posição aparece após o 1º sintagma prosódico, permitindo a ordem OSV.

Herd (2004) sugere uma modificação da regra de Inversão Prosódica de Halpern. O autor propõe que o efeito de 2ª posição seja reduzido a exigências de localidade advindas da subcategorização

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

prosódica do clítico e satisfeitas na Inserção de Vocabulário. Inversão Prosódica passa então a ser interpretada como um filtro que assegura que só traços fonológicos sejam enviados para a interface fonológica. Assim, a estrutura hierárquica postulada por Halpern é substituída. Os clíticos de 2ª posição são, então, inseridos na fronteira prosódica mais próxima à sua esquerda. Assim, se o *output* da sintaxe for SOV, com o clítico de sujeito, obtém-se OSV com o clítico invertendo de ordem e se posicionando à direita do sintagma de objeto, conforme ilustram os exemplos (9) e (10):

(9) *ouput* da sintaxe:
gã u'ywa o-mopen SOV
ele flecha 3-quebrar
“Ele quebrou a flecha”

(10) Inversão Prosódica:
[u'ywa]φ gã] o-mopen OSV
flecha ele 3-quebrar
“Ele quebrou a flecha”

Note-se que com verbos intransitivos e sujeito pronominal a única ordem possível é Vs. Já com sujeitos DPs, a ordem é SV. Essa diferença conspira a favor da operação de Inversão Prosódica, atuando na colocação dos clíticos. Cumpre ainda observar que em construções envolvendo verbos auxiliares, cujo *output* da sintaxe é S Aux V, se o sujeito for pronominal e houver algum constituinte à sua esquerda a ordem do *output* se mantém, como no exemplo (11):

(11) y pe gã o-í o-jauka-a XP s Aux V
rio para ele aux-enf. 3-banhar-nar.
“Ao rio, ele foi banhar-se.”

Se, porém, nada se manifestar à esquerda do sujeito pronominal nesse tipo de construção, a ordem que se obtém é Aux SV, derivada, por Inversão Prosódica. Esse caso é exemplificado em (12):

(12) oo gã o-poei-ta Aux s V
aux. ele 3-lavar
“Ele foi lavar”

Com as negativas sentenciais, envolvendo o morfema descontinuo, a ordem é SVO, com sujeito DP ou pronominal. Assumimos que nesse caso, o verbo suba para NegP, o que provoca a ordem SVO. O exemplo em (13) mostra a ocorrência da ordem SVO com argumentos DPs:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(13) kasurua n-a-juka-ukar-i amu jee SVO OI
cachorro neg.-3-matar-deixar-neg. nenhum para mim
“O cachorro não me deixou matar nenhum.”

A ordem com negação sentencial e com sujeitos pronominais é sempre VSO. Essa ordem pode também ser derivada de Inversão Prosódica. Como no *output* da sintaxe, o sujeito se encontra adjacente ao verbo – SVO –, ele vai se deslocar para a sua direita, derivando a ordem VSO, conforme indica o dado em (14):

(14) n-u-apo-i gã yrupema VSO
neg.-3-fazer-neg. ele cesta
“Ele não fez cesta.”

A variação na ordem não é só obtida por Inversão Prosódica. Os elementos que se posicionam à esquerda dos clíticos podem ter sido sintaticamente movidos.

Variação na ordem e hospedeiros derivados sintaticamente:

Os elementos à esquerda dos clíticos podem ter sido derivados sintaticamente ou por movimento ou por concatenação.

Nas interrogativas sim/não e nas interrogativas QU–, sugerimos que haja movimento de núcleos e de sintagmas. As estruturas interrogativas do caiabi se assemelham a construções com foco porque têm a mesma estrutura e a mesma marcação morfológica que as construções de foco de línguas geneticamente relacionadas, como o Mekens (Galucio, 2001).

Em caiabi, existe um marcador – *te-* que ocorre em interrogativas e que parece marcar a fronteira de Foco. Todos os constituintes à sua esquerda foram deslocados para FocusP. *Te-* é um elemento sintaticamente independente que pode ocorrer sozinho à esquerda da oração, como em (15):

(15) te ere-o? te V
te 2sg-ir
“Você vai?”

Também os elementos interrogados tanto em perguntas sim/não quanto em interrogativas do tipo QU- podem se deslocar para a esquerda dessa partícula:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(16) o-pen te ene-jya? V te S
3-quebrar te 2-faca
“Quebrou a sua faca?”
(17) ene-jya te o-pen? S te V
2-faca te 3-quebrar
“A sua faca quebrou?”

(18) ma ĵá te ere-kysi ra´e?
o que te 2sg-cortar evid.?
“O que você cortou?”

As respostas para todas essas perguntas constituem informação nova e se equivalem a foco informacional. Essas respostas devem ocupar a 1ª posição na oração. A resposta para a interrogativa de objeto em (18) (“O que você cortou?”) tem uma estrutura em que o objeto aparece em 1ª posição, como em (19):

(19) te-pya je a-kysi ko O s V
1-pé eu 1sg-cortar evid.
“Meu pé que eu cortei.”

Note-se que a marca de interrogativa é semelhante morfológicamente ao marcador de foco, conforme mostra (20).

(20) jee pe te karajayfera pe-mut
mim para foco mingau 2pl-dar
“Para mim dêem o mingau.”

O marcador de foco/interrogativa pode assumir várias formas como *tee*, *te* e *ate*.

Em caiabi, parecem existir dois tipos de estruturas de foco derivadas por movimento de constituintes para a esquerda da oração. O foco relacionado à ênfase ou contraste, marcado com *te*, é encontrado em interrogativas. E o foco informacional (informação nova) que não vem acompanhado de partícula. Esse tipo de foco é o encontrado em respostas a interrogativas, por exemplo. Dessa maneira, as ordens OSV e VSO podem ser derivadas pelo movimento, respectivamente, do objeto e do verbo para FocP.

Além do foco, pode ocorrer à esquerda dos sujeitos, DPs ou pronominais, outros constituintes. Esse é o caso das conjunções dêiticas, no exemplo (21), que assumimos estar em ForceP, já que se conectam com o discurso anterior:

(21) a´eramu je ka´ia ġa juka-ú XP s OV

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

então eu macaco ele matar-nar.
“Então, eu matei o macaco.”

É possível verificar ainda em caiabi, outras estruturas com mais de um constituinte à esquerda de TP. Tais construções provocam o efeito de 3ª e até de 4ª posições com os sujeitos pronominais: Esses casos estão exemplificados em (22) e (23):

(22) [a'e ramu] [ywakaty] je o-í tajao are
XP XP s Aux PP

então rio acima eu ir-enf. porco atrás
“Então, eu vou rio acima atrás de porco.”

(23) [Takui tee] [awamuwe] kyná w-erut O XP s V
Takui só agora ela 3-trazer
“Só Takui (nome) agora, ela trouxe.”

Existe também um constituinte que se coloca após os dêiticos e focos que parece ter uma natureza aspectual. Trata-se de *nipoa'e*. Tal elemento pode estar em FinP. Quando todos esses elementos relacionados à periferia esquerda da oração co-ocorrem, o clítico se manifesta até em 4ª posição, como ilustra o exemplo (24):

(24) a'eramú teefutat nipoa'e gã mama'e r-esag-i
XP XP X SOV
então realmente talvez ele coisa r-ver-enf.
“Então, ele viu coisas.”

O REDOBRO DE CLÍTICOS

Em caiabi qualquer NP com o traço [+ humano], sendo ele sujeito, objeto de verbo, objeto de posposição ou sintagma genitivo, pode ser redobrado por um clítico. Esse é o caso do sujeito em (25):

(25) [ore-r-a'ýra gã] ka'ía o-juka SOV
1pl-rel-filho ele macaco 3-matar
“Nosso filho matou o macaco.”

A análise aqui oferecida para os clíticos de redobro sustenta que tais elementos e o NP redobrado se encontram dentro do mesmo sintagma. Uma evidência para essa afirmação vem de casos em que os dois elementos se deslocam juntos para a posição de foco, como ilustra o exemplo 26 em que o objeto aparece focalizado:

(26) [ka'ía gã] tee je i-juka-ú O te s V
[macaco ele] eu 3-matar-enf.
“Só macaco, eu matei.”

Assumimos ainda que nesses casos, o clítico se encontra no

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

núcleo de DP e o NP, na posição de especificador. Com base na proposta de Tavares Silva (2005) para o Português Brasileiro (PB), assumimos também que nessa configuração, eles mantêm uma relação de concordância, já que os traços de gênero e de número devem ser os mesmos. Esses traços phi que o clítico carrega na posição de núcleo do DP, empresta à construção um efeito de definitude, como ilustra o exemplo (27b):

- (27) (a) Apiaka a´yra
Apiaka filho
“Filhos de Apiaka”
(b) Apiaka a´yra wã
Apiaka filho eles
“Os filhos de Apiaká.”

CONCLUSÕES

Com base nesta exposição, podemos concluir os seguintes sobre os temas investigados:

- (i) a ordem básica do caiabi é SOV;
- (ii) os sujeitos pronominais, quando não redobram NPs, são argumentos que ocupam a posição de [Spec, TP];
- (iii) os sujeitos pronominais são enclíticos e por isso precisam de um hospedeiro, à sua esquerda ;
- (iv) o hospedeiro do clítico pode ser colocado à sua esquerda por um processo de Inversão Prosódica, derivando as ordens OsV de sOV e VsO de SVO nas construções negativas. A alta ocorrência da ordem OSV se deve ao fato de que a maioria dos sujeitos é expressa na forma de pronominais.
- (v) o hospedeiro do clítico também pode ser fornecido pela sintaxe, através de regras de movimento ou de concatenação de constituintes, também derivando as ordens OSV e VSO;
- (vi) os efeitos de 2ª posição são uma consequência dessa deficiência prosódica do clítico e são verificados somente quando apenas um elemento se encontra à sua esquerda;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(vii) quando a sintaxe coloca mais elementos na periferia esquerda da oração, se verifica o clítico ocupando 3^a e até 4^a posições;

(viii) todas essas posições à esquerda do clítico parecem indicar que a periferia esquerda do caiabi contém algumas projeções funcionais, como Force P (indicada por conjunções dêiticas), FocP que se manifesta nas interrogativas e estruturas de foco (informacional e contrastivo). Além dessas duas, postulamos também a existência de TopP e FinP. Tem-se então evidência para a proposta do projeto cartográfico de Rizzi, segundo o qual a periferia esquerda da oração é mais articulada, isto é, parece conter mais projeções do que se costumava postular através de um CP unificado;

(ix) nos casos de redobro, o clítico é o núcleo do DP e confere à construção um efeito de definitude. Os casos de redobro nos levaram a assumir a idéia da Morfologia Distribuída de Inserção Tardia porque um mesmo item de vocabulário ora se realiza como XP, quando inserido na posição de sujeito em Spec, vP, ora se realiza como X, quando inserido no núcleo de DP.

Cumpramos notar ainda que, apesar de este trabalho ter sido realizado apenas com dados de fontes secundárias (Dobson) e de ter sido uma tarefa muito árdua levantar e analisar os exemplos aqui apresentados no meio de tanto “ruído”, mostramos que é possível realizar um estudo de base descritiva com uma preocupação teórica nesses termos.

BIBLIOGRAFIA

DOBSON, R. Notas sobre substantivos do caiabi. **In:** *Série lingüística*. nº 1, Brasília: SIL, 1973.

———. Repetição em caiabi. **In:** *Série lingüística*, nº 5. Brasília SIL, 1976.

———. *The functions of narrative, declarative and focus forms of the caiabi Verb in Narrative Discourse*. /s.l./ Summer Institute of Linguistics, 1980.

———. *Aspectos da língua caiabi*. Série Lingüística. N. 12. Brasília: SIL, 1988.

———. *Arquivo de textos indígenas (caiabi)*. Brasília; SIL, 1991.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- . *Kayabí texts*. Brasília: SIL, 1997.
- . *Gramática prática com exercícios da língua caiabi*. Arquivo Lingüístico N. 228. SIL, 1997.
- EMBICK, D. & NOYER, R. Movement Operations after syntax. *Linguistic Inquiry*, Fall 2001, Vol. 32, n. 4, 2001, 555-595.
- GOMES, Nataniel dos Santos. *Observações sobre aspectos gramaticais do caiabi*: variação na ordem e clíticos de 2ª posição. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ / FL, 2002.
- HALPERN, Aaron. *On the Placement and Morphology of Clitics*. California: CSLI Publications, 1995.
- HERD, J. Deriving Prosodic *Inversion*: Clitics, cyclicity and the organization of post-syntactic interfaces. Toronto Working Papers in Linguistics, 2003, 21.
- KARI, Ethelbert E. *Cliticization, movement and second position*. Languages of the world. 26. Lincom Europa, 2003.
- MARATZ, Alec. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. **In**: DIMITRIADIS, Aléxis (ed). *Proceedings of the 1988 Penn Linguistics Colloquium*, 1988.
- OLIVEIRA, R. C. *Morfologia e sintaxe da língua xavante*. Tese de doutorado. Faculdade de Letras / UFRJ, 2007.
- RIZZI, L. "The fine structure of the left periphery. **In**: Haegeman, L (ed.) *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997.
- . *On the position "Int(errogative) in the Left Periphery of the Clause"*. Universidade de Siena. Ms, 1999.
- . "Locality and Left Periphery". **In**: Belletti, A. (ed). *Structures and beyond: The Cartography of Syntactic Structures*. Vol. 3 Oxford: Oxford University Press, 2004.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**CONCEITOS FUNDAMENTAIS
ACERCA DE FATORES DE EVOLUÇÃO LINGUÍSTICA**

José Mario Botelho (UERJ e ABRASIL)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar sinteticamente algumas considerações sobre fatores de evoluções linguísticas, tomando como ponto de partida a evolução da língua latina, que resulta na língua portuguesa.

Assim, os metaplasmos – resultados da evolução linguística de muitas palavras latinas –, que podem ser observados na análise do léxico do português, receberão uma especial atenção nesse trabalho.

Palavras-chave: Filologia, Linguística, metaplasmos, evolução linguística.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de fazer, de forma sintética, em virtude da sua própria natureza, algumas considerações acerca de evoluções linguísticas, enfatizando certos fatores que as caracterizam.

Para isso, vamos conceituar língua e dialeto e identificar as prováveis causas e as consequências da evolução de uma dada língua. Tomaremos como referência o português, que é uma das línguas que resultaram da evolução da língua latina após a queda do Império Romano.

Antes, porém, convém ressaltar certos conceitos fundamentais de Filologia e Linguística, que facilitam o desenvolvimento da referida temática e tornam possível a sua compreensão.

CONCEITO DE FILOLOGIA E DE LINGUÍSTICA

Faz-se mister ressaltar que, embora “Filologia” e “Linguística” apresentem pontos afins, tratam-se de duas áreas de conhecimento distintas, cujos objetivos e objetos de estudo se mostram particulares apesar de não serem estanques.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Conceito de Filologia

O termo, que é um helenismo (do grego: “*philologia*”), significa literalmente “gosto pela erudição ou pela literatura”, inicialmente relacionado ao estudo exegético dos textos literários.

Câmara Jr (1985, p. 117), além de fazer referência ao sentido literal de “amor à ciência”, lembra-nos de que, atualmente, Filologia designa o estudo da língua na literatura.

Segundo Leite de Vasconcelos (1926), Filologia “é o estudo de uma dada língua em toda a sua plenitude, e o dos textos em prosa e verso, que servem para a documentar. (Vasconcelos, 1926, p. 9)

Logo, trata-se de um estudo linguístico diacrônico a partir de textos literários escritos de uma língua em especial ou de um grupo de línguas afins. Nesse sentido, o referido termo pressupõe a existência de uma linguagem culta e essencialmente escrita.

Contudo, esse conceito abrangente de “Filologia”, que é bastante difundido e aceito pacificamente por muitos estudiosos, não se confunde com o de “Linguística”, que é ainda mais abrangente no que se refere ao estudo sobre a linguagem.

De fato, essas duas ciências compõem campos de estudos distintos e específicos, mas que são intercomplementares.

Conceito de Linguística

O termo se refere a estudos sobre a linguagem humana duplamente articulada, considerada como manifestação linguística, conforme se pode verificar na seguinte conceituação de Câmara Jr (*Op. cit.*): “LINGÜÍSTICA – O estudo da linguagem humana (v.), mas considerada na base da sua manifestação como língua (v.)”. (Câmara Jr., 1985, p. 159)

É, portanto, uma ciência que procura observar e descrever os fenômenos linguísticos ou de uma dada língua ou de línguas afins ou nas línguas em geral, na busca de princípios fundamentais, que regem a organização e o funcionamento da linguagem humana, como elemento de comunicação entre os membros de uma dada comunidade linguística e de exteriorização psíquica desses mesmos membros.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Assim, a Linguística pode ser diacrônica ou sincrônica e pode se limitar ao exame de uma língua em especial (o português, o francês, o inglês, o alemão etc.), mas sem se rotular com a linguística desta ou daquela língua, ou fazer alusão às línguas em geral ou ainda estabelecer comparações entre línguas afins (de uma mesma família de línguas) e entre línguas de origens diversas.

Nesse último caso, denomina-se Linguística Comparativa, uma vez que seu objetivo é o de estabelecer diferenças e semelhanças entre as diversas línguas conhecidas. É a partir dessa atividade científica que os linguistas comparativistas puderam organizar as árvores genealógicas das diversas línguas conhecidas de todo o mundo.

OPERAÇÕES FILOLÓGICAS

Como já afirmamos anteriormente, Filologia e Linguística se distinguem, mas não são áreas de estudos estanques.

Há um elo comum entre elas: o estudo da língua, como um sistema de possibilidades linguísticas.

Como já observamos, o campo de estudo da Filologia, contudo, é mais amplo. É da responsabilidade da Filologia, por exemplo, o estudo de ortografia e certos aspectos literários.

De fato, são muitos as atividades de um filólogo. Tais atividades não se confundem com as de um linguista, embora ambos tenham como objeto de estudo a linguagem humana. Vejamos algumas das atividades filológicas:

a) Edições diplomáticas

Preocupação com a apresentação modelar de uma edição original, atualmente sob técnicas mais fiéis, em que as cópias fotográficas ou eletrônicas reproduzem todos os detalhes da página original.

b) Edições críticas

Também se observa a preocupação com a apresentação modelar de uma edição original, porém há um inconveniente: na tentativa de eliminar os erros involuntários, há páginas em que ocorrem mais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

comentários do que texto original.

c) Comparação de edições diferentes

A comparação de edições diferentes se dá para se chegar ao texto original. O autor se vale de um conjunto de informações e de seu senso crítico e reflexivo para determinar que edição seria a original.

Para ilustrar esse tópico, poderíamos observar os seguintes exemplos de uma edição de “Os Lusíadas”, tida como original:

“Filho de Maria aa terra, porque tenha” (Edição Ee,56, v. 2), em comparação com:

“Filho de Maia aa terra por que tenha” (Edição E e,56, v. 2)

Nesse verso, Camões fazia alusão a Mercúrio. O escriba, demonstrando ignorar aspectos da mitologia greco-latina, cometeu um erro de hipercorreção, conforme observa Azevedo Filho (2007), ou

“Português Cipião chamar se deve” (Edição Ee, VIII, 32, v. 3) por:

“Português Capitam chamar se deve” (Edição E)

Aqui, o escriba cometeu um grave erro, pois além de não reconhecer o grande Cipião, o Africano, vencedor de Aníbal, o cartaginês, rebaixando o D. Nunes Álvares Pereira a um simples capitão.

d) Estudos das divergências entre línguas da mesma origem

O séc. XIX foi marcado pela “Gramática Comparativa” ou “Linguística Comparativa” dos neogramáticos alemães.

Essa corrente procurava estabelecer as origens das línguas a partir da comparação entre elas, como o fez Franz Bopp (1816) com a sua obra “Sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, o latim e o germânico”.

Desse estudo, se deduziu existir uma protolíngua – o indo-europeu – língua hipotética de um povo ariano que habitava no cen-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tro do continente asiático por volta do 2.500 a.C. e que migrou para as terras da Europa.

É daquele estudo de Bopp também que surge a Filologia em 1816.

A Linguística, como estudo científico, ou seja, a Linguística moderna surge cem anos depois com os estudos de Ferdinand de Saussure e seu Curso de Linguística Geral (1916) – obra póstuma, reunida de suas aulas por um discípulo: Charles Bally, que nem mesmo foi seu aluno nos dois cursos ministrados até 1910.

SINCRONIA E DIACRONIA

Esses termos compõem uma das dicotomias saussurianas.

Saussure (1969), um estudioso suíço, adotou o termo “Sincronia” para se referir à relação dos fatos de uma dada língua num determinado momento de sua história.

O conjunto de correlações e oposições, que constitui um “estado linguístico”, pode ser constituído de elementos fonéticos, elementos mórficos ou morfológicos, elementos morfossintáticos, elementos sintáticos e elementos semânticos. A saber: na fonética, as vogais anteriores (/é/, /ê/ e /i/) se correlacionam, mas se opõem às posteriores (/ó/, /ô/ e /u/) e à central (/a/), por exemplo; na morfologia, os sufixos lexicais têm a função de formar novas palavras e se opõem aos sufixos flexionais, que têm a função de caracterizar as categorias gramaticais de uma mesma palavra; na morfossintaxe, os nomes plurais entre si, que se opõem às respectivas formas singulares; na sintaxe, a complementação indireta de certas estruturas preposicionadas é correlata ao pronome pessoal oblíquo “lhe”, mas se opõe ao pronome pessoal oblíquo “o”; na semântica, duas ou mais palavras se correlacionam quando se estabelece uma sinonímia e se opõem quando se estabelece uma antonímia.

Saussure (*Ibidem*) adotou o termo “Diacronia” para designar as transformações de uma dada língua através do tempo, cujo conjunto de transformações em níveis diversos constitui a sua evolução linguística.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Segundo Saussure (*Ibidem*), a cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido, sincrônico e uma evolução, diacrônica: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado.

De certo muitas palavras sofrem mudanças com o passar do tempo. Tais mudanças não são sentidas por todos. Os usuários comuns são leigos no assunto, mas os interessados, a partir dos estudos diacrônicos, as identificam.

Logo, tanto os estudos diacrônicos como os sincrônicos são importantes.

Convém, sobretudo, ressaltar que tais estudos não se confundem.

Assim, o estudo diacrônico de uma determinada língua é a sua história interna, i. é, o estudo diacrônico compreende a gramática histórica, a história do léxico e a semântica histórica.

Logo, o estudo diacrônico da língua portuguesa, por exemplo, nos remete à evolução da língua latina na península Ibérica, passando pelos romanos da região lusitana, até os nossos dias.

Sob essa visão, quanto à diacronia do português, poder-se-iam observar diversas fases ou períodos na evolução da língua latina na região lusitana desde a queda do Império Romano, após a invasão dos povos bárbaros no Séc. V d.C., até os nossos dias.

Primeiramente, por volta do Séc. VI até o Séc. IX, surgiu um romance cristão lusitano; depois, estabelece-se uma língua românica de natureza lusitana – uma protolíngua galaico-portuguesa – por volta do Séc. X, que, em consequência da fundação de Portugal no início do Séc. XII, é tomada como língua portuguesa (português arcaico – galego-português); depois, toma a forma de português moderno por volta do Séc. XVI, que se estende até os dias atuais.

Convém não confundir as referidas fases, que constituem uma divisão didática, com o que se denomina em sincronia um “estado linguístico”, conforme nos alerta Câmara Jr (*Op. cit.*, p. 94).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PRINCIPAIS AUTORES DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS E FILOLÓGICOS

Atualmente, não há importantes estudos de Filologia, mas muitos foram os estudos feitos no passado.

Em Portugal, a Filologia Portuguesa teve autores importantísimos, como Epiphânio Viana Dias, que modernizou o ensino de língua portuguesa com a sua “Gramática prática da língua portuguesa” (1870) e sua “Sintaxe histórica da língua portuguesa” (1915).

Gonçalves Viana também foi muito importante com a sua “Ortografia Nacional” (1904).

Temos, ainda, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Adolfo Carneiro, Leite de Vasconcellos e Julio Moreira.

No Brasil, podemos citar nomes como o de Antenor Nascentes com o seu “O linguajar carioca” (1922), João Ribeiro com as suas três gramáticas, Câmara Jr com vários trabalhos na área de Linguística Estruturalista, Júlio Ribeiro com sua “Gramática Portuguesa” (1881), Said Ali com a sua “Gramática Secundária da Língua Portuguesa” (1927) e diversas obras, o jovem Serafim da Silva Neto com a sua “História da Língua Portuguesa” (1952) e tantas outras obras.

FATORES DE EVOLUÇÃO LINGUÍSTICA

Primeiramente, convém ressaltar que a língua independe do seu usuário isolado, mas sim, de uma dada comunidade linguística, onde se nos apresentam várias modalidades de seu uso.

Logo, em toda comunidade linguística existem modalidades de uso da língua, que estão relacionados a fatores regionais e/ou sociais. Os fatores regionais e sociais podem produzir usos variantes da língua de uma dada comunidade linguística, os quais são chamados de “dialetos”.

De fato, pode-se observar uma hierarquia nas oposições linguísticas superficiais ou secundárias de uma dada língua. Tais oposições geram dentro dela umas divisões, denominadas “falares” ou variantes ou modalidades, que se agrupam nos referidos dialetos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Temos com isso, portanto, os conceitos de “falares ou línguas regionais” e de “língua nacional”. A língua nacional, que é comum a todos os usuários de uma nação, reúne todos os falares regionais, o que a caracteriza como um sistema de possibilidades de uso da língua.

Conceito de língua e dialeto

Língua é um sistema de possibilidades linguísticas – usos da língua –, que se efetiva a partir de regras espontâneas do próprio sistema e/ou de normas previamente estabelecidas. Nesse sentido, língua constitui um conjunto de regras fonéticas, morfológicas e sintáticas.

Como sistema de possibilidades linguísticas, a língua reúne em si vários usos – modalidades de uso da língua. Já asseverava Saussure (1916), ao distinguir *langue* (parte social da linguagem) de *parole* (parte individual da linguagem), que a *langue* (língua) é uma somatória de todas as *paroles* (falas ou usos).

Dialeto, grosso modo, se refere aos diferentes usos de uma dada língua. Contudo, convém ressaltar que há três diferentes acepções de dialeto.

Dialeto é uma corrupção da língua, ou seja, produto da evolução normalmente espontânea da língua, cujo resultado é uma derivação tão característica, que os usuários de uma outra comunidade podem ter dificuldade de reconhecimento daquele uso, como sendo um uso ou modalidade da sua língua. É o que ocorreu com o latim, que se transformou nas línguas românicas.

Dialeto também pode ser tão-somente o conjunto de particularidades fonéticas e vocabulares de uma dada região, ou seja, sotaques ou regionalismos. Como é o caso do português do Brasil, por exemplo, em que há pelo menos quatro falares regionais distintos: o do Norte, o do Nordeste, o do Sudeste e o do Sul.

Ainda podemos associar “dialeto” ao fato de uma dada estrutura linguística (língua dialetal) estar subordinada a uma região politicamente organizada, em que uma língua é oficial. É o que ocorre na Espanha: o castelhano é a sua língua oficial, mas é de fato, assim

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como o galego e o catalão, um língua dialetal do latim na Espanha.

Segundo Câmara Jr., “Do ponto de vista puramente linguístico, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços linguísticos fundamentais”. (*Idibidem*, p. 95)

O referido Mestre ressalta, ainda, que não há uma unidade absoluta em um dado dialeto em todo o território por onde se estende. Um dialeto pode apresentar, inclusive, subdialetos, isto é, certos traços linguísticos podem ser encontrados em uma determinada parte da região em que se circunscreve.

Dialetos e subdialetos de uma dada língua recebem uma classificação convencionada, baseada preferencialmente em traços fonéticos e morfológicos, os quais são aspectos normalmente mais estáveis e sistemáticos da língua. Não é raro acrescentar a esses aspectos linguísticos conceitos extralinguísticos de natureza sócio-política ou psíquica. Nesse caso, o que se tem não é propriamente um dialeto mais uma língua em si, como se pode observar na Espanha: o espanhol (castelhano), o catalão e o galego constituem línguas distintas.

Restrições a formações de dialetos

Embora seja comum o fenômeno de dialetação de uma dada língua, mormente quando se efetiva num grande território ou em várias regiões descontínuas e, por vezes, distantes e de sistemas políticos diversos, há certas restrições a formações de dialetos e à sua manutenção quando se efetiva. Tais restrições são de ordem extralinguística:

- Sentimento linguístico comum e espontâneo – os usuários sentem a existência de uma língua comum e a reconhecem como tal.
- Existência de uma linguagem culta ou um padrão linguístico – nesse caso, os dialetos se limitam ao uso cotidiano e não apresentam maiores expressões culturais e literárias.
- Uma política nacional e organizada, a qual se subordinam as regiões por que se estendem os dialetos.

Convém ressaltar, como o fez Câmara Jr., que “quando se verificam essas condições extralinguísticas, mas não a coincidência dos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

traços linguísticos essenciais, já não se têm dialetos, mas línguas distintas”. (*Idibidem*, p. 95)

Convém ressaltar, também, que os traços linguísticos utilizados na identificação de dialetos e subdialetos de uma dada língua são os fonológicos e os morfológicos, porquanto são eles que se sobressaem e os caracterizam. Isto é, um dialeto compõem-se fundamentalmente de uma pronúncia e de um vocabulário particularizantes em relação à língua como um todo.

VARIAÇÃO FONOLÓGICA: METAPLASMOS

Por ser um sistema de linguagem, a língua compreende uma organização de fonemas (sons vocais significativos e distintivos), com os quais são formadas as suas palavras na organização de seu léxico.

Uma língua se distingue de outra língua pelos seus sistemas de fonemas e de formas linguísticas e, sobretudo, pelos seus padrões frasais, em que tais formas se organizam na interação e expressão do pensamento de seus usuários.

Portanto, as línguas se distinguem pela suas particularidades fonéticas e, mormente, morfossintáticas. Assim, quando uma determinada língua sofre evolução em suas estruturas fundamentais, tem-se um processo de dialeção, cujo resultado final pode ser o surgimento de uma nova língua.

Um exemplo claro desse fenômeno é o que ocorreu com a língua latina na península Ibérica: novas estruturas linguísticas surgiram; são as denominadas línguas neolatinas, uma das quais é o português.

Variações fonológicas podem ser observadas, por exemplo, entre o latim e o português.

Essas variações são consideradas “metaplasmos”, que se define como “toda mudança fonética que a língua sofre na sua evolução”, segundo os estudos de gramática histórica.

A gramática normativa latina já usava o termo para denominar as formas variantes de um vocábulo, considerando a etimologia

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(termo grego: *metá* “mudança” + *plasma* “forma”).

Na gramática histórica, o termo se relaciona tão somente a mudanças fonéticas. Nesses estudos, a forma-base e a forma variante situam-se numa linha evolutiva da língua no tempo.

Assim, podemos observar a ocorrência de diversos tipos de metaplasmos na formação do léxico da língua portuguesa, tomando a palavra latina como forma-base para a deriva.

Os metaplasmos podem ser por acréscimo, por supressão, por transformação e por transposição de um ou mais de um fonema vocálico ou consonantal.

São exemplos de metaplasmos por acréscimo: **prótese** (*scuto* > *escudo*), **epêntese** (*are(n)a* > *areja*), **suarabácti** ou **anaptixe** (*blat(t)a* > *barata*) e **epítese** ou **paragoge** (*ante* > *antes*).

São exemplos de metaplasmos por supressão: **aférese** ou **deglutição** (*epigru* > *prego*); **crase** (*do(l)or* > *dor*); **sinalefa** ou **elisão** (*outra+hora* > *outrora*), **síncope** (*lua* > *lua*); **haplogia** (*idololatria* > *idolatria*) e **apócope** (*mare* > *mar*).

São exemplos de metaplasmos por transposição: **metátese** (*semper* > *sempre*); **hipérese** (*primariu* > *primeiro*); **sístole** (*idolu* > *ídolo*) e **diástole** (*limite* > *limite*).

São muitos os metaplasmos por transformação. Eis alguns exemplos: **assimilação** (*ipsu* > *isso* ou *auru* > *ouro*); **ditongação** (*sto* > *estou*); **palatização** (*flam(m)a* > *chama*); **sonorização** (*lupu* > *lobo*).

A essas formas evoluídas do latim damos o nome de formas populares, que se distinguem das formas eruditas, que são aquelas que entram na língua posteriormente, sem sofrerem aquelas alterações profundas – os metaplasmos.

Além dos metaplasmos, também contribuem para a evolução de uma língua os estrangeirismos, que são as formas tomadas de empréstimos às diversas línguas em contato, e duas figuras de estilo: a metáfora e a metonímia. Aquela se efetiva ou por analogia de significado com outra forma ou por contiguidade do significado de uma forma. A metonímia propriamente dita (também denominada “siné-

doque”) se efetiva por aproveitar parte de um todo.

CIRCUNSTÂNCIAS DA EVOLUÇÃO

De fato, os referidos metaplasmos são o resultado das evoluções dos termos latinos, que se processaram principalmente na boca do povo. Daí, serem as formas evoluídas aquelas que surgiram por via popular.

As formas semieruditas também são populares, que, embora tenham entrado na língua em época posterior e por meio da Igreja principalmente, da administração romana e do ensino escolar, sofreram pequenas alterações fonéticas.

Admitindo-se que o ser humano se caracteriza pela língua que fala e que a língua é um fenômeno cultural e, portanto, uma criação humana, podemos asseverar que há dois tipos de evolução.

As evoluções, que podem ser “espontânea” ou “motivada”, não são estanques, pois há casos em que uma causa a outra.

A evolução espontânea é aquela que se dá naturalmente com o uso da língua. O falante procura se utilizar da língua da forma mais fácil, simples e objetiva, o que caracteriza as denominadas “lei do menor esforço” e da “economia lingüística”, combatidas por alguns estudiosos, como o fez de Câmara Jr. (*Op. cit.*, p. 155).

A evolução motivada se dá por uma falta da própria língua sentida pelos seus usuários ou pelo contato com outra(s) língua(s), que provoca o aparecimento de uma novidade.

A formação das línguas românicas tem a sua origem principalmente na evolução espontânea, sendo a evolução motivada responsável por certas características de uma dada língua românica.

O desaparecimento do futuro simples (*amabo* – “amarei”) e do futuro anterior (*amauera* – “terei amado”) foi causado pela evolução espontânea. Em consequência disso (falta do tempo futuro), nas línguas românicas, sobreveio a necessidade de se expressar esse tempo, o que se deu por uma evolução motivada (no português: amar hei > amarei; terei amado).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

Logo, as línguas mudam porque são organismos vivos, dinâmicos, que estão sempre em constante evolução, embora nem sempre nos damos por isso.

Quando uma língua se estende por um vasto território ou concorre com outras línguas numa mesma região ou ainda quando diversas comunidades lingüísticas se efetivam numa mesma extensão territorial, a probabilidade de ocorrerem mudanças lingüísticas é muito grande.

As diversas comunidades vão criando, de forma espontânea, paulatina e inexorável, seus modos praticamente particulares de uso da língua. Tal fenômeno, que pode ser mais ou menos efetivo e profundo, é o fator que determina o aparecimento de um falar regional, ou de um dialeto propriamente dito, ou até mesmo de uma nova língua.

Logo as circunstâncias da evolução de uma língua dependem de fatores regionais e/ou sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da distinção entre filologia e lingüística e, sobretudo, a importância de cada uma dessas áreas de estudos sobre a linguagem, pudemos observar que a compreensão de certos fatos lingüísticos históricos nos faz compreender os fenômenos da língua atual.

Vimos como uma língua evolui durante o seu uso pelo povo no decorrer do tempo e que essa evolução cria dialetos, que podem vir a se transformar numa língua diferente, como ocorreu com o latim principalmente depois da queda do Império Romano no Séc. V.

Vimos também, que, da língua latina surgiram diversas línguas românicas, uma das quais foi o português, e que a sua evolução se deu em alguns casos de forma espontânea e em outros de forma motivada.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de *Os lusíadas de Luís de Camões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007. (Edição fac-similada).
- BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: USP, 2001.
- BOPP, Franz . *Sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, o latim e o germânico*. 1816.
- CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 12ª ed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- . *História e estrutura da língua portuguesa*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985a.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. *Cancioneiros medievais galego-portugueses: fontes, edições e estrutura*. São Paulo: VMF Martins Fontes, 2007.
- NETO, Serafim da Silva. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1952.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 1922. Trad. de Antônio Chelini *et al.* São Paulo: Cultrix, 1969, título original: “Cours de Linguistique Générale”, Org. por BALLY, Charles; SE-CHEHAYE, Albert, Paris: Payot, [19--].
- VASCONCELOS, Leite. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1926.

**CONTRIBUIÇÕES DA FILOLOGIA
PARA O ENSINO DE LÍNGUAS**

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

ritaqueiroz@e-net.com.br

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB)

conceicaoreis@terra.com.br

Vida toda linguagem,
feto sugando em língua compassiva
o sangue que criança espalhará – oh metáfora ativa!
leite jorrado em fonte adolescente,
sêmen de homens maduros, verbo, verbo.

(Mário Faustino, 1966)

RESUMO

Trata da contribuição dos estudos filológicos para o ensino de língua. Discute-se o conceito de filologia empregado nas diferentes épocas. Defende-se a idéia de que a filologia é a área do saber que se ocupa do estudo das línguas e literaturas de uma determinada comunidade e, por esta razão, tem muito a oferecer para o conhecimento, o ensino e a aprendizagem de línguas, pois, ao se dedicar à história de uma língua ou línguas, tem por objetivo traçar-lhe a sua diacronia, a sua deriva. Conhecer a história é fundamental, mas não é empecilho para aqueles que desejarem estudar a língua materna ou outra língua. É importante porque muitos dos fenômenos que acreditamos atuais já aconteciam na época dos romanos, quando estes estavam levando a língua latina para diversas partes da Europa, África e Ásia, e que se repetem em outras épocas e outros lugares, com outros povos. Enfatiza-se que o vocabulário também se constitui de termos da língua erudita e da língua popular, das línguas dos povos dominados, das línguas dos povos que mantém intercâmbios, ou seja, de todos envolvidos direta ou indiretamente. Conclui-se afirmando que conhecer a trajetória histórica, saber como ocorreram os processos e quais foram os resultados em distintas línguas faz com que o leque de aprendizado de outras línguas se abra.

Palavras-chave: Filologia; Ensino de Línguas; Linguística Histórica.

INTRODUÇÃO

A palavra *filologia* provém de dois radicais gregos: *phílos* ‘amigo’, ‘amante’ e *lógos* ‘estudo’, ‘ciência’; entrou na língua portu-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

guesa através do latim *philologus* ‘amigo das letras’ cujo significado etimológico é ‘amor da ciência’, ‘culto da erudição’. Segundo Lázaro Carreter (1990, p. 187): “[...] ciência que estuda a linguagem, a literatura e todos os fenômenos de cultura de um povo ou de um grupo de povos por meio de textos escritos.” O significado da palavra filologia quase sempre esteve relacionado à ciência da cultura. Para Erich Auerbach (1972), a filologia é a área do saber que se ocupa da linguagem do homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. Nesta direção, Heinrich Lausberg (1974, p. 21) aponta como seu objeto de estudo as ‘obras’ ou ‘textos’, tanto os textos de uso pragmáticos como também os textos de uso repetido, ou seja, literários. Basseto (2001, p. 17) assevera que “[...] o filólogo é aquele que apreende a palavra, a expressão da inteligência, do pensamento alheio e com isso adquire conhecimentos, cultura e aprimoramento intelectual”.

Devido à sua origem ser antiga e de atuação abrangente, o uso da palavra filologia tem provocado controvérsia desde tempos remotos até os dias atuais. Alguns especialistas acreditam que o trabalho do filólogo restringe-se ao estudo preponderantemente histórico e comparado das línguas. Outros, pelo contrário, acreditam que o verdadeiro labor filológico é a edição de textos, tarefa que consiste em coligir, na tradição da obra, as várias versões a fim de autenticá-lo, estabelecendo ou restabelecendo sua genuinidade. Lausberg (1974), por exemplo, diz que a filologia tem de cumprir a tarefa tripla de crítica textual, interpretação de textos e a integração superior dos textos tanto na história da literatura como na fenomenologia literária. Auerbach (1972) reconhece a larga abrangência desta ciência e, por esta razão, enfatiza que sua forma mais antiga, a clássica, a mais nobre e a mais autêntica, é a edição crítica de textos. Entretanto, com isso, não nega o seu ramo lingüístico, através do método histórico-comparativo. Dubois (1993, p. 278), em seu *Dicionário de lingüística*, afirma que a filologia é uma ciência histórica que tem por objeto o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que aquelas nos deixaram, os quais nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas. Miazzi (1972) tem posição esclarecedora e de consenso. Para esta autora:

Do ponto de vista filológico, portanto, cabe ao romanista a pesquisa e publicação de textos, enquanto, no plano lingüístico, estuda ele os múltiplos aspectos da história das línguas neolatinas, sua evolução a partir do latim vulgar, as influências externas que receberam, os contactos que

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mantiveram entre si, a sua fragmentação dialetal, enfim, todos os fenômenos concernentes à fonética, morfologia, sintaxe e léxico. (Miazzi, 1972, p. 15)

Nesta perspectiva, pode-se dizer que tradicionalmente a filologia, para o desenvolvimento do trabalho, necessita do auxílio de outras áreas do saber, como, por exemplo, história, literatura, linguística, sociolinguística, etnolinguística, ao mesmo tempo em que contribui com estas e outras ciências.

Tomando-se a palavra na vertente da Crítica Textual, cuja principal tarefa é a reconstrução do original perdido (quando se dispõem de textos manuscritos), ou um texto fidedigno, baseado na tradição manuscrita e impressa, direta e indireta da obra, a filologia pode contribuir, por exemplo, com os estudos de história cultural, social e linguística na medida em que prepara e ordena os materiais da investigação histórica que são capazes de fazer reviver o passado como se fosse presente. A preparação de uma edição crítica de um texto é uma atividade complexa, minuciosa e exige rigor metodológico. É necessário coligir muitas informações sobre o texto a ser editado, traçar a trajetória da sua tradição, obter informações sobre o autor, a época e a língua em que foi lavrado. Auerbach (1972, p. 17) enfatiza que:

É preciso compreender a língua do texto; o editor tem necessidade, pois, de estudos linguísticos e gramaticais; por outro lado, o texto fornece amiúde um material deveras precioso para tais estudos; foi com base nos textos antigos que a gramática histórica, a história do desenvolvimento das diferentes línguas se pôde desenvolver; ela encontrou formas antigas que permitiram aos eruditos do século XIX fazer uma idéia nítida não apenas do desenvolvimento desta ou daquela língua como também do desenvolvimento linguístico enquanto fenômeno geral.

A filologia, no seu ramo linguístico, tem caráter histórico porque trata das línguas em geral e da comparação de uma ou de um grupo de línguas aparentadas. Normalmente, os estudos nesta vertente centram-se em determinadas línguas documentadas através de textos, percorrendo um itinerário cultural na tentativa de estabelecer relações de parentesco e explicar a genealogia de uma língua ou grupo de línguas a partir dos fatores estruturais e extralinguísticos, como, por exemplo, tipos do contato entre línguas, etnias e culturas, densidade demográfica, mobilidade populacional, questões geopolíticas.

A linguística histórica ou gramática histórica, como é mais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

conhecido o estudo pautado no método histórico-comparativo, aplicada ao mundo românico tem como principais precursores Friederich Diez (1794-1876) e Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936). O primeiro publicou, entre 1836 e 1844, uma gramática histórico-comparativa das línguas românicas e, em 1854, um dicionário etimológico dessas línguas. Diez foi um dos primeiros romanistas a salientar que as línguas românicas tinham no latim a sua primeira e principal fonte. Não o latim clássico, mas o latim popular falado pelos romanos nas diversas regiões do Império. O segundo, filiado à corrente neogramaticista, buscou reconstruir o latim vulgar, levando em consideração principalmente aspectos internos à língua.

Ao longo de sua trajetória, a filologia – tanto como crítica textual como lingüística histórica – tem alargado a sua forma de ver e conceber seu objeto de estudo. Atualmente não se concebe o estudo da história de uma língua desvinculado do estudo da história do povo que a fala. Desse modo, não se podem estudar as suas origens sem remontar ao passado e, por conseguinte, às etnias, à densidade demográfica, à mobilidade populacional, às questões geopolíticas dos povos e línguas em contato.

Fato é que a língua registra e acumula as aquisições culturais, pereniza fatos e dados que o tempo e as mudanças estruturais impõem à vida da sociedade, coloca, numa espécie de arquivo morto do conhecimento, os usos lingüísticos que se tornam desativados no saber dos povos, a língua assegura a continuidade do conhecimento e, de forma recorrente, avança e recua no tempo, retrata as influências pelas quais passam os grupos humanos, traduz as ansiedades que assinalam as diferentes épocas. Portanto, a compreensão total dos vários tipos de significado que são codificados na gramática e no vocabulário de uma língua só é obtida com o entendimento total da cultura, ou culturas, na qual ela funciona. Mesmo num estudo lastreado teórico-metodologicamente nos aportes da lingüística histórica não é pertinente e produtivo desconsiderar os conceitos da lingüística moderna, sobretudo da sociolingüística e da dialetologia.

É necessário compreender a dinamicidade das línguas, entendendo-a como fenômeno heterogêneo, porque heterogêneos são os indivíduos que a falam, dinâmicas são as sociedades e cada socieda-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de possui seus traços culturais próprios e singulares que ora se distanciam de outras culturas e ora se aproximam. Talvez seja por esta razão que Bertoni (1943, p. 21) afirma que identificamos a história de um povo ou da sua civilização com a história da sua língua, em que se revela a verdadeira história ideal na qual e sobre a qual corre a história através dos tempos, com os seus acontecimentos e com as suas vicissitudes.

No presente trabalho pretende-se, seguindo a orientação da lingüística histórica, mostrar de que forma a filologia pode contribuir para o ensino de línguas, sejam estas estrangeiras ou maternas. Neste sentido,

Toda variedade lingüística pode ser estudada, sob o ponto de vista diacrônico, em sua história externa ou interna. Sob o prisma da história externa, investigam-se a origem da língua ou dialeto, o território ocupado e possíveis expansões, as influências do substrato, do superstrato e do adstrato, os fatos políticos, econômicos, sociais e culturais que, de alguma forma, influíram em sua evolução [...]. A história interna estuda a língua em sua evolução interna, ou seja, nos vários níveis lingüísticos – fonético, morfológico, sintático, léxico e mesmo estilístico [...]. (Bassetto, 2001, p. 41)

A FILOGIA E O ENSINO DE LÍNGUAS

O ensino de língua materna

O ensino e a aprendizagem de língua materna podem ter um grande impulso com as contribuições da filologia. Neste caso, o filólogo apresenta as questões sócio-histórico-culturais que permeiam a história de qualquer língua e isso não seria diferente com a língua materna em solo brasileiro, ou seja, a portuguesa. O estudo da língua portuguesa e de suas especificidades passa pela diacronia. Muitos fenômenos só são explicados na sincronia através dos fatos que marcam a sua história, sejam aqueles ocorridos nos níveis fonético, morfológico, sintático ou lexical. Tomar-se-á aqui a formação do léxico da língua portuguesa para enfatizar a importância do conhecimento diacrônico e para tal foram elencados alguns exemplos, apresentados a seguir. Faz-se relevante salientar que a formação do léxico de uma língua de cultura perpassa justamente pelas questões sócio-histórico-culturais já mencionadas, pois, como assinalam Oliveira e Isquerdo (1998, p. 7), “[...] o léxico de uma língua conserva uma estreita rela-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção com a história cultural da comunidade. [...] na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura.”. Lüdtke (1974), ao se referir à história do léxico românico, afirma que todas as mudanças no vocabulário estão relacionadas, de alguma forma, com as mudanças políticas e culturais. Sendo assim, não se pode dissociar a formação do léxico da língua portuguesa com a história e a cultura do povo que a fala.

Cavalo e seus derivados

A língua latina, a qual foi fragmentada por diversos processos e resultou na formação das línguas românicas, dentre estas a portuguesa, possuía em seu léxico a forma *equus*, que designava o animal de batalha, militar, de esporte. A língua latina popular apresentava a forma *caballus*, da qual foram originadas as formas nas línguas românicas, sendo em português *cavalo*. No entanto, os adjetivos relativos a cavalo foram formados a partir de *equus*: em português eqüestre, eqüino, equitação.

Orelha e seus derivados

A palavra orelha em latim era *auris*, que foi substituída na língua popular pela forma derivada *auricula*. Esta, por sua vez, passou por processos naturais de simplificação, tais como: redução do ditongo *au* a *o*; síncope da vogal *u*; resultando em *oricla*, que por sua vez teve o grupo formado pela consoante oclusiva mais líquida, *cl*, palatalizado e por processo de harmonia vocálica a vogal medial *i* passou a *e*. A tradução desses processos é a forma portuguesa *orelha*. Contudo, as formas adjetivas relativas a orelha seguem *auris*, *auricula*: auricular.

Leite e seus derivados

A palavra latina que designava o leite era *lacte*. Esta, em sua passagem do latim para o português, teve o primeiro elemento do grupo formado por consoantes oclusivas *ct* se palatalizar, ou seja, passar a *i*, por harmonia vocálica *a* passou a *e*, ficando então *leite*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Entretanto, as formas derivadas se mantêm fiéis a lacte: lactante, lácteo, laticínio.

Palavras de origem indígena e africana

A língua portuguesa que hoje se fala no Brasil foi para cá trazida pelos portugueses quando do processo de colonização das terras da América do Sul. Quando aqui chegaram os portugueses, estes encontraram uma diversidade étnica formada pelas inúmeras tribos que aqui habitavam. Para que houvesse comunicação entre portugueses e indígenas, aqueles foram aprendendo os dialetos e idiomas destes. A língua tupinambá era a usada pelos grupos indígenas que se mostraram mais abertos ao contato com os portugueses, sendo daí criada a língua geral e daquela partiu a primeira influência recebida pela língua dos colonizadores.

Outro contato importante ocorrido em solo brasileiro e que influenciou a língua portuguesa foi aquele proveniente das línguas dos negros africanos para cá trazidos como escravos. Estes aprenderam português para se comunicarem com os senhores e com isso deixaram as suas marcas lingüísticas na língua portuguesa.

São de origem indígena, ou mais precisamente da língua tupinambá, nomes de plantas, frutas e animais brasileiros, tais como: abacaxi, jabuticaba, maracujá, buriti, caatinga, carnaúba, cipó, ipê, sururi, piranha, dentre outros. Além deste, a toponímia revela também esta influência: Aracaju, Caraguatatuba, Jabaquara, Parati, Piracicaba, Itaberaba, Itapuã etc.

As influências das línguas africanas são confirmadas através da culinária afro-brasileira, das religiões afro-brasileiras, do vocabulário familiar, do universo das plantações de cana, dentre outros. Podem-se elencar as seguintes palavras: maxixe, abará, acarajé, vatapá, orixá, Exu, Oxossi, Oxum, Iansã, senzala, molambo, caçula, cafuné, moleque, bangüê, samba etc.

O ensino de línguas estrangeiras

O ensino e o aprendizado de uma língua estrangeira também perpassam pelo conhecimento do vocabulário da língua materna e as possíveis correspondências que se pode encontrar na língua alvo. Neste sentido, dá-se ênfase à história da língua, pois o entendimento desta representa uma importante chave de acesso a outros links. As tendências atuais em ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras destacam as interfaces sócio-culturais.

Conhecer bem a língua materna, saber como funcionam suas partes integrantes, pode auxiliar e muito o ensino e o aprendizado de outra língua. Sendo esta da mesma família lingüística que aquela, faz-se ainda mais significativa. Entretanto, esta não é uma condição *sine qua non*. Todo este conhecimento pode ser muito válido quando se estuda inglês, ou alemão, por exemplo. Segundo Berlitz (1988, p. 222): “Embora milhares de línguas e dialetos sejam falados hoje, a maioria dos povos fala ou reconhece palavras básicas em 25 línguas principais.”

As línguas românicas

Quando são reconhecidos os processos pelos quais a língua latina passou e em decorrência deles houve a sua fragmentação e posterior formação das línguas neolatinas, compreendem-se melhor os resultados atuais. Para isso, vejamos alguns exemplos:

LATIM	ESPAÑHOL	FRANCÊS	ITALIANO	PORTUGUÊS
octo	ocho	huit	otto	oito
auricula / oricla	oreja	oreil	orecchia	orelha
nocte	noche	nuit	notte	noite
oculu / oclu	ojo	oeil	occhio	olho
cantare	cantar	chanter	cantare	cantar

QUADRO 1: O latim e as línguas românicas

Observando-se os exemplos acima, nota-se que os resultados apresentados nas línguas românicas são muitos próximos. Para o encontro formado pelas consoantes oclusivas *c* e *t*, têm-se no espanhol a palatalização do grupo *ct* em *ch* ([t♣]); no francês a palatalização do primeiro elemento oclusivo, passando a *it*; no italiano a perda do primeiro elemento oclusivo e a geminação do segundo, *tt*; e o portu-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

guês com o mesmo processo do francês, *it*. Nos casos em que há o encontro formado pela oclusiva mais líquida, *cl*, têm-se os seguintes resultados: em espanhol *j* ([z^h]); a palatalização do elemento oclusivo no francês, *il*; a palatalização no italiano *cchi* ([ki]); a palatalização no português *lh* ([λ]). No exemplo em que consta o verbo latino *cantare*, têm-se os seguintes resultados: em espanhol e português há a apócope da vogal final *e*; em italiano há a manutenção da forma latina; e em francês ocorre um fenômeno típico desta língua: quando a consoante oclusiva [k] está diante da vogal [a] em início de palavra, ocorre a palatalização, passando a [kʲ], a vogal final sofre apócope e a vogal *a* passa a *e*. Quando se sabe esses resultados, tendo também um conhecimento básico da língua latina, assimilam-se melhor as realizações nas línguas românicas. Toda palavra em que ocorre o que foi aqui explicitado, com exceção para aquelas que não seguem este paradigma, os resultados serão os mesmos.

As línguas românicas e não românicas

Vejam algumas situações em que se pode analisar a complexidade da formação do léxico de uma língua de cultura.

LATIM	INGLÊS	ESPA-NHOL	FRANCÊS	ITALIANO	PORTUGUÊS
-	bicycle	bicicleta	bicyclette	bicicletta	bicicleta
problema	problem	problema	problème	problema	problema
paupertas	poverty	pobreza	pauvreté	povertà	pobreza
translatio	translation	traducción	traduction	traduzione	tradução
admirabilis	admirable	admirable	admirable	ammirabile	admirável

QUADRO 2: O latim, o inglês e as línguas românicas

Nos exemplos vistos nas línguas latina, inglesa, francesa, espanhola, italiana e portuguesa, constata-se certa similitude nas formas apresentadas. É notória a influência da língua latina, pois foi dela que as formas nas outras línguas se estabeleceram. Claro que nestes casos há as particularidades de cada língua, principalmente quanto à pronúncia (que envolve a fonética e a prosódia, por exemplo). Sabe-se que as línguas estão sempre em processo de intercâmbios, de empréstimos, mesmo entre línguas de origens aparentemente distintas, pois as línguas evoluem, se diferenciam, tomam empréstimos, são substituídas, dominam e são dominadas. Isso aconteceu com a própria língua latina.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Por conta de fatores sócio-históricos, tais como: longa ocupação romana da Bretanha e em seguida a colonização germânica, e a conquista normanda em 1066, a língua inglesa encontra-se a meio caminho entre as línguas românicas e germânicas. Milhares de palavras derivadas do latim entraram para o inglês, assim como muitas palavras e frases latinas permaneceram praticamente inalteradas. Neste caso, podem-se reconhecer as seguintes palavras:

exit	testimony	candidate
item	habeas corpus	nucleus
salary	terra firma	calculus
deficit	alibi	modus vivendi
profit	alias	veto
propaganda	ad hoc	subpoena
sic	omnibus	persona non grata

QUADRO 3: As formas latinas no inglês

No quadro a seguir se poderá constatar a proximidade e o afastamento da língua inglesa, ou seja, como está realmente a meio caminho entre as línguas românicas e as germânicas.

Latim	Inglês	Alemão	Holandês	Francês	Espanhol	Português	Italiano
limone	lemon	die zitrone	citroen	citron	limón	limão	limone
speculu	mirror	der spiegel	spiegel	miroir	espejo	espelho	specchio
actore	actor	der schauspiel- spieler	tooneels- peler	acteur	actor	ator	attore

QUADRO 4: A língua latina, as germânicas e as românicas

CONCLUSÃO

A filologia, ciência antiga que se ocupa do estudo das línguas e literaturas de uma determinada comunidade, tem muito a oferecer para o conhecimento, o ensino e a aprendizagem de línguas, pois, ao se dedicar à história de uma língua ou línguas, tem por objetivo traçar-lhe a sua diacronia, a sua deriva. Conhecer a história é fundamental, mas não é empecilho para aqueles que desejarem estudar a língua materna ou outra língua. É importante porque muitos dos fenômenos que acreditamos atuais já aconteciam na época dos romanos, quando estes estavam levando a língua latina para diversas partes da Europa, África e Ásia, e que se repetem em outras épocas e outros lugares, com outros povos.

Um dos níveis linguísticos nos quais podem ser percebidas as

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

influências de outras línguas é o lexical. Mesmo após uma breve análise é possível se notar que a constituição do vocabulário de uma língua não é homogênea. De acordo com Faraco ([s.d], p. 90): “Incorporar palavras de outras línguas é, como costumam dizer os linguistas, uma condição geral das línguas.” Neste sentido, em se tratando da língua portuguesa, esta teve seu vocabulário ampliado em 10 vezes, do século XVI aos dias de hoje, devido justamente à apropriação de palavras de outras línguas e aos seus próprios mecanismos de geração de novas palavras. É isso que mantém as línguas adaptadas às contínuas mudanças que ocorrem com a dinâmica histórica das sociedades.

As línguas latina e grega representam a fonte para boa parte das línguas ocidentais. Muitas palavras do grego foram incorporadas ao latim, e deste foram passadas para as línguas românicas e também germânicas. Isso só faz corroborar as assertivas já apresentadas neste trabalho, o qual traz exemplos que reforçam o tema aqui proposto.

Vale salientar que o vocabulário, além do que já foi exposto, também se constitui de termos da língua erudita e da língua popular, das línguas dos povos dominados, das línguas dos povos que mantêm intercâmbios, ou seja, de todos envolvidos direta ou indiretamente. Sendo assim, conhecer a trajetória histórica, saber como ocorreram os processos e quais foram os resultados em distintas línguas faz com que o leque de aprendizado de outras línguas se abra.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: EDUSP, 2001.

BERLITZ, Charles. *As línguas do mundo*. Tradução Heloísa Gonçalves Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

BERTONI, Giulio. *Introdução à filologia*. Tradução Giuseppe Carlo Rossi. Lisboa: Clássica, 1943.

BODMER, Frederick. *O Homem e as línguas: guia para o estudioso*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de idiomas. Plano e orientação Lancelot Hogben. Tradução Aires da Mata Machado Filho, Paulo Rónai e Marcello Marques Magalhães. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1960.

CAMPROUX, Charles. *Las lenguas románicas*. Traducción Damiá de Bas. Barcelona: Oikos-Tau, 1980.

CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. 3ª ed. corrig. Madrid: Gredos, 1990.

DUBOIS, Jean et all. *Dicionário de lingüística*. Direção e coordenação geral da tradução: Prof. Dr. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1993.

FARACO, Carlos Alberto. Estrangeirismos e a antropofagia brasileira. *Biblioteca entre livros*, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 90-93, [s.d].

GAUGER, Hans-Martin. *Introducción a la lingüística románica*. Versión española Elisabeth Schaible y José García Alvarez. Madrid: Gredos, 1989.

GUERRA, Antonio Guzmán; CALLER, Paloma Tejada. *¿Como estudiar filología?* Madrid: Alianza, 2000.

LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística românica*. Tradução Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. 2ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981.

LÜDTKE, Helmut. *Historia del léxico románico*. Madrid: Gredos, 1974.

MIAZZI, Maria Luísa Fernandez. *Introdução à lingüística românica: histórico e métodos*. São Paulo: Cultrix, 1972.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande-MS: UFMS, 1998.

POSNER, Rebecca. *Las lenguas romances*. Traducción Silvia Iglesias. Madrid: Cátedra, 1998.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de (Org.). *Coletânea de textos românicos*. Salvador: Quarteto, 2007.

SALLES, Ricardo C. *O legado de Babel: as línguas e seus falantes*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

Dicionário descritivo das línguas indo-européias. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

SIGUAN, Miquel. *A Europa das línguas*. Tradução Alexandra Borges de Sousa. Lisboa: Terramar, 1996.

STÖRIG, Hans Joachim. *A aventura das línguas: Uma viagem através da História dos idiomas do mundo*. 2ª ed. rev. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

TAGLIAVINI, Carlo. *Orígenes de las lenguas neolatinas: introducción a la filología romance*. Tradução Juan Almela. 5ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

WALTER, Henriette. *A Aventura das línguas no ocidente: origem, história e geografia*. Tradução Sérgio Cunha dos Santos. São Paulo: Mandarin, 1997.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

***DE ARTIBVS TRANSLATIONIS CONVERSIONISQVE:*
QUESTÕES CONCERNENTES
À TRADUÇÃO DO TEXTO POÉTICO**

Luiz Fernando Dias Pita (UFRJ/UERJ/FFSD)
nandopit@uol.com.br

RESUMO

Valendo-nos do exame de obras produzidas em francês, espanhol, galego e latim, visamos analisar questões tangenciais ao processo de tradução do texto poético. Foram abordados diversos procedimentos usados em traduções próprias ou alheias, em que privilegiou-se a fidelidade à forma ou ao conteúdo dos textos em apreço.

Palavras-chave: Tradução, Latim, Línguas Neolatinas.

Sem temer iniciar de forma abrupta, principio por expondo um dado crucial, presente na interseção dos estudos literários e linguísticos: a de que todo texto literário é caracterizado por uma intervenção nas funções meramente comunicativas da linguagem. Esta intervenção se dá, sabemos-lo, mais amiúde no código ou na mensagem transmitida. Deste modo, o texto literário diverge das outras tipologias pelo fato de que, nele, a relação simbiótica entre significante e significado se reconfigura, assumindo esta (in)equação um novo delineamento que, em geral, traduzem-se também em novos axiomas. Estes novos axiomas, reagrupados, violam a significação comum dos termos utilizados visando produzir, no leitor, aqueles efeitos, distintos entre si, mas considerados todos como próprios da fruição do texto literário.

Se estes fatos demonstram a especificidade do texto literário enquanto tipologia textual, implica subrepticamente que esta tipologia requererá também mecanismos particulares de produção, análise, interpretação, fruição e, enfim, tradução.

Por fugirem ao escopo deste artigo não abordarei aqui - salvo necessidade imperiosa - os dois primeiros dos mecanismos supracitados, deter-me-ei, portanto e em grau crescente de atenção, aos três últimos; contudo torna-se vital mencionar igualmente que, se tais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

procedimentos - seja isto ponto pacífico - são aplicáveis a todo e qualquer texto que se proponha como literário, no caso particular do texto poético estes mecanismos tendem, em razão da ainda maior gama de particularidades que o cercam, a agudizar-se, chegando mesmo a serem, no tocante à tradução, postos em xeque: questionamentos há que permeiam os estudos literários praticamente desde sua fundação, inquirindo-se sobre as possibilidades e a (real) exequibilidade da tradução do texto poético, além dos contornos que esta pode assumir e os limites com os quais pode defrontar-se.

Faz-se mister ressaltar, pois, que, por diversas vezes ao longo da historiografia literária, o embate entre os diversos posicionamentos que se podem assumir no tocante à tradução do texto poético assumiu proporções de grande envergadura: defendendo-se ora a impossibilidade da real tradução da poesia, ora o contrário, esbarra-se também no questionamento a respeito da possibilidade de o leitor fruir o texto traduzido na justa medida em que o pode fazer o leitor do texto original.

E serão justamente estas as questões que aqui abordarei, usando sempre textos produzidos originalmente em quatro idiomas: o latim, o espanhol, o francês e o galego. Para justificar minhas escolhas, exponho que a produção poética em língua latina obedeceu a cânones estéticos bastante diversos dos atuais: os pilares da poesia clássica estavam embasados em valores outros, que a tradição literária popular vem, desde a Idade Média, encarregando-se de substituir. Entretanto, ecos da estética latina podem perceber-se em autores dos séculos XX e XXI.

Dada a pertinência ao tronco lingüístico neolatino, a produção em línguas francesa e espanhola sói, justamente pela proximidade entre estes idiomas, apresentar singulares desafios a seus tradutores, muitas vezes obrigados a lançar mão de recursos inusitados para conseguir, em seus trabalhos, resultados qualitativamente similares.

Sendo também uma língua neolatina, o galego tem a particularidade de, salvo diferenças ortográficas resultantes da adaptação a um sistema fonológico peculiar e uma grande presença de hispanismos, não diferir – no âmbito morfossintático – do português. Além disso, as variações fonológicas não diferem das da língua portuguesa nas províncias do extremo norte de Portugal. O que nos leva a son-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dar: quais os problemas de tradução que poderiam apresentar-se em língua(s) que são em tudo iguais – ou mesmo uma só?

Neste trabalho, se necessário, valho-me também de suas contra-partes: estes mesmos problemas, vistos sob a ótica da versão para língua estrangeira de produção poética originalmente composta em língua portuguesa. Obviamente, utilizarei os mesmos idiomas antes mencionados e, caso necessário, não me furtarei eu mesmo a “cometer” as versões a serem utilizadas aqui. Outrossim, furto-me, a recorrer a textos teóricos relativos à(s) problemática(s) inerentes ao processo tradutório. Isto porque opto por privilegiar uma abordagem o mais prática quanto possível.

A fruição de um texto poético é um resultado diretamente proporcional à eficácia na combinação de signos sonoros, no caso da poesia declamada, ou visuais, no da palavra escrita, organizados para a construção de imagens evocativas que possam despertar, no ouvinte ou no leitor, o gozo estético desejado pelo autor⁵.

Antes de adentrar diretamente no exame da tradução em si, cabe reforçar que o aspecto visual da obra interfere na fruição pelo leitor, como exemplo, basta observar-se o poema “*Versos a um cão*”, de Augusto dos Anjos, grafado como consta de suas primeiras edições para constatarmos que o modo como o texto nos alcança não é exatamente o mesmo, apesar do conteúdo ter-se mantido inalterado:

Que força poudes, adstricta a embryões informes,
Tua garganta estúpida arrancar
Do segredo da célula ovular
Para latir nas solidões enormes?!

Esta obnoxia inconsciencia, em que tu dormes,
Sufficientissima é para provar
A incógnita alma, avoenga e elementar,
Dos teus antepassados vermiformes.

Cão! – Alma de inferior rhapsôdo errante!
Resigna-a, ampara-a, arrima-a, affaga-a, acóde-a
A escala dos latidos ancestraes...

⁵ Embora se possa alegar que esta afirmação padeça de um enfoque demasiado tecnicista para deslindar a questão, ele se apresenta como suficiente para permitir uma aproximação válida para os problemas propostos.

E irás assim, pelos séculos, adeante,
Latindo a exquisitíssima prosódia
Da angustia hereditaria dos teus paes!

(Anjos, 1941, p. 64)

Se é a construção de imagens evocativas que permitem provocar, no leitor, o efeito desejado, isso que implica afirmar que toda produção poética é – qualitativamente falando – devida à estratégia e à intencionalidade do autor. Fato este que acarreta conseqüências diretas quando se trata de uma eventual tradução dos textos, pois em respeito a estas estratégia e intencionalidade, a tradução de um texto poético se encontra(ria) delimitada de antemão pelas necessidades de: *a*), reproduzir, na língua-meta, as mesmas imagens produzidas pelo autor na língua-origem; *b*), evocar, no leitor/ouvinte em língua-meta, o mesmo gozo estético sentido por seus congêneres da língua-origem.

Se esses limites são impostos em respeito, enfim, ao conteúdo do texto, formulam-se questões sobre outros entraves que se podem colocar, em função de sua forma: deve o tradutor valer-se das mesmas métricas, rimas, sonoridades presentes no original? Ou tem o direito de alterá-las, visando mais bem acurada adequação às propostas estéticas mais costumeiras na língua-meta? Desdobradas, estas questões acabam por delinear-se como quadrantes, divididos pela ordenada do respeito à forma e pela abscissa do respeito ao conteúdo, e será por entre esses quadrantes que a atividade do tradutor poderá, a partir de cada idioma e em cada poema em particular, estabelecer seu par ordenado.

Um flagrante exemplo de uma tradução que se pode bem alocar no primeiro quadrante –de respeito à forma e reprodução do conteúdo - é a seguinte, cuja análise revelará que o intento de solucionar problemas advindos da tradução – do espanhol para o português – engendrou casos singulares e interessantes. Início mencionando os oito versos iniciais (e finais, já que se repetem, criando um efeito cíclico) do poema *Piedra de Sol*, composto em 1957 pelo poeta mexicano Octavio Paz:

un sauce de cristal, un chocho de agua,
un alto surtidor que el viento arquea,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

un árbol bien plantado mas danzante,
un caminar de río que se curva,
avanza, retrocede, da un rodeo
y llega siempre:
un caminar tranquilo
de estrella o primavera sin premura,⁶ (Paz, 1988, p. 08)

que foi traduzido da seguinte forma por Horácio Costa:

um sáliz de cristal, um choupo de água,
um alto repuxo que o vento arqueia,
uma árvore firme porém dançante,
um caminhar de rio que se curva,
avança, retrocede, dá uma volta
e chega sempre:
um caminhar tranqüilo
de estrela ou primavera sem urgência, (Paz, 1988, p. 09)

que opta perceptivelmente pela manutenção das imagens evocadas pelo autor, ainda que opere substanciais – ainda que pouco nítidas – transformações na métrica, pois os versos originais são endecassílabos, enquanto os em português adotam metrificacão decassílabo. Esta modificacão é resultante da própria estrutura do espanhol, que, não possuindo vogais finais reduzidas – como o português – e possuindo maior quantidade de ditongos, acaba por realizar menor número de elisões e crases, “consumindo” mais sílabas por versos que sua língua-irmã.

No tocante à reproduçãõ do conteúdo, percebe-se a opção por um vocabulário mais erudito em português do que aquele que Paz utiliza em espanhol. Esta opção fica patente já no primeiro verso, em que Horácio Costa usa o termo “*sáliz*” para traduzir o equivalente espanhol “*sauce*”. Esta escolha mantém, em português, o tom solene de todo o poema original, mas coloca também novo problema para o leitor em língua-meta, pois o termo “*sáliz*” designa, *em língua latina*, a árvore *salgueiro* com que Paz concebe sua imagem poética. Desse modo, Costa acaba não apenas por perpetuar o tom, mas por lançar, sobre todo o poema, tintas eruditas que não estão presentes no original. Caso optasse por *salgueiro*, teríamos o verso em português tam-

⁶ Detenho-me nos oito versos iniciais do poema, uma vez que seria impossível realizar aqui a análise dos 585 versos que o compõem. O mesmo procedimento de utilizar trechos selecionados das obras será aplicado outras vezes, se necessário.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

bém como endecassílabo, o que seria, pela razão já demonstrada, um acréscimo desnecessário, traindo porém a intencionalidade do tradutor em proporcionar um tom erudito, já que, além de salgueiro, poderia optar também por “*chorão*”, nome com que dita árvore é mais popularmente conhecida.

Outro ponto digno de nota na tradução é preferir-se, no sexto verso, traduzir o conectivo “y” pelo seu equivalente português “e”: no verso em questão, esta conjunção tem caráter antes adversativo, o que possibilitaria traduzi-la por “mas”, termo que, igualmente monossilábico, não afetaria a métrica do poema.

O oitavo verso apresenta ainda a expressão tipicamente mexicana “*sin premura*”, que pode significar de fato *sem urgência*, mas que tem seu uso presente antes no universo da fala coloquial, em que uma tradução como “*sem pressa*”, certamente não estaria distante do tom usado por Paz.

Vê-se portanto que, apesar da dificuldade, quando da tradução de um poema, de manter-se o equilíbrio entre forma, intenção e conteúdo, é possível optar-se – no caso acima por uma tradução que persiga o respeito à forma e, tanto quanto possível, a reprodução do conteúdo. Evidentemente, creio que o alcance deste objetivo foi, no caso em apreço, facilitado pela proximidade entre os idiomas origem e meta. Entretanto, parece-me também que este último fator, por mais grave que tenha sido, não possa sê-lo de maneira decisiva, pois, embora também pertencente à família das neolatinas, a língua francesa está mais distante das duas anteriores em diversos aspectos, principalmente no da relação entre fonologia do idioma e sua ortografia. (Fato irrelevante para os lingüistas, mas fundamental quando se trata da ortoepia na leitura de um texto poético). Na análise dos poemas a seguir, compostos em francês e traduzidos por José Lino Grünewald, percebe-se como se conseguiu – mais até que no caso anterior – captar-se os aspectos formais, embora nem sempre se haja conseguido – o que prenuncia nosso “segundo quadrante” – o da perfeita reprodução do conteúdo. Vejamos o primeiros, chamados *Derniers Vers (Últimos Versos)*, de Alfred de Musset:

J'ai perdu ma force et ma vie Et mes amis et ma gaieté;	Perdi minha vida e meu alento Meus amigos e a alegria;
--	---

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

<p>J'ai perdu jusqu'à la fierté Qui faisait croire à mon génie.</p> <p>Quand j'ai connu la vérité J'ai cru que c'était une amie; Quand je l'ai comprise et sentie, J'en étais déjà dégoûté.</p> <p>Et pourquoi elle est immortelle, Et ceux qui se sont passés d'elle Ici-bas ont tout ignoré.</p> <p>Dieu parle, il faut qu'on lui réponde, – Le seul bien qui me reste au monde Est d'avoir quelquefois pleuré.</p>	<p>Perdi até a galhardia Que fazia a fé em meu talento.</p> <p>Quando a verdade conheci Julguei que fosse um aliado; Já eu estava desgastado Quando a senti e entendi.</p> <p>E todavia ela é imortal, Quam dela faz-se marginal Aqui tudo teve ignorado</p> <p>Deus fala e este eco se descerra – O que me resta nesta terra É certas vezes ter chorado.</p> <p>(Grünewald (org.), 1991, p. 46-47)</p>
---	---

Perceba-se que Grünewald, ao realizar sua tradução do soneto, preserva as mesmas características de rima (abba abba ccd ccd) que o original francês, ademais, opta por termos próximos aos franceses. Mas não só: o original de Musset apresenta as rimas b em *-ie* e Grünewald mantém essa sonoridade, deslocando-a porém para as rimas a. Outra mudança ocorrida repousa no fato de que o soneto seja octossilábico enquanto sua tradução seja um heptassílabo, contudo, considerando que os octossílabos são a forma mais popular de versificação em língua francesa – cuja, como se sabe, maioria de suas palavras são oxítonas – e os heptassílabos, a mais comum em língua portuguesa, cetamente essa opção do tradutor se deva a, também, preservar a característica do soneto ser, em ambos os idiomas, realizado na métrica que desfruta de maior popularidade.

No entanto, devemos atentar para que Grünewald realiza algumas modificações no conteúdo da obra: logo no primeiro verso substitui o termo *“force”* por *“alento”*, cujo campo semântico mais amplo permite uma interpretação como *esperança* que o original não consente. Em sentido inverso, reduz o significado do termo *“amie”* do sexto verso, que, em francês pode significar de fato *“amiga”*, *“aliada”*, mas também *“namorada”* indicando uma possível paixão do eu-lírico pela *“verdade”* a que se refere. Ao optar por *“aliado”*, Grünewald não só reduz o campo semântico como, para criar a rima desejada, coloca o termo no masculino, dificultando, em uma primeira leitura, a associação entre esses vocábulos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Também o décimo-segundo verso (“*Dieu parle, il faut qu’on lui réponde*”) apresentaria uma grande dificuldade em sua tradução literal (“Deus fala, cumpre que se lhe – ou Lhe?- responda”) pois não haveria como rimar, em português, o verbo “responder” à palavra “mundo” com que de Musset constrói sua rima. Assim, a solução encontrada foi a reconstrução do conteúdo dos versos franceses, mas perdendo-se a idéia original de resposta à fala de Deus.

Passemos agora à segunda tradução de Grünewald, um quarteto de quadras composto por Paul Verlaine e denominado *Ariettes Oubliées III*: Subseqüentemente, a tradução de Grünewald:

Il pleure sur mon cœur Comme il pleut sur la ville; Quelle est cette langueur Qui pénètre mon cœur?	Chora no meu coração Como chove na cidade; Qual será tal lassidão Entrando em meu coração?
Ô bruit doux de la pluie Par terre et sur les toits! Pour un cœur qui s’ennuie Ô le chant de la pluie!	Ó doce rumor da chuva Pela terra e sobre os tetos! Coração que se envia,va, Ó, a cantiga da chuva!
Il pleure sans raison Dans ce cœur qui s’écœure. Quoi! nulle trahison?... Ce deuil est sans raison.	Chora sem qualquer razão No coração que se enfada, Pois! Nenhuma traição?... Este luto é sem razão.
C’est bien la pire peine De ne savoir pourquoi Sans amour et sans haine Mon cœur a tant de peine!	É bem certo a pior dor A de não saber porquê Sem amor e sem rancor Coração tem tanta dor!
(Grünewald, 1991, p. 122-3)	(Grünewald, 1991, p. 122-3)

Trata-se sem dúvida de uma composição menor de Verlaine, composto de quatro quadras hexassilábicas em rimas emparelhadas em abaa cdcc efee ghgg, com o agravante de serem a primeira e a quarta de cada verso formadas pela repetição do mesmo vocábulo. (Certamente Verlaine reproduz aqui a estrutura das árias, então muito em voga, mas o resultado, quando transposto para o papel, torna-se aquém do demais da sua produção.)

Nesse caso, Grünewald não teria mesmo muita margem para modificar algo do poema: limita-se a preservar o jogo entre os verbos *pleurer/pleuvoir* – chorar/chover, e, para preservar a estrutura da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

segunda quadra – com rimas em –uva – traduz o verbo “*s’ennuyer*” como “*enviuvar*”, sentido completamente fora do campo semântico do original. Todavia, na terceira quadra, não teve Grünewald como preservar a aliteração presente no segundo verso (“*Dans ce cœur qui s’écœure*”) e acaba por traduzir o verbo “*écœurer*” como “*enfadar-se*”, mas distinto dos significados originais de “*enjoar*”, “*repugnar*” e “*desanimar*”. Grünewald usou o verbo em sentido análogo ao que “*enfadarse*” tem em espanhol.

Se até aqui nossos exemplos apontam para a pressuposição de que a maior facilidade na reprodução do conteúdo está diretamente ligada à proximidade entre os idiomas origem e meta, isso decerto não poderá ser computado no próximo elemento em análise – em que se trata do respeito à forma e evocação do conteúdo. Embora também exista uma relação “familiar” entre os dois idiomas – o português e o latim –, esta não é tão próxima; persistindo ainda um distanciamento bem maior entre o gosto poético das duas línguas.

É bem sabido que a práxis poética da Antiguidade – e que se perpetuou em língua latina até o Renascimento – desconsiderava a rima como fato constitutivo do fazer poético, preferindo valer-se das possibilidades rítmicas proporcionadas pelo fato de possuírem – grego e latim – vogais breves e longas. Deste modo, a unidade poética mínima estaria formada pelo *pé*, uma combinação seqüencial de sílabas breves e longas. É sabido também que, durante o processo de formação das línguas neolatinas, a divisão em vogais breves e longas perdeu sua função lingüística distintiva, o que acarretou, por decorrência, a incapacidade de seguir-se privilegiando, em poesia, esta alternância rítmica como elemento estético; abrindo-se caminho para que os trovadores provençais elaborassem toda a nova estética de poesia que campearia desde inícios do segundo milênio.

Contudo, a poesia moderna, herdando dos românticos a tradição da ruptura e visando ultrapassar os limites que, até o século XIX, foram sendo delimitados para o fazer poético, acabaram por destituir a rima de sua condição *sine qua non* para a existência do texto poético. Curiosamente, a inexistência da rima acabou por possibilitar novos experimentalismos poéticos que, de alguma forma, acabariam retomando a práxis antiga da alternância rítmica.

Embora este fato nem sempre seja perceptível, uma vez que a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

leitura da poesia tornou-se um hábito cada vez mais solitário, é possível entrever-se este fenômeno a partir de uma prática que se tornou comum a partir da segunda metade do século XX: o da gravação de poemas por seus próprios autores. Creio valer a pena analisar um destes casos, o do poeta chileno Pablo Neruda, o qual registrou-se, em 1968, declamando os versos juvenis de seu segundo livro, “*XX Poemas de Amor y una Canción Desesperada*”, e é a partir da audição dos poemas que se percebe o ritmo cadenciado dos versos, construídos de modo – certamente inconsciente - a reproduzir a seqüencialidade dos pés da poesia latina. Como ilustração – já que é impossível confirmar nossa afirmação sem a audição do registro sonoro – colocamos abaixo o poema de número quinze, em que o dito acima fica mais flagrante:

Me gustas cuando callas porque estás como ausente,
y me oyes desde lejos, y mi voz no te toca.
Parece que los ojos se te hubieran volado
y parece que un beso te cerrara la boca.

Como todas las cosas están llenas de mi alma,
emerges de las cosas llena del alma mía.
Mariposa de sueño, te pareces a mi alma,
y te pareces a la palabra melancolía.

Me gustas cuando callas y estás como distante.
Y estás como quejándote, mariposa en arrullo.
Y me oyes desde lejos, y mi voz no te alcanza.
Déjame que me calle con el silencio tuyo.

Déjame que te hable también con tu silencio
claro como una lámpara, simple como un anillo.
Eres como la noche, callada y constelada.
Tu silencio es de estrella, tan lejano y sencillo.

Me gustas cuando callas porque estás como ausente.
Distante y dolorosa como si hubieras muerto.
Una palabra entonces, una sonrisa bastan.
Y estoy alegre, alegre de que no sea cierto. (Neruda, 2001, p. 89-90)

A menção ao poema de Neruda não é gratuita: pretendemos a ele retornar. Por ora, vale dizer que a retomada da alternância rítmica como elemento poético de primeira grandeza tornou possível o que até então, quando tentado, originara resultados sofríveis: a tradução – esteticamente aceitável – da produção poética contemporânea para

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

idiomas clássicos, conforme se atesta no poema abaixo, chamado “*Media in uia*”; o qual, de tão conhecido, será escusado apresentar-se o original:

Media in uia erat lapis Erat lapis media in uia Erat lapis Media in uia erat lapis	Non ero unquam immemor illius euentus Peruiui tam mihi in retinis defatigatis. Non ero unquam immemor quod media in uia Erat lapis Erat lapis media in uia Media in uia erat lapis.
---	--

Perceba-se que o versor Silva Bélkior – responsável pela publicação, em 1982, de uma coletânea em latim de poemas de Drummond – preservou com máxima atenção a métrica de cada verso, assim como manteve a mesma seqüência de vogais tônicas e átonas do original em português; assim a versão latina preserva, caso seja lida com a pronúncia tradicional do latim, o mesmo ritmo do original.

Se observamos grande respeito à forma do texto, com manutenção de sua métrica original e também do ritmo dos versos, verificamos por outro lado que há, no tocante ao conteúdo, uma liberalidade inusitada: ao optar pela construção “*Non ero unquam immemor illius euentus*”, o versor acaba por reconstruir o verso, literalmente, como: “*não estarei em tempo algum esquecido deste acontecimento/ ter continuado a viver nas tão fatigadas retinas de mim*”, o que expõe grande variação em torno aos versos originais “*Nunca me esquecerei desse acontecimento/ na vida de minhas retinas tão fatigadas.*” Obviamente uma versão extremamente literal dos versos resultaria nos versos latinos “*Nunquam obliuiscar illius euentus in uita mearum tam defatigatarum retinarum*”, completamente inaplicáveis ao propósito de manter-se a métrica original.

Percebe-se assim que, tanto na tradução quanto na versão, repousa a dificuldade de atender-se equilibradamente à forma e ao conteúdo do texto original: como pólos semelhantes, parece haver uma força de repulsão entre ambos. O problema, segundo se pôde perceber, torna-se tanto maior quanto mais se privilegia a preservação da forma original do texto. Visando, contudo, testar essa hipótese as análises seguintes partiram do princípio oposto, valorizando a maior liberdade quanto a esse aspecto.

Se, no exame do segundo quadrante, alertei para um retorno

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ao poema de Neruda, este momento é chegado, portanto apresento agora a tradução dele realizada por Eliane Zagury:

Gosto de ti quando calas porque estás como ausente,
E me ouves de longe, e a minha voz não te toca.
Parece que os olhos tivessem voado de ti
e parece que um beijo te fechara a boca.

Como todas as coisas estão cheias da minha alma
emerges das coisas, cheia da minha alma.
Borboleta de sonho, pareces com a minha alma,
e pareces com a palavra melancolia.

Gosto de ti quando calas e estás como distante.
E estás como que te queixando, borboleta em arrulho.
E me ouves de longe, a minha voz não te alcança:
deixa-me que me cale com o silêncio teu.

Deixa-me que te fale também com o teu silêncio
claro como uma lâmpada, simples com um anel.
És como a noite, calada e constelada.
Teu silêncio é de estrela, tão longínquo e singelo.

Gosto de ti quando calas por estás como ausente.
Distante e dolorosa como se tivesses morrido.
Uma palavra então, um sorriso bastam.
E estou alegre, alegre de que não seja verdade. (Neruda, 1979, p. 44-5)

Em processo análogo àquele evidenciado quando da análise de *Piedra de Sol*, seria de se esperar haver uma diminuição do número de sílabas, na passagem da língua-origem para a língua-meta, no entanto, o que aqui ocorre é justamente o inverso: Zagury optou – a meu ver deliberadamente – por construções frasais que “consomem” maior número de sílabas. Escolhendo realizar uma tradução que reproduz com a máxima fidelidade o conteúdo do texto de Neruda, Zagury seleciona, em português, aquelas expressões que mais usualmente são usadas para a tradução do espanhol. Exemplos disso aparecem já no primeiro verso, em que a expressão “*Me gustas*” é traduzida por seu equivalente “*Gosto de ti*”, apesar de que, com isso, acrescenta-se uma sílaba ao verso – sem que haja nenhuma compensação subsequente.

Outro exemplo que trai uma deliberada opção por reproduzir-se o conteúdo do original é o uso do pretérito mais-que-perfeito do indicativo no quarto verso (“*e parece que um beijo te fechara a*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

boca.”). Ora, este tempo verbal não equivale ao da forma espanhola *cerrara*, posto que, em espanhol, este verbo está no *pretérito imperfeito do subjuntivo*. Uma possibilidade mais simples de tradução seria o uso do pretérito perfeito (fechou) ou mesmo do imperfeito do indicativo (fechava).

Outro exemplo seria o uso da expressão “*de longe*” para traduzir “*desde lejos*” (versos 2 e 11), penso que “*ao longe*” seria uma opção mais exata para o contexto, entretanto posso afirmar que Zagury opta pela primeira porque confere maior semelhança do texto português ao original espanhol.

Um último exemplo será demonstrado no verso 16 (“*Tu silencio es de estrella, tan lejano y sencillo.*”) traduzido como “*Teu silêncio é de estrela, tão longínquo e singelo.*”), ainda que traduzir *sencillo* por “singelo” seja um verdadeiro achado, o termo *lejano* é muitíssimo mais utilizado com o sentido de “distante”; certamente, porém, Zagury preferiu o termo *longínquo* pelo fato de o texto conter repetidamente a expressão “longe” supra-citada.

Ao compararem-se as traduções do primeiro e terceiro quadrantes, pode-se pensar que o fato de que ambas têm o espanhol como língua-origem seja elemento facilitador para uma tradução em que a reprodução do conteúdo seja privilegiada, sem maiores sacrifícios da forma. Outrossim é certo que a tradução em português não preservou a possibilidade de uso da alternância rítmica como proposta estética, como o faz Neruda na “versão sonora” de seu texto.

Nossa próxima abordagem tratará de situação em que resultados mais proveitosos são alcançados usando-se tanto a liberdade formal quanto a evocação de conteúdo. Para tanto, ousei recorrer a traduções de minha própria lavra, e tomando novamente a literatura latina como fonte de textos de interesse – e, evidentemente, o latim clássico como língua-origem – busquei nos epigramas de Marco Valério Marcial (40-104 DC), material para análise. Minha escolha recaiu no fato de que o estilo que Marcial imprimiu a seus epigramas confere-lhes, ainda hoje, a capacidade de transmitir ao leitor o tom satírico e mordaz que contém, provocando tanto humor quanto se imagina tenha causado aos leitores de primeira mão.

Contudo, o desafio de sua tradução está justamente no fato de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

terem sido compostos como *epigramas*, isto é, poemas normalmente constituídos por dísticos elegíacos, formados por um hexâmetro e um pentâmetro datílicos, o que nos proporciona uma métrica que pode variar entre doze e quatorze sílabas por verso.

Evidentemente, um dístico, em português, formado com esta estrutura, não parece ser uma forma de versificação adequada para transmitir o tom das obras de Marcial. A solução encontrada foi a de, aproveitando o fato de que o verso datílico subdividia-se em dois grupos de dois pés e meio, que deveriam coincidir sempre com o fim de uma palavra, dividir os dois versos de (até) quatorze sílabas em quatro versos de sete sílabas cada – o que formaria uma quadra em redondilha maior, justamente o modelo de versificação mais popular e tradicional em língua portuguesa, que tem sido usado ao longo de toda nossa historiografia literária, desde a lírica trovadoresca até os atuais compositores de *rap*.

Considereei necessário sacrificar a forma original para a melhor evocação do texto e preservação do espírito dos poemas. Passe-se à análise dos resultados, mostrando-se em negrito os dísticos latinos, seguidos de uma tradução literal do texto latino e da quadra final resultante:

**Bellus homo et magnus uis idem, Cotta, uideri:
Sed qui bellus homo est, Cotta, pusillus homo est.**

(Novak, Neri; 1992, p. 268)

[Queres, Cotta, ser visto como um homem belo e grandioso.
Mas o homem que é belo, Cotta, é pusilânime.]

*Homem belo e valente
queres, Cotta, parecer.
Mas um homem, sendo belo
não pode valente ser.*

Na tradução deste dístico foi necessário sacrificar as idéias de concomitância, expressa pelo termo “*idem*”, e também a repetição do verbo “*esse*”, no segundo verso. Também o termo “pusilânime”, de uma tradução mais literal, teve de ser modificado, por não enquadrar-se no modelo proposto, uma vez que as redondilhas geralmente dispensam termos proparoxítonos.

**Dimidium donare Lino quam credere totum
Qui mauolt, mauolt perdere dimidium.**

(Novak, Neri; 1992, p. 274)

[A metade dar a Lino do que ser credor de tudo
Quem prefere, prefere perder metade.]

*É bem melhor, na verdade,
Dar a Lino uma metade
Do que tudo lhe emprestar:
Só metade perderá.*

Como a idéia básica deste dístico repousa em escolher o quanto se perderá em um ocasional empréstimo a Lino, fiz desse termo a tônica da rima, buscando a expressão “*na verdade*” com a intenção de criar uma rima e também como substituto para a idéia de preferência que o original exprime. Foi necessário, contudo, colocar essa idéia no início da quadra, invertendo portanto sua ordem em relação ao dístico. Essa decisão mostrou-se como a melhor das testadas porque garantia maior musicalidade à quadra final.

**Quid mihi reddat ager quaeris, Line, nomentanus?
Hoc mihi reddit ager: te, Line, non uideo.**

(Novak, Neri; 1992, p. 276)

[O quê dê a mim o campo nomentano perguntas, Lino?
Isto o campo me dá: a ti, Lino, não vejo.]

*Queres, seu Lino, saber
Quanto meu campo me dá?
Dá só uma coisa, seu Lino:
Eu não te encontro por lá.*

Neste exemplo optei por sacrificar a clareza quanto à localização do campo, posto que, sendo um termo tetrassilábico, prejudicava uma mais perfeita execução da redondilha. Se no exemplo anterior vali-me de rimas geminadas (aabb), aqui retornei ao modelo primeiro, rimando unicamente os versos pares. O que demonstra que a adaptação de um dístico elegíaco para uma redondilha maior nem sempre resultará em um processo pacífico, como fica, aliás, realçado no exemplo seguinte.

**Pexatus pulchre rides mea, Zoile, trita.
Sunt haec trita quidem, Zoile, sed mea sunt.**

(Novak, Neri; 1992, p. 276)

[Belamente vestido ris, Zoilo, das minhas rasgadas.
São elas rasgadas mesmo, Zoilo, mas são minhas.]

*Você ri das minhas roupas,
Vestido numa novinha
São mesmo velhas, Zoilo,
São velhas porém são minhas.*

Aqui, a falta de um único termo português equivalente ao adjetivo *pexatus*, *a*, *um*, obrigou-me a substituí-lo por todo um verso: “*Vestido numa novinha*”, com este último termo absorvendo o advérbio “*pulchre*”. Também optei por desconsiderar a repetição do nome do “destinatário” do epigrama (“Zoilo”), nomeando-o apenas no terceiro verso, para pontuar a repetição do termo “*velhas*”. O qual, aliás, não reflete com exatidão o adjetivo “*tritus*, *a*, *um*”; que significaria antes “*esfarrapado*”.

**Cum tua non edas, carpis mea carmina, Laeli.
Carpere uel noli nostra uel ede tua.**

(Novak, Neri; 1992, p. 274)

[Como os teus não lances, lamentas meus poemas, Lélío.
Ou não queiras lamentar os nossos ou lanças os teus.]

*Não mostras, Lélío, teus versos
Mas os meus você critica
Pára então de criticar,
Ou então os teus publica.*

Neste último exemplo tornou-se necessário substituir o verbo “*carpo*, *is*, *ere*, ...” cujo significado seria “*chorar*”, “*lamentar*”, pelo verbo “*criticar*” que não pertence exatamente ao mesmo campo semântico, mas apresenta-se como solução mais plausível, uma vez que permite também construir-se uma rima com “*publicar*”.

Se, anteriormente, pude concluir que respeito à forma e reprodução de conteúdo seriam forças auto-excludentes na tradução do texto poético; posso agora inferir, baseado nos exemplos analisados, que a liberdade formal tampouco é elemento facilitador da reprodução do conteúdo, e que bons resultados podem ser alcançados desprezando-se tanto a forma quanto o texto original. Se esse posicionamento pôde permitir o alcance do mesmo efeito do original no público-leitor, ficará ainda a pergunta: o resultado final constitui-se, de fato, em tradução, ou é antes uma recriação, em grande parte inde-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pendente, do texto original?

Sem pretender dar alguma resposta definitiva abordo questões em que o binômio forma/conteúdo não consegue chegar a uma solução de equilíbrio, em virtude de fatores que consideramos externos ao processo tradutório em si. Da leitura, contudo, do anterior, pode-se deduzir que a proximidade lingüística entre os idiomas origem e meta seja elemento facilitador da tradução. No entanto isto não pode ser mostrado como um valor absoluto, como se vê no poema abaixo, escrito em língua galega – que, entre todas as neo-latinas, é a mais próxima do português, havendo mesmo quem defenda a tese de que sejam, ambos, co-dialetos um do outro:

<p>HOXE</p> <p>Só podó escribir deste lado do Océano Atlántico non estou na ría materna para ouvir nenos falando a guerreira lingua galega</p> <p>só podó escribir aquí de fóra visitando palabras significativas logo mergulladas nas conversas cariocas</p> <p>xenreira serodio senlleira asolagar labazada devalo axexo</p>	<p>hoxe só podó escribir aquí e agora dialogando con poetas proxectistas son páxaro emigrado canto máis lonxe da ría ou dos ríos máis perto presinto a orixe do voo libre para planar libre libre dentro das lecturas galegas entaladas na garganta.</p> <p>(González Cruz, 2005, p. 77)</p>
--	--

A semelhança entre o galego e o português é tanta que esquivo-me mesmo a apresentar qualquer tradução do poema de Domingo González Cruz (1949), galego radicado no Rio de Janeiro que escreve em sua língua e publica regularmente em sua província espanhola natal. Contudo mesmo neste poema aparece uma seqüência de palavras que não possuem qualquer referência comum com o português, ficando o leitor à mercê de qualquer esclarecimento que elucide os termos em questão. Assim, a proximidade lingüística deixa de ser uma vantagem, uma vez que não nos traz à luz qualquer possibilida-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

de de dedução dos vocábulos mencionados.⁷

O exposto indica que, apesar da proximidade lingüística, a proximidade cultural acaba fornecendo maiores subsídios para uma tradução consistente, seja qual for a língua-origem. Esta questão, ainda que importante no caso das línguas modernas, reveste-se ainda de maior gravidade quando se trata das línguas clássicas, conforme exponho a seguir tomando como exemplo a primeira fala da peça *Octavia* – obra da literatura latina cuja autoria foi historicamente atribuída a Sêneca, embora provavelmente seja de autor imediatamente posterior ao governo de Nero -, ainda que o discurso seja relativamente longo (29 versos), apresenta variadas possibilidades de discussão. Ei-lo:

Iam uaga caelo sidera fulgens Aurora fugat,
surgit Titan radiante coma
mundoque diem reddit clarum.
Age, tot tantis onerata malis,
repete assuetos iam tibi questus
atque aequoreas uince Alcyonas,
uince et uolucres Pandionias:
grauior namque his fortuna tua est.
Semper, genetrix, deflenda mihi,
prima meorum causa malorum,
tristes questus natae exaudi,
si quis remanet sensus in umbris.
Vtinam ante manu grandaeva sua
mea rupisset stamina Clotho,
tua quam maerens uulnera uidi
oraque foedo sparsa cruore!
O nox semper funesta mihi,
tempore ab illo lux est tenebris inuisa magis:
tulimus saeuae iussa nouercae,
hostilem animum uultusque truces.

⁷ Como curiosidade, dou aqui os significados dos termos galegos, na ordem em que surgem no poema:

xenreira = ódio, antipatia

serodio = tardio (termo existente porém completamente desusado em português)

senlleira = única, irrepelível, sem igual

asolagar = inundar, ficar debaixo d'água

labazada = bofetada

devalo = baixa da maré, minguante, ocase

axexo = estar à espreita, espionar

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Illa illa meis tristis Erinys
thalamis Stygios praetulit ignes
teque extinxit, miserande pater,
modo cui totus paruit orbis
ultra Oceanum cuique Britanni terga dedere,
ducibus nostris ante ignoti iurisque sui,
coniugis, heu me, pater, insidiis
oppressae iaces seruitque domus
cum prole tua capta tyranno. (Pseudo-Sênèque; 1998, p. 3-4)

Como já de costume, eis minha tradução do texto acima;

Já a fulgente Aurora afugenta do céu as vagantes estrelas,
e surge Titã com a brilhante cabeleira, a devolver o claro dia ao mundo.
Então, cedo arqueada de tantos males,
retoma já as queixas habituais a ti
e suplanta as aquáticas alcíones,
suplanta as aves de Pandião
posto que tua sorte é mais grave que a delas.
Ó mãe a ser por mim sempre chorada,
causa primeira dos meus males,
ouvi os prantos tristes da de ti nascida,
se há ainda nas sombras os sentidos.
Oxalá a triste Cloto tivesse com sua velha mão rompido meus cordões quando vi
as tuas feridas,
o rosto manchado com o sangue esparso!
Oh! Noite sempre funesta a mim!
Desde aquele tempo a luz é mais odiosa que as trevas:
suportamos as ordens, o ânimo hostil
e os olhares ameaçadores da feroz madrasta.
Ela, ela com a minha triste Erínea, trouxe à frente os fogos estígeos
e te extinguiu no leito nupcial, ó pai miserando!
Ó pai, único a quem o mundo inteiro além-oceano obedeceu,
e a quem os bretões deram as costas em fuga.
Aos nossos generais ante o desconhecido
e do seu direito de cônjuge, ai de mim!,
jazes oprimido pela traição e tua casa e prole escravizada pelo tirano.

O texto já de início recoloca a questão de ser a poesia clássica baseada na quantidade das vogais, fato linguístico perdido pelas línguas neolatinas, em que a tonicidade substituiu a quantidade como elemento rítmico. Por esta razão, torna-se impossível respeitar-se a forma poética do original – o que faz com que diversos latinistas defendam a posição de que a poesia clássica só deve ser traduzida em forma de prosa, já que conferir elementos poéticos tais como a rima seria intervenção demasiado abusiva por parte do tradutor. Mas há

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mais.

Sendo a língua latina um idioma sintético, ou seja, cujas designações de número e de gênero embutem também o caso em que o termo é utilizado, e tendo a maioria das línguas modernas – à exceção do alemão e do russo – descartado esse recurso lingüístico, é defendida pela maioria dos classicistas a idéia de que uma tradução de um texto clássico deve preservar sobretudo a perfeita coincidência entre a função sintática na língua-meta e o caso da língua-origem. Este conceito, embora alheio à práxis tradutória em si, tornou-se critério valorativo para o julgamento das traduções de textos clássicos. Somado ao fato de que muitas vezes falta uma perfeita correspondência semântica entre os termos latinos e portugueses – que obriga o tradutor a lançar mão de perífrases, silepses, metáforas etc. – para a preservação do conteúdo do texto; ou seja, distintamente dos tradutores de outras línguas-origem, os das línguas clássicas são coagidos, pela estrutura mesma desses idiomas a romper com o respeito à forma tanto quanto com a reprodução do texto. Mas para agravante de uma situação já complexa, um terceiro problema persiste: o do substrato cultural.

Textos produzidos em culturas distantes da nossa – no tempo e/ou no espaço – acabam por requerer todo um esforço adicional para sua correta tradução e interpretação, pois se faz necessário esclarecer o leitor quanto a diversos “pontos obscuros” do texto para que possa fruí-lo e interpretá-lo com o devido instrumental. Isto acarreta – para a tradução de qualquer texto enquadrável na categoria supracitada – a inserção de n notas explicativas e introdutórias – fator que exige esforço e interesse maiores por parte de leitor. No trecho acima, às referências mitológicas a Aurora (uma das ninfas, Titã (o deus Apolo), às aves de Pandião, às alcíones, a Cloto (uma das três Parcas) e à Noite (deificada como entidade mitológica) acrescentam-se também outras de caráter histórico, visando estabelecer quem seriam a mãe (Messalina), a madrasta (Agripina), o pai (o imperador Cláudio) e o marido (o imperador Nero). Pode-se facilmente deduzir que a quantidade de referências necessárias para cobrir apenas os 29 versos iniciais - de uma peça teatral com 982 versos - signifiquem um grande esforço adicional de leitura, com aliás já dissemos.

Daí, a partir da comparação dos processos tradutórios utiliza-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dos para as línguas modernas e clássicas, podemos caminhar para a conclusão de nosso trabalho.

A breve exposição que o presente trabalho realizou acabou por tecer pequenas observações a respeito da “*ars translatória*”. Não ousei dizer que seriam conclusões cientificamente embasadas, por faltar-lhes um arcabouço teórico que lhes forneça a sustentação necessária. Antes de qualquer outra coisa, as conclusões que seguem resultam sobretudo de exercícios empíricos realizados ao longo do contato desenvolvido com os idiomas aqui utilizados.

A primeira conclusão possível é a de que o respeito à forma original é uma força que atua em sentido oposto ao da reprodução *ipsis litteris* do conteúdo do texto. À exceção de textos em que uma grande proximidade vocabular esteja presente, sempre haverá problemas que exigirão do tradutor ceder a uma dessas forças em oposição.

A segunda conclusão é a de que optar-se por maior liberdade quanto ao aspecto formal do texto-origem não representa garantia de que se alcancem os mesmos objetivos estéticos postulados naquele; embora uma margem de manobra mais ampla seja concedida ao tradutor, este pode ver-se obrigado a descartar elementos de primeira importância e que confeririam particularidades valorativas ao texto-origem. Ou ainda, cabe ao tradutor reconstruir o texto original, de modo mais evocativo que propriamente reprodutivo.

A terceira e última conclusão é a de que não é a proximidade entre as línguas-origem e meta que torna uma tradução mais ou menos bem exequível, pois ficou cristalino a proximidade cultural entre os universos do texto e do leitor exerce um papel bem mais inequívoco a este respeito. Isto fica claramente perceptível quando da análise da versão de Silva Bêlkior ao poema de Drummond.

De qualquer modo, fica patente que os procedimentos tradutórios utilizados devem adequar-se tanto à reconstrução da estética, da ética e da poética do texto original, sem contudo tornar-se camisa-de-força ideológica que molde a conduta do tradutor.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Carmina drummondiana*. Versão de Silva Bêlkior. Rio de Janeiro: EdUnB, 1982.
- ANJOS, Augusto dos. *Eu e outras poesias*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1941.
- GONZÁLEZ CRUZ, Domingo. *Poesia peregrina*. Tradução de Gonzálo Armán. Rio de Janeiro: HP, 2005. Série Raíces
- GRÜNEWALD, José Lino (org. e trad.). *Poetas franceses do século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- NERUDA, Pablo. *Antologia Poética*. 7ª ed. Trad. de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- NOVAK, Mª da Glória; NERI, Mª Luiza (orgs.) *Poesia lírica latina*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- PAZ, Octavio. *Piedra de sol/pedra de sol*. Trad. de Horácio Costa. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- PSEUDO-SÉNÈQUE. *Octavie*. Paris: Les Belles Lettres, 1998. Collection Classiques en Poche 27

**FRONTEIRAS LEXICAIS:
SUGESTÃO PARA UMA DELIMITAÇÃO
DOS PREFIXÓIDES EM PORTUGUÊS.**

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)
ptaxaria@yahoo.com.br

RESUMO

Neste artigo visamos a passar em revista várias concepções da entidade que atende pelo nome de prefixóide, embora se apresente distinta em cada autor do ponto de vista conceptual. Em seguida, apresentamos nossa proposta baseada nos critérios: pauta acentual, flexão, formação de derivados, recomposição, braquissemia sintática. Posição ante-SN

Palavras-chave: fronteira lexical, prefixóide, braquissemia.

INTRODUÇÃO

O termo *prefixóide*, à luz de seus constituintes, *prefixo* e *óide*, significa “semelhante ao prefixo”. Isto implica dizer que o prefixóide partilha de certas semelhanças com o prefixo e também ostenta algumas diferenças com ele. Caracterizado nestes termos, ainda vagos, algumas questões ficam obviamente mascaradas. Responder a elas é o objetivo deste trabalho, que, na verdade retoma alguns pontos e os amplia. Sugere outros critérios adicionais. Apóia-se em outros autores que estudaram assunto sob outra perspectiva, o que, naturalmente, muda o objeto, pois, ancoramo-nos no bordão medieval: “*vox significat mediantibus conceptibus*”.

Uma das questões se refere aos parâmetros utilizados pelos lingüistas para a identificação do prefixóide. São tantos que, em nossa tese de doutorado (Duarte, 1995, p. 61-70), não acolhemos a existência do referido elemento.⁸ Não há, de fato, uma caracterização u-

⁸ Por isto, é questionável a alusão que fazem Cunha e Cintra (1985, p. 111) aos prefixóides, aproximando as perspectivas de Li Ching (1973), Carvalho (1974, p. 554) e Iorgu e Manoliu (1980, p. 44-9), como se elas admitissem plena superposição. Pior: fazem crer que o conceito de prefixóide ostenta univocidade.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

nívoca para a referida entidade.

Há autores, como Rocha (1998), que batiza com o sufixo-óide todo constituinte de ocorrência única, *hápax lugoúmena: basóide* (ex: demolir, impedir, epitáfio), *prefixóide* (ex: obter, supor, resguardar), *sufixóide* (ex: casebre, urinol, marisco).

Autores como Li Ching (1973) e Iorgu e Manoliu (1980, p. 44-9) se apóiam na cronologia e caracterizam os prefixóides como constituintes de introdução recente na língua, por via científico-tecnológica; e na produtividade, sendo esta traduzida em termos de número. Ressalte-se que Iorgu e Manoliu, já citados, estabelecem critérios propriamente lingüísticos para a identificação do prefixóide, a saber:

a) a mobilidade distribucional, a exemplo do que ocorre com *filo*, que pode ocupar a primeira ou a última posição no vocábulo: *filo-germânico/germanófilo*;

b) o da correspondência entre elemento truncado e elemento pleno, a exemplo de *tecnó* e *técnicó* em *tecnocracia* e *eletrotécnicó*, respectivamente.

Critério diverso destes acima é o de Sandmann (1989, p. 105-15), embora advogue o critério da produtividade sob a rubrica *formação em série* ao lado de um critério que repousa sobre bases formais:

c) o da correspondência material entre forma livre e forma presa, a despeito da diferença distribucional entre uma e outra, como em *so-bre*, preposição (voar sobre a cidade), e *sobre*, elemento prefixado (sobrevoar).

Por fim, há que se ressaltar o critério semântico, adotado por Iorgu e Manoliu (1980), enunciável da seguinte forma:

d) a estabilidade semântica dos prefixóides é maior em relação à dos prefixos, o que será explicado e ilustrado no momento oportuno.

Nosso objetivo, em primeiro lugar, é identificar os parâmetros utilizados por diversos autores para a caracterização dos prefixóides e avaliar criticamente os mesmos, a fim de verificarmos se são ou não sustentáveis. Analisamos em seguida outros parâmetros:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- a) um, mais básico e elementar, o *acento secundário*;
- b) a *braquissemia* sintática, que consiste no uso de uma palavra somente ao fim numa série afixal, exemplo de *intra* e *interpartidário*, em vez de *intrapartidário* e *interpartidário*;
- c) a *braquissemia* mórfica, que consiste no uso compactado de palavras, como *pós-* em lugar de *pós-graduação* e subsidiariamente a *possibilidade de formação do plural e de derivados da forma braquissêmica*;
- d) o uso do constituinte prefixado junto não apenas a palavras, mas também a sintagmas nominais, à semelhança das preposições;

Para atendermos aos objetivos acima, dividimos nossa discussão em duas partes. Na primeira, identificamos e analisamos os critérios para o conceito de prefixóide, subdivididos em:

- a) critérios extralingüísticos, que abrange dois subcritérios, o cronológico e o da produtividade;
- b) critérios lingüísticos, subdivididos em critérios formais e critérios semânticos.

CRITÉRIOS PARA O CONCEITO DE PREFIXÓIDE: AVALIAÇÃO CRÍTICA

Critérios baseados na produtividade

O critério de Rocha

O mais elementar dos critérios é o de Rocha (1998), que caracteriza as formas em *-óide* baseado no critério de ocorrência única. Em primeiro lugar, a não recorrência do assim chamado constituinte pode passar despercebido a muitos e dependerá da consciência lingüístico-lexical do falante, justamente pela ausência de uma sólida baliza paradigmática. Em segundo lugar, decorrentemente do exposto retro, a opacidade semântica pode ser freqüentes vezes inevitável. Em terceiro lugar, a noção de hápax legómena se socorre da própria competência lingüística do lingüista, que é relativa e falível. Em quarto lugar, um critério que se estriba só na forma pode levar a resultados questionáveis.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Admitamos a série acolhida pelo autor na página 163, a propósito dos basóides, que guardam relações com elementos prefixais: *corroborar*, *demolir*, *dissidente*, *epitáfio*, *impedir*, *inédito*, *periferia*, *trasladar*. Vamos valer-nos de nossa competência sincrônica e usar o eixo das entidades coexistentes. Não sabemos se haveria transparência semântica do prefixo *dis-* e de sua base única. Dizemos o mesmo de *co(r)* e *roborar*. O prefixo *epi-* só é transparente para quem é familiarizado com seu significado, “sobre”, o que pode levar à suspeição de uma base presa *táfio* de significado ignorado, a não ser que o falante saiba *a priori* que é “túmulo”. *Peri-* e *tras-* também podem ser indiciadores, embora não haja pistas sincrônicas para se afirmar o significado de *feria*, e *ladar*. A forma *inédito* nos parece um exemplo razoável porque a base presa se prende à forma livre *editar* e o prefixo se nos aflora mais claramente negativo. Os exemplos *demolir* e *impedir* são os mais opacos para análise a nosso ver. Os resultados não nos parecem convincentes e sólidos, antes muito instáveis. A ser assim, assiste razão a Frei (*Apud* Freitas, 1981), que, contestando Harris e seu método distribucional, objeta que, aplicado ao francês, chegar-se-ia a resultados insatisfatórios. Obter-se-iam as bases *tager*, *taler*, *tamer* a partir de constituintes periféricos *dé-*, *é-*, *en-*, *par-*.

Os exemplos de sufixóides dados pelo autor são mais claros, já que os sufixos partem de palavras, formas livres (cf. Rocha, 1998, p. 124), mas os prefixóides apresentam problemas de análise similares aos dos basóides. Eis a série: *contracenar*, *descrever*, *manter*, *obter*, *resguardar*, *supor*.

Poupamo-nos de comentar a opacidade da cinco últimas bases. Que falante relacionaria o *ter* de algumas formações com o verbo *ter*, e *por*, de *supor*, com o verbo *pôr*? Que significado indiciam os prefixos *ob-*, *man-* e *res-*? Em suma: às vezes, nenhum elemento nada indicia.

Se não houvesse o problema da intransparência semântica em significativa parte das formações acima, ver-se-ia que *man-* aparece em *mancheia*, *manobra* e *manipular*; e *ob-* em *obturar*, *óbvio*. Em *obstar* o prefixo teria o valor semântico mais claro, a nosso ver: “oposição”.

Outro exemplo com base presa é *obstruir*, que forma paradigmas evidenciadores bem ao gosto de lingüistas mais ligados ao

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

formalismo: *construir/ obstruir; construção/obstrução*. Dá-se, inclusive, em ambos os casos, *lexicalização estrutural*, que decorre de alguma anomalia fonética na Regra de Análise Estrutural, nos fones ou sílabas. No exemplo do substantivo, a não-existência da vogal temática do verbo. Se houvesse, o derivado de *obstruir* seria **obstruição*.

Sequer há ocorrência única do prefixo em todos os casos, o que mostra, não incapacidade por parte do autor, mas diferenças de competência lexical, que pode ter ocorrido por uma mera contingência.

O critério de Li Ching e Iorgu e Manoliu

Li Ching (1973), em estudo sobre a formação de palavras com prefixos, faz alusão aos prefixóides, justificando a ampla difusão destes últimos, através dos condicionamentos de ordem científica e tecnológica a partir do século XIX. Isto propiciaria o grande rendimento dos mesmos.

Na mesma senda do lingüista chinês, Iorgu e Manoliu (1980) postulam a existência dos prefixóides, distinguindo-os dos prefixos nos seguintes termos:⁹ os prefixóides se distinguem dos prefixos pela cronologia. Aqueles, de procedência grega ou latina, são de introdução relativamente recente, apresentam caráter culto e neológico e são usados para cunhar termos técnicos e científicos.

A caracterização é irrelevante e inconsistente. O que releva, neste caso, é naturalmente o tempo e produtividade, ambos de natureza extralingüística.

Este último, em termos de mero número, como um fim em si mesmo, não merece acolhida, pois, como os fatores precedentes, são exteriores à língua. No entanto, mesmo sendo admitido, devem-se

⁹ Iorgu e Manoliu acrescentam aos dois critérios citados um outro, de natureza lingüística, fundado na diacronia. Não reservamos a ele lugar à parte, por ser subsidiário e por não merecer comentários de maior monta. O "critério" pode ser assim formulado: os prefixóides procedem de substantivos e adjetivos, não só de advérbios e preposições, como os prefixos. Esta diferença por si só não basta, pois é de caráter parcial. Afinal, os prefixos e prefixóides têm em comum o fato de serem provenientes de preposições e advérbios. Ademais, a constatação da diferença requer do analista conhecimento suplementar sobre as línguas latina e grega, o que demonstra a natureza diacrônica da postulação.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

opor dúvidas quanto à natureza empírica da suposta distinção: uma observação atenta demonstra que o trabalho de Li Ching diverge do de Iorgu e Manoliu quanto à produtividade dos assim pseudoprefixos, a exemplo de *auto-*, *micro-*, e *tele-*, mostrando que eles são muito produtivos.

O critério de produtividade é de natureza ancilar e não essencial para a identificação das unidades linguísticas. Bem assinala Besa (1986, p. 225) em sua tese doutoral: “o critério da produtividade é útil para mensurar as regras de formação de palavras, mas não para embasar a existência dos entes linguísticos”.

Vale destacar a seguinte ressalva de Basílio (1991, p. 73), em conclusão a um estudo sobre fronteiras lexicais: : “(...) qualquer formação regular tem potencial indeterminado de recorrência e a frequência de uso, portanto, não pode se constituir em critério sólido de caracterização de unidades e fronteiras lexicais”.

Crítérios linguísticos baseados na distribuição e no sentido

Sob a rubrica *crítérios formais*, encampamos, conforme já explicitado, os seguintes subcritérios: a) o da mobilidade distribucional; b) o da correspondência entre elemento truncado e elemento pleno; c) o da correspondência entre forma livre e forma presa.

O primeiro subcritério foi professado na aludida obra de Iorgu e Manoliu (1980, p. 48). Admitem as autores, a propósito do elemento *filo*, em *filogerman/francofilo*, *germanofilo*, que a mobilidade do morfema é peculiaridade desconhecida dos prefixos. Por isso, tratam-no como prefixóide. Por que não *sufixóides*?

A propósito, Chevalier *et al.* (1987, p. 56-6) reconhecem igualmente a mobilidade e assinalam que os elementos móveis constam de formações limítrofes entre a composição e a derivação. Tal é o caso da palavra *pitecantropo*, cujos elementos aparecem invertidos em *antropopiteco*. Os elementos mórficos, por não terem existência autônoma no léxico, não constituiriam composição em plenitude.

Causa espécie denominar prefixóide o elemento móvel. Passível de ocupar também a última posição do vocábulo, poderia igualmente ser denominado sufixóide. A solução mais coerente é tra-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tar o elemento dotado de mobilidade como composicional como raízes ou radicais Nisto, estamos concordes com Bessa (1986, p. 190) e com Mateus *et al.* (1990). Dizem estas últimas autoras:

Estes elementos são habitualmente referidos como prefixos ou sufixos, ou ainda como primeiros ou segundos elementos de compostos. Mas o seu comportamento é distinto do dos afixos, uma vez que, em determinados casos, eles se podem associar entre si, o que não acontece nunca com os afixos isoladamente (1990, p. 432-3)

Exemplifique-se:

filantropia
morfologia
reção
submento
bilidade

As autoras referem a possibilidade de mudança de posição, não ocorredição com afixos:

antropologia / filantropia
democracia / epidemia
filosofia / columbofilia
fonologia / telefonia
grafologia / caligrafia

Os elementos móveis, enfatizamos, configuram composição. Não há nenhuma utilidade descritiva para processos intermédios com base na mobilidade distribucional.¹⁰ A propósito, justiça seja feita a Gleason (s/d), que teve um *insight* deste fenómeno, embora o não arremate para explicitar parcialmente uma teoria dos compostos:

Na verdade, não se revela satisfatório dividir *thermometer* como *thermo-meter*, nem como *therm-ometer*. A comparação com *isotherm* indica-nos que *therm* é um morfema. *Meter* tem existência autónoma como palavra. Logo, nem *thermo-* nem *-ometer* são morfemas simples (s/d, p. 64-65).

¹⁰ Usamos o sintagma *mobilidade distribucional* até agora para nos referirmos à possibilidade de um elemento ocupar a primeira ou a última posição no corpo de um vocábulo. Contudo, autores há, como Bessa (1986), que entendem em sentido mais amplo o mencionado sintagma. É considerado, para este autor, elemento distribucionalmente móvel a) todo elemento reversível em uma estrutura vocabular; b) todo elemento distribuível fora de uma estrutura vocabular, a exemplo de *ante*, *contra*, *entre* e *sobre*; c) todo elemento capaz de ser base de derivados, a exemplo de: *térmico* e *elétrico*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Além do critério da mobilidade distribucional, há um outro aduzido para a caracterização do prefixóide: a paridade entre forma truncada e forma plena, defendido por Iorgu e Manoliu (1980, p. 48). Estes, a propósito dos exemplos *electro-* e *tecno* (romeno *electro* e *techno*), asseveram, num primeiro momento, que as formações de que participam deveriam ser consideradas antes como compostas que como derivadas, para depois, contraditoriamente, afirmarem que o mais acertado seria colocá-las numa categoria à parte, entre a derivação e a composição.

Limitemo-nos ao português, idioma em que ocorre fenômeno similar, como se pode verificar nos exemplos abaixo:

<i>Formas com elemento truncado</i>	<i>Formas com elemento pleno</i>
eletroquímica,	termoelétrico,
eletrodinâmico	hidroelétrico
tecnocracia,	tecnocrata zooténico termonuclear,

É preferível classificar *termo*, *eletro* e *tecno* e congêneres como radicais, dada a gênese de formas *térmico*, *elétrico* e *técnico* (cf. Bessa, 1986, p. 96). Não existe variação formal ou, em outras palavras, relação entre forma reduzida e forma plena porque isto nem sempre ocorre conforme os exemplos: *filósofo/francófilo*, *fotógrafo/aerofoto*, *temômetro/megatermo*. Metodologicamente viável é assumir que a forma plena deriva da forma reduzida.

O critério semântico, advogado por Iorgu e Manoliu (1980), já citados, assume a seguinte forma: os prefixóides apresentam um sentido mais estável que o dos prefixos. Os autores apresentam os seguintes exemplos: *auto*, em *autodidata*, *autocrítica* e *automóvel*, significa, como no grego, “a si mesmo”; já não tem, no entanto, o mesmo significado em *autoestrada* e *autopista*. *Foto* significa “luz” em *fotografia*, mas não apresenta o referido significado em *fotolegenda*.

A proposta dos linguístas romenos mistura formas com truncamento ou formas reduzidas com formas verdadeiramente presas. Formas como *auto* e *foto*, em *autopista* e *fotolegenda*, são tratadas sob o nome de *recomposição*, que consta de dois estádios: a *decomposição*, pela qual uma forma vale por todo o vocábulo (ex.: *foto* em lugar de *fotografia*) e a *recomposição*, que implica a adição da forma

decomposta a um lexema (ex.: *fotolegenda* e *fotonovela*) (cf. Bessa, 1978).

O critério misto de Sandmann: Formação em série e distribuição

Por fim, resta fazer alusão ao de Sandmann (1989, p. 105-15). O lingüista sugere, contra o critério puro e simples da formação em série, a adoção de critérios gramaticais e semânticos, para identificar um prefixóide. Refuga a tese daqueles que reconhecem prefixóides em formações oriundas de elementos gregos e latinos que não têm livre curso (em francês no caso) porque estes elementos podem ocorrer também sufixadamente, como se constata em *anglófilo* e *filotécnico*. Trata-os ora como prefixos ora como sufixos. Não concordamos com o autor porque se trata de uma forma com mesmo significante e mesmo significado, variando apenas quanto à posição. Como asseveramos em artigo sobre operação do conceito do conceito de raiz, que saiu nesta revista em 2008, preferimos tratar constituintes assim, móveis, como raízes ou radicais.

O autor vale-se do termo prefixóide, pautado em dois parâmetros: a formação em série (o critério da produtividade) e a relação, no plano significante, entre determinadas formas livres e formas prefixadas, não obstante diferenças distribucionais entre umas e outras. São prefixóides:

- a) além: que se liga a nomes sem preposição *de*, diversamente do que ocorre com a locução prepositiva *além de*;
- b) bem, mal: que se adjungem a verbos em posição inicial (bem-estar, mal estar); no que tange a *mal*, esta forma também se anexa a substantivos (malcriação, mal-educação);
- c) não: que se prepõe a substantivos e adjetivos;
- d) contra, sobre, sem: que equivalem a preposições materialmente, mas não funcionalmente;
- e) pró: cuja forma livre é empregada muitas vezes como substantivo (os prós e contras).

Podemos sintetizar assim:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- a) forma corresponde a locução prepositiva: *além*;
- b) formas correspondentes a advérbios: *bem, mal, não*;
- c) forma correspondente a preposições: *sobre, contra, sem*;
- d) forma correspondente a substantivo: *pró*.

À lista c) acrescentar-se-iam ainda *entre-* (de entrever) e à b), a forma *extra*, que, diferentemente da forma livre, ocorre antes de adjetivos (extra-oficial, extraterrestre) e de substantivos (extraclasse). Mas não achamos viável esta crítica porque depende muito de produtividade do corpus, sob o nome de formação em série. Mas, a depender do corpus, a classificação pode mudar, flutuar. O que chamamos raiz pode noutro momento ser raiz. Corpus é muito caprichoso. Em nossa tese, tivemos ocasião de nos deparar com constituintes de baixa produtividade e que sabíamos não sê-lo. Tivemos de recorrer a dicionários baseados em nossa intuição de falante.

NOSSA PROPOSTA

O critério do acento secundário

Conforme expusemos na secção acima, para a caracterização do prefixóide o critério da mobilidade distribucional, o da correspondência entre forma truncada e forma plena fundam a composição. Isto já foi objeto de artigo nosso nesta revista acerca de propostas para uma operacionalização do conceito de raiz.

Para definirmos o que é um prefixóide, precisamos definir o que é um prefixo típico. A nosso ver, ele se caracteriza pelos seguintes aspectos:

- a) é uma forma presa;
- b) não muda a classe de uma palavra, considerando o eixo paradigmático, o que nos faz descartar exemplos como *creme dental anticárie, guerra antiterror* dentre outros, cuja mudança categorial da base se dá no plano sintagmático. Com isto refugamos posição anterior, firmada em nossa tese doutoral (cf. Duarte, 1995), baseada em exemplos extraídos da Alves (1990).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

c) é átono, a exemplo das formas afixais em *infeliz*, *desleal*, *dependurar*.

O prefixóide comunga com certos traços prefixais. Porém, ao contrário do que postulamos em c), tem acento secundário, acento 2. Comporta-se como um vocábulo fonético. Exemplificamos com:

contra-ataque intramuscular sobrevoar subclasse

2 3 2 3 2 3 2 3

Baseamo-nos na proposta de Carvalho (1974), que salienta apenas o critério fonológico, que julgamos necessário, todavia não o único. Para o linguísta português, existem elementos afixais que ostentam um certo grau de independência acentual, de tal modo que os itens lexicais de que tomam parte apresentam dois acentos, um primário e outro secundário, do que resulta um esquema acentual análogo ao dos sintagmas fônicos. Nas palavras do autor:

Estes, em particular, distinguem-se dos restantes prefixos (...) por possuir, cada um deles, uma significação mais ou menos delimitada e presente à consciência dos falantes, de tal modo que o significado do todo a que pertencem se aproxima de um conceito complexo, e portanto do de um sintagma. (1974, p. 554).

Este critério acentual é fundamental, pois prefixóides são também formas presas e não operam mudança na classe vocabular. Duas observações se fazem necessárias: o fato de os prefixóides possuírem uma significação mais ou menos delimitada e presente à consciência dos falantes” não é específico dos prefixóides e visto isolado nada acresce em relação aos demais prefixos conforme acentua Freitas (1981, p. 129). Mas, se a afirmação do linguísta português for conjugada à identificação acentual, realmente o prefixóide ganha proeminência por força do acento. Equivale dizer que o prefixóide e a base se comportam como dois vocábulos fonéticos. O acento 2 do prefixóide chama mais atenção da consciência, mais exatamente o que, na Filosofia Fenomenológica de Husserl, se denomina *consciência intencional*, o escopo da consciência sob dado aspecto (cf. Abbagnano, 2001, s.v. *consciência*). O prefixóide é o alvo mais saliente de nossa percepção que um simples prefixo, átono. Sem o contexto da tonicidade, da qual decorrem dois sintagmas fônicos, a que alude Carvalho, não se dá o devido destaque à afirmação da condição de saliência do prefixóide ante os prefixos, átonos, reiteramos. Faz-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

se necessário ressaltar que estamos excluindo o chamado acento expressivo em certas condições discursivas de que fala Cunha (1983), a exemplo do prefixo na frase : *eu sofro muito, sou mesmo INfeliz* (acentua o significado da negação incidente sobre a base); *eu não falei para o aluno ler a lição, mas para REler* (acentua o contraste entre o simples ler e repetição do ato de ler).

A braquissomia e fenômenos correlatos

Passemos a um critério que vem sendo estudado por nós, o da braquissomia, processo que consiste no emprego de parte do vocábulo pelo vocábulo inteiro. Ampara-se no princípio da economia da linguagem. Deriva da subtração, não da adição de morfemas. Abrange reduções como:

pneumático	→ pneu
fotografia	→ foto
cinema	→ cine
hiperinflação	→ hiper

Interessa-nos de perto o que Rocha (1998) chama *Truncamento Estrutural*, pois abrange um segmento fônico de caráter morfêmico.

multinacional	→ multi
vice-presidente	→ vice
ex-mulher	→ ex
microcomputador	→ micro
pré-vestibular	→ pré
pós-graduação	→ pós
homossexual	→ homo
heterossexual	→ hetero
pentacampeonato	→ penta

O fenômeno braquissômico acima ilustrado permite identificar elementos mórficos, como *hiper-* e *multi-* de outros, como *in-* e *des-*, que são verdadeiros prefixos. Por isso, estamos perante prefixóides, que gozam de estatuto muito semelhante ao da palavra, no que tange à pauta acentual, como mostraremos oportunamente.

A braquissomia, descrita nos termos acima, é conexas com o fenômeno da conversão substantival. Através dela, o elemento braquissomicamente usado é núcleo de funções sintáticas típicas de substantivos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Objetar-se-ia que a palavra apagada está subentendida, o que é indiciado pelo fato de alguns elementos conversos serem refratários à flexão, a exemplo de:

o pré	*os prés
a pós	*as poses
a hiper	*as hiperes

Há, todavia, casos em que o elemento braquissêmico recebe a marca da flexão:

- as múltis
- as máxis
- as teles
- as micros
- os vices

Não se pode, pois, argumentar, que há implicitude do constituinte apagado, pois este bloquearia a flexão.

Impõe-se, pois, associar a braquissemia à conversão substantival, quer seja esta de caráter parcial, quer seja de caráter total.

A forma braquissêmica, que é uma nova base, pode dar lugar a novas formações, conforme nos mostra Alves (1990, p. 26), com os exemplos: *supermicros*, em lugar de *supermicrocomputadores*, e *supermínis*, em lugar de *superminicomputadores*. Nós próprios já nos deparamos com um exemplo de derivação sufixal: *micreiro*. Acresça-se a tudo isto a possibilidade de recomposição, já aludida na secção anterior: *teledramaturgia*, *telecurso* (tele < televisão), *homofobia* (homo < homossexual).

Em suma, a braquissemia relaciona-se com a substantivação. O substantivo gerado pode submeter-se, adicionalmente aos parâmetros morfológicos abaixo elencados:

- a. flexão;
- b. formação de derivados;¹¹
- c. recomposição

¹¹ Sob a denominação *derivados* incluímos genericamente formações com prefixos, prefixóides e sufixos. Numa análise mais refinada, os prefixóides fariam parte de um processo distinto daquele que envolve prefixos e sufixos, estes inclusos propriamente na derivação.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Com base nos critérios acima, podemos afirmar que *hiper* e *pós* são de substantivação mais precária, porque atendem apenas à condição básica: ser núcleo de SN. No extremo, encontra-se *micro*, que se submete não apenas à condição básica, mas também aos três critérios acima. *Tele*, intermediariamente, atende ao requisito básico e aos critérios a) e c).

Com o que dissemos supra, queremos enfim dizer que os prefixóide se relacionam com formas braquissêmicas, obtidas por truncamento estrutural, que representam a totalidade do vocábulo, e que se submetem a pelo menos um dos valores paramétricos supracitados

O prefixóide pode relacionar-se também com outro tipo de braquissesmia, de natureza contextual, em que um dos elementos, a base, é subtraído em virtude de ser empregado no vocábulo seguinte. Pode atingir formações dessubstantivais e deadjetivais:¹²

- a) a infra- e superestrutura < a infraestrutura e a superestrutura
- b) o pré- e pós-parto < o pré-parto e o pós-parto
- c) macro- e microestrutural < macroestrutural e microestrutural)
- d) inter- e intrapartidário < interpartidário e intrapartidário)

A braquissesmia contextual das formações com prefixóides assemelha-se à das formações em *mente*: *esplêndida* e *maravilhosamente* (< esplendidamente e maravilhosamente).

Um fato a destacar é que prefixóides e formas livres podem, às vezes, coordenar-se:

- a. José comprou uma micro e pequena empresa.

Prova tal que a tonicidade influi que temos a frase:

- b. José estuda a pré- e a pós-posição do advérbio na frase.

Mas não:

- c. Estudo pré e posposição como classes de palavras.

¹² Nos exemplos abaixo, *micro* assume um comportamento peculiar, já que pode ligar-se braquissemicamente a um adjetivo: *micro e pequena empresa*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dizemos:

d. Estudo preposição e posposição como classes de palavras.

Outro fenômeno que nos chama a atenção, embora particular, pois se subjunge a alguns prefixos é o fato de os constituintes mórficos iniciais se anexarem a sintagmas nominais, o que põe a questão: estariam formando novas palavras ou transcendendo esta função se comportando próximo de um vocábulo?

a. João ainda ama a ex-primeira mulher.

b. O governo desenvolve políticas antimovimentos racistas.

CONCLUSÃO

E eis o quanto basta, pelo momento, para a identificação do prefixóide. Na pesquisa que vimos desenvolvendo acerca da referida entidade, outras questões se põem e merecem análise mais detida. Por exemplo:

a) por que o primeiro tipo de braquissemia não é encontradiço em adjetivos?

b) por que a braquissemia contextual não é identificável em formações verbais?

c) por que alguns prefixóides, quanto à braquissemia sintática, se caracterizam pela possibilidade de admitir adjunção a sintagmas e outros não?

Em relação à questão c), podemos ilustrar com o prefixóide *pós*: *pós-primeira guerra*. *Pós-* ostenta, neste caso, certo paralelismo com a preposição *após*. Este contexto *pós*-SN não é extensivo a todos os prefixóides.

Outro fato a registrar-se é o próprio indício da escrita. Os prefixóides ostentam tamanha vitalidade fonológica que se separam do outro vocábulo: *mega sena super barato, hiper mercantil*.

Resta saber até que ponto nossas indagações têm relação com bases diacrônicas. Sabemos que muitos prefixos remontam aos tempos de Plauto, como *ex-*, e outros vieram no século XIX, por via ci-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

entífica, do latim medieval, e tiveram larga difusão.

Por fim, podemos propor um quadro das características dos prefixóides:

- a) pauta acentual 2;
- b) braquissemia mórfica ou truncamento estrutural;
- c) braquissemia sintática;
- d) posição ante-SN.

Quanto mais traços houver, mais a entidade se constitui como prefixóide, elemento de semiderivação e não de derivação, fronteiroço, pois, entre a composição e a composição.

A escrita, marcada pela separação do prefixóide em relação à base, é uma característica ocasional muito contida pela norma culta. Por isto, não a acolhemos.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.

BASILIO, Margarida. “Produtividade, função e fronteiras lexicais”. Porto Alegre. V Anais da ANPOLL, 1991.

BESSA, José Rogério Fontenele. *Para um estudo de nomes compostos no português atual*. Rio de Janeiro. Faculdade de Letras da UFRJ, 1978 (Dissertação de Mestrado)

BESSA, José Rogério. *A composição nominal e adjetival: problemas e métodos*. Rio de Janeiro. Faculdade de Letras da UFRJ, 1986 (Tese de Doutorado).

CARVALHO, Herculano de. *Teoria da linguagem*. Coimbra: Atlântida, 1974

CHEVALIER et al. *Grammaire du français contemporain*. Paris: Larousse, 1987

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CUNHA, Celso Ferreira da e CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso Ferreira da . *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Padrão, 1983.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *Formação de palavras em português com prefixos latinos e vernáculos*. Fortaleza: EDUFC: 1995.

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de morfologia*. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

GLEASON Jr., H. A. *Introdução à lingüística descritiva*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, [s/d]

IORGU, Iordan y MANOLIU, María. *Manual de lingüística românica*. Madrid: Gredos, 1980.

LI CHING. “Sobre a formação de palavras com prefixos em português actual”. *Separata do boletim de filologia XXII*, p. 3-100, 1973.

MATEUS, Maria Helenas Mira et al. *Fonética, fonologia e morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SANDMANN, Antônio José. *A formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Ícone, 1989.

**LITERATURA E ORALIDADE:
MARCAS DO TEXTO FALADO
EM *CORPORA* POÉTICO-LITERÁRIOS
SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA LINGÜÍSTICA**

Gil Roberto Costa Negreiros
gilrobertonegreiros@yahoo.com.br

RESUMO

A adoção do texto literário como *corpus* de pesquisa é assunto muito recorrente nas discussões da Lingüística. Isso se deve, dentre outros, ao fato de autores literário-poéticos quase sempre empregarem a língua do cotidiano, especificamente a modalidade falada, em suas obras. Dentro dessa perspectiva, temos, neste trabalho, dois objetivos. Primeiramente, busca-se demonstrar a posição, a respeito da presença da oralidade em *corpora* literários, de alguns teóricos clássicos da Lingüística. Em seguida, propõe-se expor como o texto literário se aproveita da oralidade no processo de criação de uma “autenticidade do real”, relativo ao enunciador poético. Para a realização da análise, adotaremos trechos de poemas retirados da obra de Carlos Drummond de Andrade e de Manuel Bandeira, investigados a partir dos conceitos teóricos da Análise da Conversação. Os recursos orais que serão investigados neste trabalho, além de criarem maior expressividade nos textos escritos, tornam-se elementos fundamentais do processo discursivo, já que são fatores de proximidade entre enunciador e co-enunciador.

Palavras-chave:

Oralidade e Literatura, Drummond e Bandeira, Análise da Conversação

INTRODUÇÃO

Nossos objetivos neste trabalho são dois: em primeiro lugar, pretendemos demonstrar o posicionamento, a respeito da presença da oralidade em *corpora* literários, de alguns teóricos clássicos da Lingüística. Em segundo lugar, buscaremos investigar a relação da oralidade com as obras poéticas de Manuel Bandeira e de Carlos Drummond de Andrade, examinando a presença do oral em *corpora* baseados na obra dos poetas.

Desta forma, este artigo se baseia em dois tipos de pesquisa. Na primeira parte do trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica, a partir de leituras de alguns nomes da Lingüística, pertencentes a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

diversas linhas dessa ciência. Tivemos, nessas diversas leituras, apenas um propósito: buscar informações sobre a posição de alguns linguistas a respeito da presença da oralidade em textos literários escritos.

Em um segundo momento, adotamos a pesquisa em *corpus* específico, buscando investigar possíveis marcas de oralidade na poesia de Bandeira e de Drummond.

Para tanto, nesta segunda parte, usamos, como apoio para análise, pressupostos teóricos da Análise da Conversação, sob o enfoque que pressupõe as orientações pragmáticas.

Há que se deixar claro desde o início que, ao propormos pesquisar a influência da oralidade na poesia, não queremos afirmar que o texto poético seja um texto oral. Apenas tentaremos demonstrar que algumas marcas orais podem estar presentes no decorrer da obra dos poetas, contribuindo, assim, para uma maior aproximação dos poemas com o fenômeno da oralidade.

Também não se busca, aqui, realizar um trabalho nos moldes da teoria literária. A vertente científica escolhida é a linguística e é nela que nos ateremos, quase sempre, quando buscarmos um embasamento necessário para as análises.

LITERATURA E ORALIDADE– VISÕES GERAIS

Vários são os pesquisadores que se preocuparam com a relação entre língua literária e língua oral. Como já foi dito anteriormente, pretendemos apresentar algumas posições, pertencentes a alguns autores, as quais são consideradas relevantes para a pesquisa em pauta.

Vale lembrar que, para cada pensador aqui apresentado, há uma nomenclatura específica para os dois fenômenos linguísticos. O que importa é ressaltar que a língua literária é aquela ligada às produções artísticas literárias, indistintamente dos gêneros textuais literários ou da forma do texto em análise. Já a língua oral se encontra no campo do uso linguístico diário, nas diversas situações pragmáticas em que os falantes podem-se encontrar.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dessa forma, não se segue, neste item do trabalho, uma linha teórica fixa. O que interessa, aqui, é abrir uma discussão acerca da proximidade do tema “língua literária e língua oral”. Baseamo-nos, deste modo, em autores pertencentes a linhas diferentes, os quais se preocuparam com a temática em questão. Assim, a investigação do tema, nesta parte da pesquisa, possui um caráter *lato sensu*, haja vista os muitos autores e as várias linhas teóricas que abordaremos a seguir.

Benveniste (1989), discutindo os pressupostos referentes ao sentido e à forma da linguagem, apresenta seu campo de análise, afirmando que este é composto pela “linguagem dita ordinária”, que se contrapõe à “linguagem poética”, que, por seu turno, possui suas próprias leis. Entretanto, o autor deixa claro que todas as abordagens feitas a respeito da linguagem ordinária podem ser aplicadas à linguagem poética:

Nosso domínio será a linguagem dita ordinária, a linguagem comum, com exclusão expressa da linguagem poética, que tem suas próprias leis e suas funções. A tarefa, concordarão, é ainda assim já bastante ampla. Mas tudo o que se pode esclarecer no estudo da linguagem ordinária será de proveito, diretamente ou não, para a compreensão da linguagem poética também. (Benveniste, 1989, p. 221-2)

Já Jakobson (1969), ao iniciar seu estudo sobre Linguística e Poética, em que apresenta as considerações sobre as funções da linguagem, deixa claro que a Poética pode ser encarada como parte integrante da Linguística, uma vez que esta última é a ciência global da estrutura verbal. Deste modo, torna-se normal a Linguística abordar todo universo discursivo, em todas as suas vertentes. Jakobson postula que “é de se esperar que a Linguística explore todos os problemas possíveis de relação entre discurso e o ‘universo do discurso’: o que, deste universo, é verbalizado por um determinado discurso e de que maneira.” (1969, p. 120)

Segundo o pesquisador, é corrente, nos meios acadêmicos, uma posição de divergência entre Linguística e Poética e, mais precisamente, entre a estrutura da poesia e outros tipos de estrutura verbal. Contudo, tal posicionamento é errôneo pelo fato de haver uma correspondência entre os fenômenos linguísticos e literários:

Afirma-se que estas [as diversas modalidades do fenômeno linguístico] se opõem, mercê de sua natureza “casual”, não intencional, à natu-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

reza “não casual”, intencional, da linguagem poética. De fato, qualquer conduta verbal tem uma finalidade, mas os objetivos variam e a conformidade dos meios utilizados com o efeito visado é um problema que preocupa permanentemente os investigadores das diversas espécies de comunicação verbal. Existe íntima correspondência, muito mais íntima do que supõe os críticos, entre o problema dos fenômenos linguísticos a se expandirem no tempo e no espaço e a difusão espacial e temporal dos modelos literários. (1969, p. 120)

Sapir também trata do tema das relações entre língua e literatura. O autor postula que a intuição do artista é elaborada por meio da experiência humana generalizada, ou seja, de sua experiência de falante, marcada pelo sentimento e pelo pensamento. A seleção cognitivo-sentimental é individual, o que faz com que as relações de pensamento não tenham roupagem linguística específica e que os ritmos sejam livres e independentes dos ritmos tradicionais da língua do artista, na sua primeira manifestação. (cf. 1980, p. 176)

A língua, por sua vez, é considerada por Sapir como sendo uma “arte coletiva de expressão”. Na língua, ocultam-se vários fatores estéticos que não são partilhados inteiramente em comum com qualquer outra língua.¹³

Assim, Sapir afirma que o artista pode utilizar-se dos recursos naturais de sua fala, além do aspecto criativo que transpassa sua arte. Todavia, fica notório que o pesquisador considera que tal uso não é criação do artista, mas é um “empréstimo” feito pela língua à obra de arte:

É lícito ao artista utilizar-se dos recursos estéticos naturais da sua fala. Deve sentir-se feliz em ter uma palheta rica em cores, um trampolim favorável. Mas não se levem a seu crédito os bons achados que decorrem da própria língua. Cumpre-nos dar por admitida a presença da língua com toda a sua flexibilidade ou rigidez, e ver a obra do artista em relação a ela. (1980, p. 177)

Sapir (1980, p. 179) também assevera que a literatura depende da língua, o que pode ser comprovado pelo aspecto prosódico do texto poético: “Provavelmente, nada ilustra melhor a dependência

¹³ Há em Sapir, segundo Joaquim Matoso Câmara Jr. (1980), uma convergência espontânea com o pensamento de Saussure, o que se pode notar quando aquele trata do binômio língua como “arte coletiva” e a individualidade linguística presente em cada usuário, fato que se aproxima das posições deste.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

formal da literatura em relação à língua do que o aspecto prosódico da poesia.” A língua assim, para Sapir, define a individualidade do artista.

Em estudo realizado sobre a língua literária, Maingueneau (2006) relata que, a partir do Séc. XIX, caía em desgraça a vertente literária que acreditava na existência de um código literário especializado. Assim, aflorava uma nova estética, que acreditava que o “estilo” não era um registro de língua, mas uma expressão individual absoluta. Tal concepção chega ao ápice no início do Séc. XX, época em que “a relação do escritor com a língua deve ser singular, alheia às convenções; cada escritor define soberanamente por meio de *seu* estilo o que há de literário numa língua” (Maingueneau, 2006, p. 200)

O escritor, ao fazer uso da língua, não é mais considerado um locutor modelo, vinculado ao “bom uso” do vernáculo, mas um hábil conhecedor dos recursos lingüísticos oferecidos pelo idioma.

Preti (2000), ao buscar pesquisar, sob a ótica da Sociolingüística, a presença de marcas orais em diálogos literários, postula que a literatura é um processo estético. Contudo, o texto literário, tanto em prosa quanto em poesia, pode ser construído tendo em vista as diversas nuances da realidade lingüística que o autor busca representar na obra.

O mesmo tema volta à discussão em Preti (2004). Neste último trabalho, o pesquisador afirma que, uma vez que o texto literário é uma manifestação escrita, há um processo de planejamento que, teoricamente, poderia afastar-se da dinâmica da língua comum, sobretudo da língua oral. Entretanto, sendo os objetivos do escritor de natureza estética, não há limites na escolha de variantes lingüísticas. Assim, os usos da língua comum na literatura podem ser estratégias do escritor, objetivando criar no texto de ficção uma proximidade maior com a realidade (cf. Preti, 2004, p. 120).

Da mesma forma que Preti (2000, 2004), Urbano (2000) ratifica que, sendo uma recriação da realidade, a obra literária pode apresentar qualquer modalidade lingüística, porém sempre considerando os aspectos estético e artístico do escritor.

O autor também salienta que a linguagem, dentro de um texto literário, pode ser criada e recriada parcialmente, dentro dos objeti-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vos estéticos do autor. A língua literária torna-se artificial, mesmo quando se vê próxima de um modelo natural. Há necessariamente um condicionamento à língua escrita, pois o texto literário se realiza na mídia escrita. Depois, há que se levar em conta o planejamento literário, terminando com a estilização da linguagem.

Nesta parte do trabalho, em todos os autores apresentados, representantes de diversas linhas teóricas da Linguística, notam-se, implicitamente ou não, a possibilidade de uma investigação científica dos fatos linguísticos concernentes ao texto literário.

Observam-se, também, posições teóricas convergentes acerca da possível influência da língua comum nesses *corpora*. O caráter estético presente nas obras literárias não é, assim, um impedimento a certos usos linguísticos, como influências de uma dada variedade oral ou regional.

Em suma, neste artigo, adotamos a posição segundo a qual a língua literária possui, antes de tudo, um caráter estético. Isso não impede, contudo, que se considere que a língua literária – ou, nas palavras de Granger, o uso literário – seja composta por “outras línguas”. É possível afirmar, assim, que a artificialidade estética da língua literária pode ser composta pela naturalidade da língua comum.

LITERATURA E ORALIDADE: MARCAS DO TEXTO FALADO EM BANDEIRA E DRUMMOND

A correção como recurso oral

Várias pesquisas vinculadas à Análise da Conversação postulam que o texto escrito, em tese, é reconstruído com o apagamento das marcas de reelaboração: “revê-se o que se escreveu, volta-se atrás, apagam-se os erros, escondem-se as hesitações, evitam-se as repetições.” (Barros, 2003, p. 155)

Por um lado, o texto escrito, teoricamente, não deixa marcas no processo de planejamento, apresentando-se como um todo coeso, pronto, com frases mais densas e sintaticamente mais complexas. O texto oral, por outro lado, mostra marcas linguísticas evidentes de seu planejamento, de que resultam frases mais fragmentadas sintaticamente. (cf. Rodrigues, 2003)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A formulação do texto oral, por seu turno, está intimamente ligada à interação. Assim, deixam-se marcas no texto que devem ser interpretadas pelo interlocutor. Isso faz com que a produção do texto falado seja *ação* e *interação*. Segundo Hilgert, “a compreensão nunca se realiza na perspectiva de um dos interlocutores. É preciso que a ação de ambos convirja para que ela ocorra.” (1989, p. 147)

Koch e Oesterreicher, ao tratarem do tema da formulação no texto oral, afirmam:

Em todas as línguas existem procedimentos e elementos que permitem introduzir no interior do discurso o próprio processo de formulação tão logo surgem dificuldades de formulação. (Koch e Oesterreicher *apud* Fávero, Andrade e Aquino, 2002, p. 365)

A correção, assim, é um desses procedimentos de formulação, que desempenha papel considerável entre os processos de construção do texto. Corrigir é, segundo Fávero, Andrade e Aquino, “produzir um enunciado lingüístico (enunciado-reformulador – ER) que reformula um anterior (enunciado-fonte – EF), considerado “errado” aos olhos de um dos interlocutores; a correção é, assim, um claro processo de formulação retrospectiva. (2002, p. 362-3)

Há uma forte tendência do uso de correções no texto falado, uma vez que, muitas vezes, o falante busca reconstruir sua fala, tendo em vista objetivos interacionais e informacionais. Além disso, ao ser empregada a correção, o enunciador garante a manutenção de sua auto-imagem, fato que faz desse recurso oral um dos mais usados na interação face-a-face. (cf. Fávero, Andrade e Aquino, 1999, p. 74).

A correção na literatura: marcas do oral no escrito

A correção é uma marca da reelaboração do texto oral facilmente percebida, uma vez que o planejamento e a produção da língua falada são concomitantes. Já o texto escrito, por seu turno, justamente pela não-simultaneidade do ato de planejar com o de produzir, é apresentado sem tais marcas de reelaboração.

Contudo, tais tendências são colocadas de lado quando se observam alguns textos poéticos de Manuel Bandeira e Carlos Drum-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mond de Andrade. Possivelmente tentando criar uma “ilusão do oral”, os poetas usam, na voz de seu enunciador¹⁴, certas marcas que podem levar a “situações lingüísticas orais”.

Selecionamos oito poemas (quatro de cada poeta), a fim de analisarmos a presença da oralidade na poesia. Da obra de Bandeira, analisam-se os poemas “Maísa”, “Saudação a Vinícius de Moraes”, “Nova poética” e “Itaperuna”. Da obra de Drummond, aproveitam-se trechos dos seguintes poemas: “Indicações”, “Morte no Avião”, “Selo de Minas” e “Sabará”.¹⁵

No poema “Maísa”, há dois excertos que podem ser destacados:

MAÍSA

Os olhos de Maísa são dois não sei quê dois não sei como diga dois
Oceanos Não-Pacíficos (*Estrela da Tarde*) (p. 257)

Nesse exemplo, a dinâmica oral é clara. A falta de pontuação que nos conduz à idéia de hesitação, as expressões populares “dois não sei quê”, “dois não sei como diga” também criam certa ilusão da oralidade. Na realidade, as duas expressões são substituídas pela definição clara dos olhos de Maísa: “dois oceanos não-pacíficos”.

Essa é a Maísa da televisão
A Maísa que canta
A outra eu não conheço não
Não conheço de todo
Mas mando um beijo para ela. (*Estrela da Tarde*) (p. 258)

Já nesse outro trecho do mesmo poema, há uma retificação do enunciado-fonte. Primeiramente, o enunciador nega conhecer a Maísa que canta. Essa negativa é reforçada pela duplicação do “não”, recurso também oral. Em seguida, contudo, reformulando o texto, o enunciador nos diz que “não conhece de todo”. Há, assim, uma correção com o objetivo de precisar o enunciado.

SAUDAÇÃO A VINÍCIUS DE MORAES

¹⁴ Usa-se, aqui, *enunciador* para designar o sujeito que pratica a ação lingüística. No caso das teorias literárias, poderíamos considerar a expressão como equivalente a “*eu-lírico*”.

¹⁵ Os poemas foram retirados de Bandeira (1998) e Andrade (1985), ambas obras completas dos autores. Entre parênteses, os livros a que cada poema pertence.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Hoje que o sei,
Te gritarei
Num poema bem,
Bem, não! no mais
Pantafuço
Que já compus (*Mafuá do Malungo*) (p. 330)

A respeito do texto oral, Marcuschi postula que “é muito comum o uso do marcador *não* para refazer algum aspecto do dito, seja lexical ou semântico” (2000, p. 31). Em “Saudação a Vinícius de Moraes” ocorre o mesmo fenômeno. A forte ruptura ocasionada pela expressão “bem não!” é o início do enunciado-reformulador “no mais / Pantafuço / Que já compus.”

NOVA POÉTICA

Vai um sujeito.
Sai um sujeito de casa com a roupa de brim branco [...]

(Belo Belo) (p. 205)

A reformulação verbal em “Nova poética” também é observada. Neste trecho, além da correção marcada pela substituição do verbo “ir” pelo “sair”, o uso verbal presente em “vai um sujeito” demonstra uma proximidade com a coloquialidade linguística brasileira, uma vez que tal construção é típica do português falado no Brasil, em situações cotidianas.

Já em “Itaperuna”, a correção ocorre em forma de uma saliente parentética, recurso também comum na oralidade:

ITAPERUNA

Único município que não aderiu
Porque era republicano antes da República!
Ora essa eu agora me esqueci que não sou republicano
Ponhamos Itaperuna exceção republicana.
[...]
Itaperuna exceção republicana (*Mafuá do Malungo*) (p. 312)

O texto “Itaperuna” apresenta, a princípio, marcas orais baseadas no princípio da correção. Ao afirmar que Itaperuna já era republicana antes da Proclamação da República, o enunciador faz uso do recurso da parentética, que funciona como enunciado da correção. Jubran, em sua análise sobre as parentéticas no texto oral, afirma que “os fatos parentéticos podem aparecer sob a forma de frases comple-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

xas, cujas orações podem ser meramente justapostas [...], ou ligadas por elos sintáticos [...] e por marcadores discursivos”. (2006, p. 322)

É justamente o que ocorre no trecho:

Ora essa eu agora me esqueci que não sou republicano
Ponhamos Itaperuna exceção republicana.

O enunciador introduz a parentética – formada por frases complexas – por meio do marcador discursivo “ora essa”, que abre o parêntese, por meio do qual ocorre uma marca explícita da correção, usada por meio da expressão “ponhamos Itaperuna exceção republicana”.

Logo em seguida, o novo termo é confirmado no discurso poético. Itaperuna, que anteriormente foi considerada republicana, é agora “exceção republicana”.

Some-se a isso a construção do comentário, iniciado pelo termo discursivo “ora essa” e escrito sem a presença de vírgulas, o que traz uma aceleração na velocidade de elocução ao trecho, além de um suposto rebaixamento da tessitura. Essa rapidez rítmica dá, ao texto poético, a ilusão dos comentários orais, que são realizados quase sempre dessa forma. A proximidade com o texto oral é evidente, haja vista que as parentéticas orais têm essas características. Segundo Jubran, a tessitura baixa, em conjunto com o aumento da velocidade, no texto oral, cria um contraste entre o parêntese e seu contexto, fato que indica a diferença estatutária entre o enunciado parentético e o enunciado tópico.

Entretanto, é com relação à função da parentética no trecho de “Itaperuna” que a oralidade mais se evidencia. As parentéticas cujas funções se referem à elaboração tópica estão intimamente ligadas ao texto oral, pois evidenciam o planejamento *on line* do texto. Logo, em textos escritos prototípicos, não há, em tese, a ocorrência de tais recursos, pelo fato de esses textos serem planejados em momentos anteriores a sua efetivação discursiva.

No poema “Itaperuna”, contudo, há a ocorrência de uma parentética com a função de elaboração tópica, mais precisamente com a função de correção. Jubran afirma que a função correção é aquela que cancela a informação apresentada anteriormente. Não há uma particularização do enunciado contextual, mas sim uma anulação, o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que denuncia o caráter reelaborativo da correção, que ocorre por meio da parentética.

Com relação aos poemas de Drummond, podemos encontrar o mesmo recurso oral.

INDICAÇÕES

A mão passa
na aspereza. O verniz que se foi. Não. É a árvore
que regressa. A estrada voltando. Minas que espreita,
e espera, longamente espera tua volta sem som.

(*A Rosa do Povo*) (p. 211)

No poema “Indicações”, o marcador *não* abre a correção logo em seguida ao termo matriz. Esse *não*, escrito em frase nominal de forma enfática, dá ao texto o ritmo comum da correção. A expressão “o verniz que se foi” é substituída pelo trecho “é a árvore que regressa”.

IV – SELO DE MINAS

EVOCAÇÃO MARIANA

Do padre cansado o murmúrio reza
subia às tábuas do forro,
batia no púlpito seco,
entranhava-se na onda, minúscula e forte, de incenso,

perdia-se.
Não, não se perdia...
Desatava-se do coro a música deliciosa (*Claro Enigma*) (273)

Já em “Selo de Minas”, o espaço entre o termo matriz e a correção é representado pela mudança de estrofe. Mais uma vez o marcador *não* se faz presente, refazendo, segundo as palavras de Marcuschi (2000), “algum aspecto do dito” anterior.

MORTE NO AVIÃO

Vamos morrer, já não é apenas
meu fim particular e limitado,
somos vinte a ser destruídos,
morreremos vinte,
vinte nos espatifaremos, é agora.

Ou quase. Primeiro a morte particular,
restrita, silenciosa do indivíduo. (*A Rosa do Povo*) (176)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Da mesma maneira, em “Morte no avião”, a opinião do enunciador é especificada com a correção, que substitui a expressão *é agora* (que tem um caráter de certeza), pela expressão “quase”, que traz ao enunciado a idéia de possibilidade.

Outros tipos de correção, além daqueles caracterizados por problemas prospectivos (pausas) e por marcadores de correção (como o uso do *não* em textos anteriores), são aqueles que não empregam tais recursos. Essas correções são consideradas correções atenuadas, pois podem se aproximar da paráfrase e com ela se confundir. Do mesmo modo, visam a precisar as opiniões e sentimentos do falante (cf. Barros, 2003). Assim, o trecho retirado do poema “Sabará” pode ser considerado um caso de correção atenuada, uma vez que o enunciador, logo após enunciar a expressão *só as igrejas*, que, sintaticamente, é o início de uma oração, se autocorrige e inicia a oração novamente, contudo substituindo a primeira expressão por “torres pontudas das igrejas”:

II – SABARÁ

Só as igrejas
só as torres pontudas das igrejas
não brincam de esconder. (*Alguma Poesia*) (09)

Fica claro que, no nível de produção dos textos poéticos aqui analisados, os autores usam estratégias da língua falada, a fim de manter a interação com seu suposto interlocutor. Desse modo, aspectos da língua falada se fazem presentes no texto escrito, uma vez que os autores tinham, como em qualquer texto escrito, a possibilidade de extrair todas as marcas de reformulação. Entretanto, nos casos aqui analisados, esses procedimentos tornam-se recursos intencionais da poética drummondiana e bandeiriana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira restrita, pode-se afirmar que Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade aproveitaram-se dos recursos comuns da língua oral na produção de seus poemas.

A partir dos apontamentos feitos pelos teóricos na primeira parte do trabalho e levando-se em conta a percepção indutiva dada

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pela análise dos poemas de Drummond e Bandeira, pode-se supor que a presença da oralidade em textos escritos literários é verídica.

Assim, o caráter estético da literatura não se configura como um índice normativo. Pelo contrário, o artista não “tem limites” em suas escolhas. Para atingir o grau de expressividade desejado em seu poema, o autor pode empregar qualquer uso lingüístico para que seu objetivo seja alcançado.

Repetições, correções, cortes e anacolutos, expressões populares, diálogos orais: todas essas marcas, comuns e originais no texto oral, podem ocorrer no texto literário.

Talvez tenha sido essa percepção de liberdade poética (principalmente no quesito das escolhas lingüísticas) que tenha norteado Drummond, no livro *As Impurezas do Branco*. Nos versos de “Confissão”, o poeta “confessa” as inúmeras certezas que tem frente ao mundo e, de forma mais precisa, frente à linguagem. Ele nos diz, em tom de convicção:

É certo que me repito
é certo que me refuto
e que, decidido, hesito
no entra-e-sai de um minuto
[...]

É tudo certo e prescrito
em nebuloso estatuto.
O homem, chamar-lhe mito
Não passa de anacoluto. (*As impurezas do Branco*, p. 450)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião*: 19 livros de poesia. 2ª ed. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. São Paulo: Círculo do Livro, 1998.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 2003, p. 129-156 (Projetos Paralelos, v. 1).

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Pontes, 1989.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Um século de estudos linguísticos nos Estados Unidos da América (1860-1960). **In:** SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FÁVERO, Leonor Lopes, ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira & AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. Estratégias de construção do texto falado: a correção. **In:** KATO, Mary A. *Gramática do português falado: convergências*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2002, vol. 5, p. 359-366.

———. A correção no texto falado: tipos, funções e marcas. **In:** NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do português falado: novos estudos*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1999, vol. 7, p. 53-76.

GRANGER, Gilles-Gaston. *Filosofia do estilo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HILGERT, José Gaston. *A paráfrase – um procedimento de constituição do diálogo*. São Paulo. Tese (Doutorado) – Departamento de Letras – Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, 1989.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

JUBRAN, Clélia C. Abreu Spinard. Parentetização. **In:** JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi & KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006, p. 301-358.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

PRETI, Dino. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Luccerna, 2004.

———. *Sociolinguística: os níveis da fala*. 9ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

RODRIGUES, Ângela C. Souza. Língua Falada e língua escrita. **In:** PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. 6ª ed. São Paulo: Humanitas, 2003, p. 13-32 (Projetos Paralelos, v. 1).

SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

URBANO, Hudinilson. *Oralidade na literatura: (o caso Rubem Fonseca)*. São Paulo: Cortez, 2000.

O GUARANI E A INTERDISCIPLINARIDADE

Raquel Naveira

raquelnaveira@oi.com.br

RESUMO

A palavra "Guarani" designa membro da família dos guaranis, população indígena da América do Sul, que faz parte do grupo mais vasto dos tupis-guaranis e o idioma guarani. O ensaio conta um pouco da história dos guaranis e do programa Kaiowá/ Guarani desenvolvido pela Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, visando à melhoria das condições dos indígenas guaranis e a preservação de sua cultura, nas aldeias e cidades daquele Estado, notadamente na região da Grande Dourados. A autora apóia o ensino da língua guarani nas aldeias e propõe o estudo da temática guarani nas escolas.

Palavras-chave: Educação; Interdisciplinaridade; Povo guarani; Idioma guarani

A palavra *Guarani* designa o membro da família dos guaranis, população indígena da América do Sul, que faz parte do grupo mais vasto dos tupis-guaranis e o idioma dos guaranis.

Os guaranis são de origem antilhana, ocuparam todo o Brasil do sul do Amazonas, penetrando também no Paraguai, na Bolívia, na Argentina e no Uruguai. Há divergências sobre a marcha seguida por este povo. Alguns afirmam que penetraram o Brasil através do curso do rio Paraguai. Lembramos que inicialmente o rio era chamado "Paiguai", pela definição guarani, por ser navegado pelos hábeis canoeiros Paiguás, ribeirinhos que controlavam o rio Paraguai, definição castelhana. Na época da expedição de Pêro Lopes de Sousa ao Brasil ao estuário do Prata, ocupavam a região litorânea entre Cananéia e a lagoa dos Patos, estendendo-se para o oeste até ao vale Paraguai-Paraná. Da antiga população guarani subsistem uns poucos grupos nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, mas constituem a grande maioria da população do Paraguai e do Território das Missões.

Os guaranis desempenharam papel importante na história da colonização européia do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A aldeia dos guaranis era constituída de uma a quatro grandes cabanas retangulares, malocas sólidas, cobertas de palha, podendo abrigar uma família constituída de cerca de cem pessoas.

As cabanas eram dispostas de forma irregular. O povoado era cercado por altas paliçadas destinadas a protegê-los de algum ataque.

Suas armas eram arcos, flechas, tacapes. Cultivavam algodão, mandioca, batata, feijão, ananás, fumo. Fabricavam utensílios de barro. Preparavam bebidas fermentadas com mel silvestre e sucos vegetais. Fumavam folhas de tabaco enroladas como cigarro e em cachimbos. Usavam a erva-mate com fins religiosos.

Acreditavam num ente supremo, nos espíritos, praticavam feitiçaria. O canibalismo tinha caráter mágico. Os guerreiros e os feiticeiros usavam adornos de penas, braceletes, diademas, cintos, mantos.

As tribos desfrutavam de independência, mas elegiam chefes que iam representá-los nas assembléias confederativas de guerreiros.

Quanto ao idioma guarani, pertence ao grupo lingüístico do tupi-guarani. É o dialeto meridional “aba ñ eeme”, que se confinou ao Paraguai e à província argentina de Corrientes. O guarani moderno conserva muitas formas essenciais de antigas línguas, mas sofreu a influência espanhola.

Os paraguaios constituem um povo com formação étnica homogênea, descendendo de índios guaranis e colonizadores espanhóis, que se cruzaram. Subsistem índios em pequeno número, principalmente algumas tribos do Chaco, mas a cultura guarani reflete-se nas mais diversas formas de vida paraguaia. A maior parte dos habitantes é bilíngüe, falam guarani e espanhol, sendo esta a língua oficial.

A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na área de pesquisa, desenvolve o Programa Kaiowá/Guarani, um estudo em defesa da vida, visando à melhoria das condições dos indígenas guaranis e a preservação de sua cultura, nas aldeias e cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente na região da Grande Dourados.

O Programa foi dividido em sub-áreas: localização das aldeias, comportamento, ocupação tradicional e conceito de posse; recuperação dos recursos naturais; e produção alimentar; educação indígena e saúde preventiva. Na sub-área *Educação Indígena*, a principal preo-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cupação é a construção de uma escola diferenciada, que responda às expectativas dos Kaiowá/Guarani. Situam-se nesta sub-área os seguintes projetos: *A construção de um referencial novo e diferenciado da escola Kaiowá/Guarani na região da Grande Dourados*, do professor José Manfrói e *Educação bilíngüe, guarani-português nas escolas indígenas Guarani/Kaiowá da região da Grande Dourados*, do professor Antônio José Filho.

Concordo plenamente com a posição defendida pelos professores: a criança indígena deve ser alfabetizada em sua língua materna, o guarani e, só depois, na sua segunda língua, o português, que lhe permitirá conhecer e sobreviver na sociedade envolvente. É necessário valorizar o guarani, instrumentalizar professores indígenas para essa tarefa.

Coloco aqui a necessidade da sociedade envolvente, das escolas das cidades de Mato Grosso do Sul que convivem com o índio no seu cotidiano, nas ruas, nas feiras, nos mercados, na periferia, nas fronteiras, também estudarem e conhecerem a civilização, a história, a cultura e a língua guaranis.

Só se ama e se respeita o que se conhece. Numa região como a nossa, em tempos de MERCOSUL, é preciso formar uma identidade voltada para a América Latina. Temos muitas afinidades. Temos alguma alegria e muitas amarguras a compartilhar. Amarguras que, ao invés de nos irmanarem, nos distanciaram ainda mais.

Levanto uma questão de Estética. Estética é a ciência do Belo. Conhecemos, respeitamos, amamos uma determinada cultura por percebermos o seu valor intrínseco, profundo e humano. Toda língua é manifestação de Beleza única e insubstituível. Todo o idioma reveste de forma singular o pensamento e a sensibilidade de um povo.

Quando se valoriza e respeita a DIVERSIDADE caminhamos para uma UNIDADE fraterna e conciliadora.

Em três dos meus livros, escrevi sobre a língua guarani. No infante-juvenil, *Pele de Jambo*, no capítulo *Guarani*, conto como a menina Rutinha, na cozinha de uma fazenda da cidade de Bela Vista, fronteira do Paraguai, ouvia as mulheres conversando em guarani e ia descobrindo o fascínio e o significado de alguns vocábulos, ao som das polcas e das guarânias.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No livro de ensaios, *Fiandeira*, no capítulo *Nomes Guaranis* escrevi sobre minha paixão pelo guarani e a gênese de alguns de meus poemas que nasceram de palavras guaranis.

No romanceiro *Guerra entre Irmãos – Poemas inspirados na Guerra do Paraguai*, há o poema *Comunicação*, que expõe a riqueza das três línguas envolvidas na triste guerra: português, espanhol e guarani. Transcrevo aqui o referido poema:

A comunicação na guerra
É feita de gritos,
Brados,
Ordens imperativas,
Delações,
Intrigas,
Sussurros.

As mensagens vêm em bilhetes,
Cartas seladas,
Asas de beija-flores,
Cascas de árvores,
Folhas de fumo
E chegam aos ouvidos
Que viram conchas,
Abas de gramofone.

Nesta guerra as línguas se fundem,
Amalgam-se
Como desenhos singelos
Em vasilhames úmidos,
Como saliva no pântano das bocas:
Língua portuguesa,
Galega,
Galaica,
Com gotas do Tejo e do Minho,
Aroma de carvalho e vinho,
Lirismos de amor e amigo;
Língua espanhola,
Andaluza,
Castelhana,
De termos árabes,
Trazida nas caravelas de Colombo,
Perpetuada nos sonhos de Dom Quixote;
Língua guarani,
Língua sagrada do tronco tupi,
Espalhada pelo Paraguai,
Por Corrientes,
Pelas cabanas de grossos paus

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Cobertos de barro.
Na guerra, irmão mata irmão,
Não há comunicação.

A proposta é que os educadores de Mato Grosso do Sul, professores de português, história, geografia, expressões artísticas, trabalhem a temática guarani com seus alunos, em atividades interessantes, lúdicas, poéticas.

Fica em aberto também a proposta de se escrever um livro de embasamento para o estudo da temática guarani nas escolas. Um livro composto dos seguintes capítulos: histórico dos guaranis; glossário de palavras guaranis (frutas, animais, lendas, objetos...); lista de topônimos, ou seja, nomes de rios, cidades, fazendas e outros acidentes geográficos da região sul-mato-grossense; fotografias da arte indígena; estudo da música guarani e do cancionero paraguaio.

No livro *Meus Haicais*, do professor J. Barbosa Rodrigues, em que o autor utiliza a delicada arte japonesa de sintetizar uma idéia poética em apenas três linhas, para definir e explicar os nomes das cidades de nosso Estado, encontramos preciosidades como a significação de alguns vocábulos guaranis que nomearam nossas cidades: Camapuã – tímidos seios; Caarapó – raiz de erva; Nhu-verá – campo brilhante; Nioaque – clavícula quebrada.

Relato uma experiência didática realizada com a turma dos acadêmicos da Melhor Idade da UCDB, um projeto voltado à comunidade idosa, onde são ministradas aulas de Literatura Brasileira.

Utilizando o dicionário *Português-guarani*, de autoria de Teruliano Amarilha, foram selecionados vocábulos e/ou expressões guaranis com seus respectivos significados em português: água – y ; poça d'água – y no'ó; aurora – arco co'ê; abelha – cava; algodão – mandy yu; alguém – peteí; aluno – temimbo'é; amarelo – sa'y yu; amor – mborayjhú; antepassado – tamói; andorinha – mby yu'é; árvore – yvyrá; aroma – tyacuã; asa – pepó; azeitona – tarumã-á; anoi-tecer – pyteimby; baile – yeroky; banana – pacová; bambu – tacuapí; beira de rio – y rembe'y; barro – tuyu; belo – porã; boca – yuru; borboleta – panambi; bolo de polvilho – kyrupé; beija-flor – mainumby; bezerro – vacá'ra'y; branco – moroti; brilho – verá; brisa – yvytu pô i; bruxa – cuña payé; cabeça – acã; cabelo – tagué; cachoeira – y tororó; cama – tupá; campo – ñu; cana-de-açúcar – taquare'ê; canoa –

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ygá; caranaúba – caranda'y; casa – oga; cavalo – rendá; sol – cuara-jhy; sabiá – jhavia; estrela – mby yá; sangue – tuggy; sapo – cururu; cesto de vime – ayacá; céu – tupasy retã; cobra – mboi; colina – yvy ty mi; cuia – ca'y guá; cacique – avá runichá; lua – jacy; sorte, boa estrela – po'á; fogo – tatá; flor – poty; mãe – sy.

Escreveram-se em papezinhos frases como: *Oga* em guarani significa “casa”; *Panambi* em guarani significa “borboleta”; *Tatá* em guarani significa “fogo”. A seguir, os acadêmicos sortearam um papelzinho e produziram um texto a partir da palavra sugerida. Expliquei que deveriam escrever algo relacionado ao significado da palavra em guarani: um comentário, um sentimento despertado, uma lembrança, uma recordação, um vestígio. Se pudessem colocar no texto elementos de ambientação indígena, melhor.

Os acadêmicos da Melhor Idade possuem mais de 50 anos, sabem ler e escrever, porém têm escolaridade heterogênea. Alguns possuem curso de nível superior, outros não concluíram o 1º grau. Não foram levados em conta erros ortográficos e de concordância. O que vale nas aulas é o deixar fluir a emoção, é beber da fonte da criatividade e do prazer de sonhar. Os acadêmicos são orientados também para que desenhem, ilustrando suas idéias, outra forma lúdica de expressão.

Os idosos são muito melancólicos, voltam-se para o tesouro de sua memória. Transcrevo algumas produções dos acadêmicos da Melhor Idade:

– *Oga* em guarani significa “casa”.

Como para todos nós que vivemos na cidade, a casa para os índios é um porto seguro, um sinal de vitória. Não há ser humano que não fique feliz ao possuir seu próprio teto. É em nossas casas que nos reunimos com a família e passamos os melhores momentos de nossas vidas.

Os índios moram em ocas que são feitas de madeira e palha e são nelas também que se reúnem para decidirem os rumos da tribo.

– *Ñu* em guarani significa “campo”.

Os campos da fazenda Vista Alegre, onde estão minhas raízes, são tão vastos e planos, que ao longe se unem com o céu. Campos floridos, ora verdes, ora acizentados, conforme a estação do ano.

– *Tuyu* em guarani significa “barro”

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O barro, matéria-prima para tantas coisas importantes: telha, tijolo, utensílios, potes, cerâmicas. Tudo tirado do barro.

– *y rembe'y* em guarani significa “beira de rio”.

– *Y rembe'y...* beira de rio, lugar convidativo para uma boa pesca, para meditar e curtir as belezas da natureza.

– *Tatá* em guarani significa “fogo”.

O fogo nos faz lembrar várias comemorações; o dia de São João é comemorado com a fogueira.

Em muitos acontecimentos festivos são usados fogos de artifício, sendo cada um mais belo que o outro.

Também os índios gostam muito de usar o fogo, eles dançam em volta do mesmo para festejarem suas vitórias e suas crenças.

– *Pacová* em guarani significa “banana”.

Lembrei quando era criança, em minha cidade, Poconé, tinha uma índia que diariamente batia à nossa porta com um balaio de bananas na cabeça para vender.

O nome dela era Maricota. Que saudades!

– *Po ' á* em guarani significa “sorte”, “boa estrela”.

– *Faz-me lembrar do romance Iracema, de José de Alencar, onde figura a pessoa do Araquém que previa a triste sorte da sua tribo. Araquém era o conselheiro do seu povo.*

– *Kyrupé* em guarani significa “bolo de polvilho”.

– *O significado de Kyrupé em guarani é bolo de polvilho, ele é feito de mandioca, que, depois de ralada a sua raiz, é extraído o polvilho, um processo muito trabalhoso.*

– *Em seguida é usado para fazer bolos, chipas, tapioca etc. Em Mato Grosso a mandioca, “aipim”, os bolos de polvilho são tradições culinárias.*

Todas as produções ficaram líricas, poéticas, simbólicas. Fizemos um mural colando as produções misturadas a ilustrações sobre índios e natureza.

O professor pode levar música para a sala de aula: polcas e guarânias. Músicas para ouvir simplesmente, dançar, coreografar, dramatizar, ler, traduzir, analisar, interpretar. Letras em espanhol ou em guarani falando da pátria, da amada, da natureza, da terra, da á-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gua, da América Latina. Sugerimos o CD “La Carreta” de nossa saudosa cantora, Jandira, da dupla Jandira e Benites. Jandira cantou com sua voz potente e seu talento dramático canções inesquecíveis como *Vila Guilhermina*, *Passionaria*, *Che pyharé Momyri*, *Galopera*, *Panamby Jerovy* e tantas outras do cancionero paraguaio que tocam profundamente a nossa alma de fronteira.

Este trabalho interdisciplinar pode ser desenvolvido com alunos de todas as faixas etárias e níveis de escolaridade. Um trabalho que despertará para a beleza da cultura guarani; para o autoconhecimento a partir do estudo de nossas raízes, da etnia de nosso povo; para o respeito e a valorização de nossa identidade latino-americana e ameríndia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARILHA, Tertuliano. *Dicionário português-guarani*. Cuiabá-MT, 1994.

JANDIRA e BENITES. *La Carreta*. Compact Disc.
Jornal da UCDB, abril/98 ano XII, nº 3

NAVEIRA, Raquel. *Fiandeira*. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

———. *Guerra entre irmãos* – poemas inspirados na Guerra do Paraguai. 2ª ed. Campo Grande/MS: Gráfica Ruy Barbosa, 1997.

———. *Pele de jambo*. Belo Horizonte: RHJ, 1996.

**O IMPERATIVO GRAMATICAL EM HISTÓRIAS
EM QUADRINHOS BAIANAS**

Jeferson da Silva Alves (PUC-MG)
jefersonsalves@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a expressão variável do imperativo singular em Histórias em Quadrinhos (HQ) baianas, uma representando a capital, Zona Urbana – Salvador com a Turma do Fala Menino! e outra representando a Zona Rural da Bahia, o Sertão – Jacobina com a Turma do Xaxado, ambas extraídas dos sites dos autores baianos. A contagem geral dos dados revela que 50% das ocorrências se configuram pela forma do indicativo e 50% pela forma do subjuntivo. Porém, separando por corpus percebemos uma diferença de uso, por exemplo, em Salvador o uso é quase que categórico na forma subjuntiva com o total de 76% contra somente 24% na forma indicativa, ao passo que em Jacobina o uso se dá em maior parte na forma indicativa com o total de 71% contra 29% na forma subjuntiva, revelando que a região está atuando como fator para variação. Além da variação extralingüística região: i. Salvador, a capital baiana e ii. Jacobina, sertão baiano, outros fatores lingüísticos são preponderantes para o entendimento da expressão variável do imperativo como: 1. Tipo de forma do imperativo, se na forma indicativa ou se na forma subjuntiva; 2. Tipo de polaridade da estrutura, se afirmativa ou negativa; 3. Paralelismo lingüístico, se morfológico e/ou fônico.

Palavras-chave:

Imperativo gramatical; Variação Lingüística; Histórias em Quadrinhos.

INTRODUÇÃO

Atualmente, é possível observar em contextos de fala ou escrita [+ dialogada] – como é o caso das histórias em quadrinhos (do-ravante HQs) produzidas em várias regiões do país – duas formas variantes para expressão variável do imperativo singular (na polaridade afirmativa), uma que é homônima à 3ª pessoa do presente do indicativo (canta, bebe e parte) e outra que é advinda do presente do subjuntivo (cante, beba e parta), ambas em contextos dos pronomes *tu* e *você* quanto em contextos em que há alternância de *tu/você* e/ou *você/tu*. Contudo, pesquisas revelam que a variação não se dá por conta de tais pronomes e sim por questões geográficas (Alves; Alves, 2005; Sampaio, 2001; Scherre, 2007), apontando que nas regiões

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Sul, Sudeste e Centro-oeste os falantes se utilizam de formas indicativas para expressão do imperativo singular e que na região Nordeste se utiliza de formas subjuntivas para o mesmo fenômeno linguístico, revelando por tanto que não há estigma por nenhuma das variantes em questão e que os falantes das regiões que se utilizam das formas indicativas, por vezes, percebem o imperativo expresso pelo subjuntivo como uma ordem menos branda. Outras pesquisas apontam que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste houve mudança de uso entre as décadas de 1980 até os dias atuais e elucubram sobre a influência do contexto da ditadura militar para tal mudança (Andrade; Melo; Scherre, 2007a; 2007b).

METODOLOGIA

Para a análise sociolingüística do fenômeno linguístico em questão explicitado anteriormente, adotamos a metodologia Sociolingüística Laboviana (Monteiro, 2000; Tarallo, 2002; Calvet, 2002; Alkmim, 2003; Molica, 2004) como o objetivo de realizar a análise quantitativa das variáveis lingüística e extralingüísticas envolvidas no uso da expressão variável do imperativo singular nas HQs da Turma do *Fala Menino!* e da Turma do *Xaxado* retiradas dos sítios educacionais dos autores, no ano de 2007. Foram coletadas histórias seriadas do *Fala Menino* e mais tirinhas que estampavam as contas da Coelba (Companhia de Energia Elétrica da Bahia) e histórias seriadas do *Xaxado* e mais uma seção de tirinhas. As variáveis lingüísticas analisadas foram: **1.** Tipo de forma do imperativo, se indicativa ou subjuntiva; **2.** Tipo de polaridade da estrutura, se afirmativa ou negativa; **3.** Paralelismo lingüístico, se morfológico e/ou fônico e **4.** A variável extralingüística que aqui consideraremos somente a diatópica, uma vez que cada autor representa a fala cotidiana das pessoas de suas regiões, Salvador e Jacobina respectivamente, e também porque outras pesquisas apontam que as HQs são textos marcados por traços de oralidade e que essas representam a fala cotidiana das pessoas (Alves, 2007) neste caso a Zona Rural da Bahia (Jacobina) representada por *Xaxado* e a Zona Urbana, a capital da Bahia (Salvador) representada por *Fala Menino!*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FALA MENINO! – AUTOR E OBRA

Com a finalidade de observar e constatar o uso das variáveis na língua “falada” na Zona Urbana, em Salvador optou-se por usar as histórias seriadas e tirinhas da Turma do *Fala Menino!* coletadas em 2007 no site do autor com um total de 6 histórias seriadas e 12 tirinhas que estampavam as contas da COELBA (Companhia de Energia Elétrica da Bahia) e encontradas também no site. Para tanto, é necessário conhecer um pouco da história e da obra do autor.

O autor Luis Augusto C. Gouveia nasceu em Salvador, em 03 de fevereiro de 1971, formou-se em Arquitetura e Urbanismo em 1994, porém já trabalhava antes com arte-educação em escolas da Bahia, inclusive, com crianças autistas. Trabalhou com Ziraldo como quadrinista fazendo histórias para a revista *O Menino Maluquinho*, da Editora Abril. Em 1989, publicou a tira *Liu e o Mágico do Soba-co*, no Jornal A Tarde, da Bahia. Recebeu menção honrosa no 1º Concurso Nacional de Histórias em Quadrinhos da Academia Brasileira de Artes, em São Paulo no ano de 1995. Suas ilustrações também se encontram em N. York e em desenhos animados em São Paulo.

A obra do *Fala Menino!* nasceu a partir de sua experiência em salas de aula. Da visão lógica de que a infância é o momento de descobertas, perigos, questionamentos, medos, dor, “bem longe da estilização cor-de-rosa comumente mostrada na mídia, e talvez, o único momento da vida em que somos quem nascemos para ser”.¹⁶

Atualmente, seus quadrinhos são vistos e apreciados em todo o país. O *Fala Menino!* é parceiro do Unicef, premiado com menção honrosa no Primeiro Prêmio Ibero Americano de comunicação pelos Direitos das Crianças, em 1999. Lucas,¹⁷ o personagem principal, e que é mudo, é reconhecido pela ANDI – Agência de Notícias pelos Direitos da Infância, pelo seu trabalho na promoção e divulgação dos direitos da criança e do adolescente.

¹⁶ Trecho extraído do Site *Fala Menino!*

¹⁷ Para conhecer mais do personagem Lucas, sua turma e suas histórias acesse a página <http://falamenino.locaweb.com.br/index.html>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

XAXADO – AUTOR E OBRA

Para observar e constatar o uso das variáveis lingüísticas na Zona Rural, em Jacobina optou-se por usar as histórias seriadas e tirinhas da Turma do *Xaxado* coletadas em 2007 no site do autor com um total de 12 histórias seriadas e uma seqüência de tirinhas encontradas também no site. Assim como o autor e a obra supracitada, faz-se necessário também conhecer a história e a trajetória da carreira do autor de *Xaxado* como quadrinista.

O autor Antônio Luiz Ramos Cedraz nasceu em uma fazenda no município de Miguel Calmon, Zona Rural da Bahia, mas cresceu e se formou professor primário em Jacobina, também no interior da Bahia, local onde teve os primeiros contatos com as histórias em quadrinhos. Seus primeiros heróis das HQs foram os internacionais, como Super-Homem, Capitão Marvel entre outros e de desenhistas brasileiros da década de 1960, como Ziraldo, Flavio Colin, Maurício de Souza entre outros.

Desde que começou sua carreira, o autor criou vários personagens e teve seus trabalhos publicados nos principais jornais da capital baiana e de outros estados, e também em revistas lançadas por editoras de todo país.

Com suas HQs e outras histórias, ganhou prêmios e menções honrosas em concursos e exposições no Brasil e no exterior, entre eles o troféu como destaque no 2º Encontro Nacional de Histórias em Quadrinhos, realizado em Araxá, Minas Gerais, no ano de 1989, o Prêmio Ângelo Agostini de “Mestre do Quadrinho Nacional” entre outros.

A Turma do *Xaxado* é composta por personagens tipicamente brasileiros, cada um com seu jeito de falar, pensar e agir, passando pelas várias classes sociais. Portanto, uma turma heterogênea como o povo brasileiro, vivendo histórias que falam da terra, encantos e problemas do sertanejo, porém, sem perder de vista a universalidade da experiência do ser humano.

Assim como a Turma do *Fala Menino!*, aqui também temos um personagem principal que leva o mesmo nome da obra: Xaxa-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

do,¹⁸ que é neto de um famoso cangaceiro que vivia com o bando de Lampião, esse personagem “é como um sol ao redor do qual circulam todas as outras personagens e histórias da turma”.¹⁹

ANÁLISE DOS DADOS

Iniciaremos nossas análises dando um panorama do levantamento quantitativo das ocorrências que foram encontradas nos *corpora*. A hipótese levantada em nossa pesquisa e que vem sendo trabalhada em vários outros trabalhos é a seguinte: que diferentemente do que registra a tradição gramatical, podemos encontrar na fala espontânea em contexto sintático e discursivo do pronome você o imperativo expresso pela forma do presente do indicativo (Scherre, 2003, p. 1).

Observemos exemplos do imperativo expresso pela forma do indicativo nas HQs baianas.

Na Turma do *Fala Menino!*, na história seriada *O Monstro*, se lê:

(1) Lucas, Lucas, **acorda!!!**

Na Turma do *Xaxado*, na história seriada *O som que semeia a vida*, se lê:

(2) Homi, **vorta!!** Um milagre aconteceu na roça!!!

Imperativo nos corpora fala menino! & xaxado

Na tabela 1, como se vê abaixo, o uso das variantes nos *corpora* há um equilíbrio em relação ao uso, já que 50% das formas são expressas pelas formas do indicativo e 50% pelas formas do subjuntivo para a expressão variável do imperativo singular. Levando em conta a polaridade da estrutura, se afirmativa ou negativa, percebemos que aquela, a afirmativa, é mais utilizada do que esta, a negati-

¹⁸ Para conhecer mais do personagem Xaxado, sua turma e suas histórias acesse a página http://www.xaxado.com.br/turma/turma_xaxado.html.

¹⁹ Trecho extraído do site Xaxado.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

va, com um total de 56 ocorrências, sendo 34 na forma indicativa com o percentual de 50% e 22 na forma subjuntiva com o percentual de 32.3%, revelando, por tanto, que a polaridade indicativa é proferida mais vezes com a soma total em percentual de 83.3% contra somente 17.7% de formas proferidas na polaridade negativa todas expressas pela forma do subjuntivo, apontando, portanto, que tanto uma como outra amostra faz uso da forma considerada padrão pelos compêndios gramaticais²⁰ para tal polaridade.

Indicativo		Subjuntivo	
Aplicativo/Total/%		Aplicativo/Total/%	
34/68/50%		34/68/50%	
Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo
34/68/50%	0/68/0%	22/68/32.3%	12/68/17.7%

Tabela 1: Ocorrências da expressão variável do imperativo singular nos *corpora* (*Fala Menino!* e *Xaxado*).

A seguir, serão analisados os *corpora* separadamente, primeiro as ocorrências do *Fala Menino!*, que representa a fala de Salvador e posteriormente do *Xaxado*, que representa a fala interiorana da Bahia, o Sertão - Jacobina.

Imperativo no fala menino!

As ocorrências com o imperativo no *corpus Fala Menino!*, representadas na tabela 2, revelam que há uma predominância no uso pelas formas do subjuntivo com o percentual de 76%, sendo 36% na polaridade afirmativa e 40% na negativa e somente 24% expressos pela forma indicativa, todas na polaridade afirmativa, revelando o que pesquisas já sinalizavam, que na polaridade negativa o imperativo expresso pela forma do indicativo não é favorável (Scherre, 2004, p. 8; Borges, 2005, p. 4; Cardoso, 2007, p.13; Alves, 2007, p. 4). Contudo, alguns fatores podem condicionar o uso do imperativo na forma indicativa em polaridades negativas, como: a partícula negativa pós-posta ao verbo “**Liga** não... intelectuais costumam responder

²⁰ Foram consultadas 14 gramáticas para confecção do presente trabalho: André (1997); Bechara (1999); Cegalla (2002); Cipro Neto; Infante (1998); Cunha; Cintra (1985; 2001a; 2001b); Cunha; Cintra; De Nicola (1997); De Nicola (2001); Faraco; Moura; (1999; 2002); Mattos; Megale (1990); Rocha Lima (2001); Sacconi (1994).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

com outras perguntas...”, há também uma inclinação para tal uso com a dupla negação “Não **liga** não, vô!”²¹ (Scherre, 2003, p. 4; 2005a, p. 6; 2005b, p. 5006-7; Cardoso, 2007, p. 13-4; Alves, 2007, p. 5).

Indicativo		Subjuntivo	
Aplicativo/Total/%		Aplicativo/Total/%	
6/25/24%		19/25/76%	
Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo
6/25/24%	0/25/0%	9/25/36%	10/25/40%

Tabela 2: Ocorrências da expressão variável do imperativo singular no *corpus* (*Fala Menino!*).

Analisadas as ocorrências do imperativo no *corpus Fala Menino!* analisaremos o *corpus Xaxado* que diferentemente do anterior que o contexto sintático e discursivo se dá única e exclusivamente pelo pronome *você* aqui ocorrerá com o uso predominante do pronome pessoal *tu* com baixa concordância (17.6%) verbal e outras, como o pronome possessivo (seu em lugar de teu), com o clítico (lhe em lugar de te) e outros. Dessas ocorrências com concordância, todas foram expressas unicamente por um personagem que:

...vive corrigindo a fala “errada” dos outros. Para ela, isto é muito mais do que um passatempo, é uma verdadeira cruzada em defesa da língua portuguesa. Apaixonada por livros, Marieta adora ler um bom romance, estudar e aprender coisas novas para, um dia, tornar-se professora²².

Em todo *corpus*, foram encontradas apenas duas ocorrências de *você* expressa por um mesmo personagem, Artuzinho Albuquerque, que tem a classe social diferenciada dos outros personagens, já que esse é rico, filho de um grande fazendeiro.

Indicativo		Subjuntivo	
Aplicativo/Total/%		Aplicativo/Total/%	
29/44/71%		15/44/29%	
Afirmativo	Negativo	Afirmativo	Negativo
29/44/71%	0/44/0%	13/44/24.5%	2/44/4.5%

Tabela3: Ocorrências da expressão variável do imperativo singular no *corpus* (*Xaxado*).

²¹ Como não encontramos ocorrências desse tipo nos *corpora* recorremos aos trabalhos de Alves (2006; 2007), os quais trabalham com HQ do *Menino Maluquinho*, de Ziraldo.

²² Trecho extraído do site da Turma do *Xaxado*
http://www.xaxado.com.br/turma/turma_marieta.html.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

Como configura na tabela 3 acima, o uso do imperativo se dá predominantemente pela forma do indicativo com o percentual de 71% todos na polaridade afirmativa contra um total de 29% na forma subjuntiva, sendo 24.5% na polaridade afirmativa e somente 4.5% na negativa, revelando, portanto um grande percentual na polaridade afirmativa com um total de 95.5%. Em fim, o que ocorreu na polaridade negativa foi bem próximo do que ocorreu no *corpus* anterior, revelando que tanto um como outro, como se configura também na tabela 1, fazem uso da forma padrão no que se refere à polaridade negativa.

PARALELISMO LINGÜÍSTICO

As pesquisas sobre o imperativo têm demonstrado que, quando o primeiro verbo vem expresso pelo indicativo, o verbo subsequente tende a ser indicativo também e que quando o primeiro é subjuntivo o que segue também tende a ser subjuntivo (Scherre et alii, 1998; Scherre, 2003, 2004; Cardoso, 2003; Smaniotto, 2005). Na tabela abaixo, os dados demonstram o que já foi dito, de que a segunda forma tem a tendência de seguir a forma antecedente.

Variável nos <i>corpora</i>	Aplicativo/%
Indicativo-indicativo	6/66.6%
Subjuntivo-subjuntivo	2/22.2%
Indicativo-subjuntivo	1/11.2%
Subjuntivo-indicativo	0/0%
Total	9/100%

Tabela 4: Paralelismo lingüístico nos *corpora*.

Em nossos *corpora*, de 9 ocorrências de imperativo, somente 1 (11.2%) contradiz o que já foi explicitado anteriormente, ao passo que 88.8% (8) ratificam. Porém, é preciso analisar melhor a possibilidade da única ocorrência em *corpus* com dados maiores, pois, de acordo com Cardoso (2003), podemos analisar o paralelismo lingüístico em morfológico e fônico, ou seja, indicativo-indicativo e subjuntivo-subjuntivo é igual a morfológico e por outro lado, indicativo-subjuntivo e subjuntivo-indicativo é igual a fônico quando o segundo verbo segue a mesma vogal temática do primeiro quando ocorre a mudança, como se pode ver no exemplo abaixo:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(3) “**AbreE** cancela e **dêE** passage para tristeza do meu amigo ir embora!”

Nessa seqüência, notamos o paralelismo lingüístico – indicativo-subjuntivo – que o autor faz uso do traço fônico, não usando o traço morfológico, para que as vogais coincidam. Todavia, pode ocorrer a seqüência com o traço fônico em correlação com o morfológico, como podemos ver em (4):

(4) Oh, **calE-se!** **CalE-se!** **CalE-se!**

No encadeamento acima, ocorre o paralelismo lingüístico – subjuntivo-subjuntivo – que em nossos dados, como foi explicitado só ocorreu duas vezes, e as duas nas tirinhas que representam a capital da Bahia – *Fala Menino!* e que, como sabemos, o uso do imperativo se configura em maior parte pelo subjuntivo.

Vejamos os exemplos (5) e (6) com o paralelismo discursivo que teve maior número de ocorrências – indicativo-indicativo (morfológico/fônico e somente morfológico):

(5) **LembrA** que o filho é seu. Não importa como ele seja; **esquecE** preconceitos e **buscA** dialogar com carinho e respeito, pra que ele saiba que é amado e que tem em quem confiar!

No diálogo acima, o quadrinista optou somente pela seqüência morfológica (**LembrA**, **esquecE**, **buscA**) diferente das séries em (3) (**AbreE**, **dêE**) escrita pelo autor de *Xaxado*, a qual houve uma ruptura morfológica para que houvesse paralelismo fônico e em (6) abaixo com paralelismo morfológico em correlação com o fônico (**CaIA**, **segurA**).

(6) E num tinha mermo! **CaIA** a boca e **segurA** a rede, homi!

Ao fim e ao cabo, com as análises sobre o paralelismo lingüístico, percebemos que estamos diante de um terreno bastante fértil e que futuras coletas de dados – que já estão em andamento através de jornais baianos²³ – nos ajudarão a compreender melhor tais usos.

²³ Contaremos com mais de três mil tirinhas de cada autor que vêm sendo publicadas diariamente a mais ou menos uns 11 anos no Jornal A Tarde.

VARIAÇÃO DIATÓPICA NO IMPERATIVO NA BAHIA

As pesquisas sobre o imperativo na Bahia se iniciaram em 2000 com Dilcéia Almeida Sampaio com sua dissertação de mestrado concluída em 2001. Em 2005, os alunos de graduação Jeferson da Silva Alves e Aiala Paloma Oliveira Alves, com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado às Faculdades Jorge Amado em Salvador, também contribuíram para o entendimento de tal fenômeno linguístico na língua falada em Salvador. Em 2006, surgiram pesquisas em Zonas Rurais da Bahia com a estudante de graduação e bolsista de iniciação científica, vinculada ao Projeto Vertentes do Português Rural do estado da Bahia (VERTENTES) coordenado pelo professor Dr. Dante Lucchesi no Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O projeto tem como objetivo principal observar a realidade atual dos falares rurais do Estado da Bahia buscando lançar luzes sobre os processos que constituem a história sociolingüística desses falares, particularmente os processos derivados do contato da língua portuguesa com as línguas indígenas e africanas, que marcam a formação da realidade lingüística brasileira.

Nesta dimensão, incluem-se as diferenças lingüísticas no que se refere à expressão variável do imperativo singular observadas entre regiões distintas da Bahia, onde se fala a mesma língua, a saber: **1.** Salvador, a capital representada por *fala Menino!* e confirmando o que outras pesquisas já tinham explicitado (Sampaio, 2004; Alves; Alves, 2005; 2006; 2007); **2.** Jacobina, zona rural (Sertão) representada por *Xaxado*; **3.** Quatro comunidades rurais Afro-descendentes, a saber: **i.** Helvécia; **ii.** Cinzento; **iii.** Rio de Contas e **iv.** Sapé, os dados aqui foram extraídos de outra pesquisa (Santos, 2006); **4.** Duas comunidades rurais, a saber: **i.** Santo Antonio de Jesus, município baiano e **ii.** Poções, outro município da Bahia, os dados aqui também foram extraídos de outra pesquisa (Santos, 2007). Sabemos que a variação diatópica ou regional pode ocorrer de país para país (Brasil, Portugal, Angola, por exemplo), de região para região (região sul, com os falares gaúcho, catarinense, por exemplo, e região nordeste, com os falares baiano, pernambucano etc.).

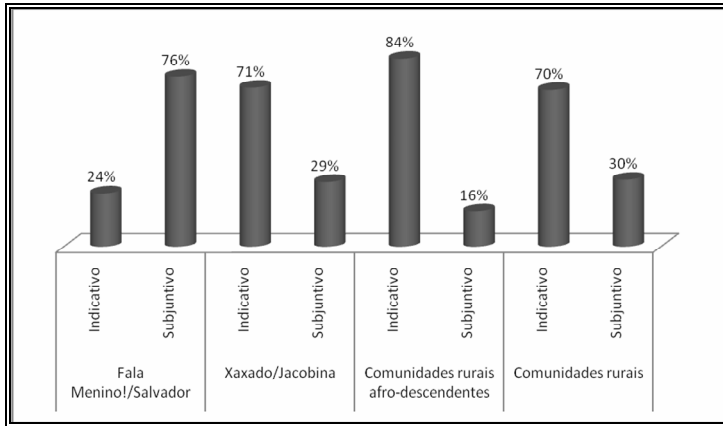


Gráfico 1: Variação diatópica (regional) na expressão variável do imperativo singular na Bahia.

Como simula o gráfico acima, a expressão variável da expressão variável do imperativo se manifesta em maior parte pelo indicativo em regiões [- urbanizadas] como em Jacobina (71%), nas comunidades rurais- afro-descendentes (84%) e nas comunidades rurais (70%) enquanto que na região [+ Urbanizada] de Salvador a preferência é pelo subjuntivo com o total de 76% das ocorrências.

Assim como em contexto de fala, percebemos que as tirinhas retratam a fala cotidiana das pessoas, pois, outras pesquisas sobre a língua falada em Salvador (Sampaio, 2001; Alves; Alves, 2005) o imperativo se manifestou em maior parte pelo subjuntivo e na Zona Rural, Jacobina no indicativo consolidando o que foi explicitado por Santos (2007) que quanto mais se afasta da Zona Urbana a opção pelo uso da expressão se configura no indicativo. Portanto, a região está atuando para variação da expressão do imperativo singular no estado da Bahia.

CONCLUSÕES

Ao fim de nossas análises, percebemos que alguns fatores influenciam para a escolha de um uso ou outro em relação à expressão variável do imperativo singular, a saber: **1.** Polaridade da estrutura.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

Aqui, notamos um fato interessante, que tanto em um *corpus* quanto no outro não houve nenhuma ocorrência de imperativo na polaridade negativa enunciada no indicativo e que em *Fala Menino!* a escolha na polaridade afirmativa se configura em maior parte no subjuntivo, ao passo que em *Xaxado* se configura no indicativo; **2.** Paralelismo lingüístico, se morfológico e/ou fônico. Nesse aspecto, precisamos de mais dados para análise, pois esse parece um campo bastante fértil, uma vez que nem sempre numa seqüência os falantes/“escritores” utilizam-na morfológicamente, fazendo mudança para que haja um paralelismo fônico, ou seja, uma harmonia entre as vogais temáticas, porém, no geral, percebemos que quando uma seqüência começa pelo indicativo o próximo verbo tende a ser no indicativo e que quando é no subjuntivo o que segue também é no subjuntivo e **3.** A variação diatópica, pois mesmo sendo analisadas escritas de Histórias em Quadrinhos (HQs), notamos que a localidade do autor está influenciando para variação lingüística, já que trabalhos feitos na Bahia demonstram que em Salvador os usos do imperativo se configuram em maior parte pelo subjuntivo, enquanto que em regiões do interior no indicativo como ocorreu em nossas análises. Por tanto, as histórias em quadrinhos é uma grande fonte de pesquisa para o entendimento da expressão variável do imperativo e outros fenômenos lingüísticos.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jeferson. *Norma e uso - O imperativo no "Menino Maluquinho e sua turma"*. Comunicação apresentada no XI Encontro Baiano dos(as) Estudantes de Letras. Feira de Santana: UEFS, 2007.

———. *O imperativo no Menino Maluquinho*. Comunicação apresentada no X Encontro Baiano dos Estudantes de Letras. Salvador: UCSAL, 2006.

———; ALVES, Aiala Paloma Oliveira. *A expressão variável do imperativo singular na língua falada em Salvador*. Salvador: Faculdade Jorge Amado, Curso de Letras, Trabalho de Conclusão de Curso, 2005.

———. *O imperativo na língua falada culta e popular dos soteropolitanos*. In: *X Semana de Mobilização Científica*. Salvador: UCSAL, 2007.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

———. *O português do Brasil – Língua, socialização e diversidade*. Comunicação apresentada no XI Encontro Baiano dos(as) Estudantes de Letras. Feira de Santana: UEFS, 2007.

———. Língua, socialização e diversidade no português do Brasil. **In:** *IX Semana de Mobilização Científica*. Salvador: UCSAL, 2006.

———. Norma e uso – O imperativo na língua falada culta e popular dos soteropolitanos. **In:** *1º Encontro Interdisciplinar de Cultura e Educação*. Salvador: Faculdades Jorge Amado, 2006.

———. Os soteropolitanos e a expressão variável do imperativo singular. **In:** *Simpósio de Línguas e Cultura no mundo: caminhos e desafios*. Salvador: CEFET-Ba, 2007.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: Parte I. **In:** MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRADE, Carolina Queiroz; MELO, Fernanda Gláucia de Moura; SCHERRE, Maria Marta Pereira. História e variação linguística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revista em quadrinhos da Turma da Mônica. **In:** *Jornal de Letras da UniCEUB*. Brasília, Ano 3 – número 1 – Agosto de 2007a. [**In:** *Anais do V Congresso Internacional da Abralín*. Minas Gerais: UFMG, 2007b.]

ANDRÉ, Hildebrando A. de. *Gramática ilustrada*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna 1999.

BORGES, Poliana Rossi. Formas imperativas em tiras de jornais paulistas. **In:** *Estudos Linguísticos XXXIV*. São Paulo. 2005, p. 738-743.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CARDOSO, Daisy Bárbara Borges. A variação no uso do modo imperativo nos textos de José J. Veiga. **In:** *II Encontro Nacional do GELCO: Intergração Linguística, Étnica e Social*. Brasília: UNB, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

CARDOSO, Daniela. A expressão do modo imperativo no dialeto gaúcho: uma regra variável. **In:** *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5. N. 9, agosto de 2007.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 43ª ed. São Paulo: Nacional, 2002.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*: 3ª ed. rev. nova apresentação. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001b.

———. *Língua e Sociedade: variação e conservação lingüística*. **In:** *Nova gramática do português contemporâneo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

———; DE NICOLA, José. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.

———. *Curso de gramática: aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2001.

FARACO & MOURA. *Gramática*. 19ª ed. [S.l.] : Ática, 2002.

———. *Língua e literatura: 2º grau, volume único*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

MATTOS, Geraldo; MEGALE, Lafayette. *Português: 2º grau*. 3ª ed. São Paulo: FTD, 1990.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 41ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2001.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. 18ª ed. reform. e atual. São Paulo: Atual, 1994.

SAMPAIO, Dilcéia Almeida. *Modo imperativo: sua manifesta-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção/expressão no português contemporâneo. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado, 2001.

SANTOS, Lanuza Lima. O uso do modo imperativo no português rural do Estado da Bahia. **In:** *X Semana de Mobilização Científica*. Salvador: UCSAL, 2007. [Comunicação apresentada no VII Seminário de Pesquisa e Pós-graduação e XXVI Seminário Estudantil de Pesquisa. Salvador: UFBA, 2007b.]

———. *O uso do modo imperativo no português afro-rural*. Comunicação apresentada no VI Seminário de Pesquisa e Pós-graduação e XXV Seminário Estudantil de Pesquisa. Salvador: UFBA, 2006. [O uso do modo imperativo no português afro-rural. **In:** *59ª Reunião Anual da SBPC*. Belem: UFPA, 2007a.]

SCHERRE, Maria Marta Pereira. A norma do imperativo e o imperativo da norma – Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. **In:** BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 217-230 e 242-251.

———. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **In:** *Revista Alfa*, São Paulo, 51(1): 189-222. 2007.

———. Norma e uso – O imperativo no português brasileiro. **In:** DIETRICH, Wolf & NOLL, Volker. (orgs.). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. (Linguística luso-brasileira, Iberoamericana -Vervuert. 2004. p.231-260).

———. Norma e uso na expressão do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. **In:** SILVA, Denize Elena Garcia da; LARA, Gláucia Muniz Proença & MAGAZZO, Maria Adélia (orgs.). *Estudos de linguagem- Inter-relações e perspectivas*. Campo Grande: UFMS, 2003. p. 177- 191.

———. *O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos*. A sair em livro organizado por Sebastião Josué Votre e Cláudia Roncarati. Livro em homenagem a Anthony Julius Naro, 2005.

———. CARDOSO, Daisy Bárbara Borges; LUNGUINHO, Marcus Vinicius da Silva. O imperativo gramatical no português brasileiro: uma discussão translinguística. **In:** *Anais do IV Congresso Interna-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos

cional da Abralín. Brasília: UNB, 2005. p. 503-9.

——— et alli. Phonic paralelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. **In:** PARADIS, C. et alli. (eds.). *Papers in Sociolinguistic*. N.WAVE – 26 à l' Université Laval (Québec): Nota Bene, 1998, p. 63-72.

——— et alli. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. **In:** *II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico*. Florianópolis, Taciro – Produção de Cds Multimídia, 2000. pp. 1333-1347.

SMANIOTTO, Giselle Cristina. *A expressão variável do imperativo nas histórias em quadrinhos: uma análise em tempo real*. 2005, 112. f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade de Londrina, Londrina.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2002. (Princípios).

UMA NOVA EDIÇÃO DE *DOM CASMURRO*

Adelto Gonçalves (ABRAFIL)
marilizadelto@uol.com.br

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Apresentação de Paulo Franchetti, notas e comentários de Leila Guenther e ilustrações de Hélio Cabral. Cotia-SP: Ateliê, 2008.

I

Não há estatísticas, mas é possível que **Dom Casmurro**, de Machado de Assis (1839-1908), seja disparado o romance brasileiro mais analisado e discutido pelos críticos. O que surpreende é que haja quem ainda consiga tirar conclusões insólitas e abordar ângulos inusitados de uma obra já canonizada pela crítica, facilitando assim a sua compreensão por novos e antigos leitores. É o caso do extenso ensaio, de 70 páginas, que o crítico Paulo Franchetti, professor titular de Teoria Literária da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor-presidente da editora da mesma instituição, escreveu, à guisa de apresentação/prefácio, para a edição de **Dom Casmurro**, que a Ateliê Editorial, de Cotia-SP, acaba de colocar nas livrarias.

De maneira modesta, o crítico optou por selecionar, ordenar e apresentar de modo muito sucinto o principal da vasta fortuna crítica da obra, o que contribui para que o leitor tenha uma visão imparcial de como o romance foi recepcionado ao longo de mais de um século de circulação. Mas o que conta mesmo são as conclusões que Franchetti tira de sua atenta leitura de **Dom Casmurro**.

Como se sabe, lido retrospectivamente, o livro é constituído por memórias de Bento Santiago, um senhor de idade um tanto avançada para os padrões do final do século XIX, que se confessa ter sido vítima de adultério praticado por sua esposa, Capitu. Depois de um contínuo vai-vém entre o passado e o presente de sua vida, Bento Santiago apresenta, ao final de seu livro, em que atua como “autor fictício” ou “autor suposto”, uma questão crucial que já deu panos para manga, mas que, até hoje, mostra-se insolúvel. Até porque Capitu não se trata de alguém que tenha existido, mas uma personagem de ficção, que existe exatamente na medida em que o seu criador a imaginou. Procurar ir além dessas fronteiras fictícias seria avançar num terreno perigoso que alguns críticos já trilharam, mas sem êxito porque sem saída.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Portanto, a resposta desta questão é o que move o narrador até as últimas linhas de seu livro (ou calvário): “saber se a Capitu da praia da Glória já estava dentro da de Matacavalos, ou se esta foi mudada naquela por efeito de algum caso incidente”. Observa Franchetti que, para o narrador, a resposta a essa questão é indiferente, pois o que contaria é que houve a traição. O certo, porém, é que, como observa, a exposição retrospectiva acaba por favorecer a primeira hipótese: a Capitu traidora já estava prefigurada na Capitu infantil dissimulada.

Até aqui, não se avança de onde os críticos chegaram. O que o apresentador da obra lembra – e aqui faz um avanço em relação aos seus predecessores -- é que a questão também se aplica ao narrador, ou seja, saber se Dom Casmurro, como Bento Santiago passou a ser conhecido na idade madura em razão de seu comportamento recluso, já estava dentro de Bentinho ou se este foi mudado naquele por conta de alguma causa incidental.

Para tanto, o crítico recorre à larga fortuna crítica da obra com o objetivo de apresentar “a evolução das duas personagens ao longo do eixo temporal da narrativa”. Depois de mostrar que a reação da crítica foi bastante discreta à época do lançamento do romance (1899-1900), que nada prenunciava a grande atenção que a obra iria receber no Brasil e no exterior, Franchetti observa que a história da leitura de **Dom Casmurro** se divide em duas fases distintas: a primeira vai do lançamento da obra até 1960; e a segunda vem dessa data até os dias de hoje.

II

Foi em 1960 que a crítica norte-americana Helen Caldwell publicou nos Estados Unidos o trabalho **O Otelo Brasileiro de Machado de Assis** (São Paulo, Ateliê, 2002) em que faz o desmonte do que ela entendeu como a narrativa acusatória de Bento Santiago, argumentando que não era possível dar crédito à versão de um homem transtornado por ciúme doentio. Helen Caldwell trouxe uma visão nova, mas baseada em argumentos frágeis e de difícil comprovação, que, mais tarde, de certo modo, seria corroborada por John Gledson, crítico inglês que se especializou na obra machadiana.

Ambos partiriam do pressuposto de que existiria “um *verdadeiro* enredo do romance, oposto ao que Bento imagina”, ou seja, que o autor, Machado de Assis, teria deixado na obra indícios que comprometeriam a narrativa de sua personagem, Bento Santiago, quem, efetivamente, seria o responsável pela apresentação dos fatos. Em outras palavras: a *verda-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

deira história não seria aquela que se lê, mas outra que existiria por trás de um casamento fracassado. Claro: em todo relacionamento amoroso, há versões diferentes para diversos acontecimentos.

Contra isso, porém, Franchetti se levanta, deixando claro que entende que ambos os críticos leram além do que Bento Santiago, ou o seu criador, deixou escrito. Mas reconhece que, a partir da leitura de Helen Caldwell, o “enigma Capitu” dá lugar a uma charada mais ampla, o “enigma Brasil”, sobre o qual se debruçaram críticos como Silviano Santiago, Roberto Schwarz, Alfredo Bosi, Abel Barros Baptista e outros. No primeiro texto de **Duas Meninas** (São Paulo, Companhia das Letras, 1997), Schwarz, inclusive, diz que foi Helen Caldwell quem tornou “claro o artifício construtivo da obra”, que seria o de dar o papel de narrador ao ciumento, lembrando que, com isso, “a charada literária que Machado armara estava decifrada”, como observa Franchetti em nota de rodapé.

III

Essa “charada Brasil” compreende a concentração da leitura no *status* social dos protagonistas, como sugerido por Schwarz, mostrando o romance como um “modelo reduzido da sociedade brasileira”. Nesse sentido, diz Franchetti, seguindo o raciocínio de Schwarz, a desgraça de Capitu fica decidida no momento em que Bento deixa de ser filho e passa a ser proprietário, ou seja, quando, para assumir inteiramente o seu papel de classe, precisa ser a única fonte de autoridade e poder.

Tantos anos depois, ainda é assim que se comportam remanescentes da classe senhorial no Brasil. Há quase 30 anos, na redação de um grande jornal do País, o suposto herdeiro de uma família considerada erroneamente quatrocentona a primeira “grande” atitude que tomou para afirmar o seu poder na “senzala” da redação foi demitir sem qualquer motivo aparente os redatores que o cercavam e, de certo modo, haviam contribuído para a sua iniciação jornalística. Imaginava, assim, que, com aquela atitude de força, deixava de ser filho para passar a proprietário, assumindo inteiramente o seu papel de classe, como única fonte de autoridade e de vontade. Tal como Bento Santiago, por outros motivos.

Para Schwarz, o destino de Capitu – enviada por Bento Santiago para um exílio dourado na Suíça com aquele que seria o fruto de sua traição – seria a representação da impossibilidade de uma vitória das Luzes na sociedade tradicional brasileira, impasse que, de tempos em tempos, repete-se na História do Brasil: ou com o esmagamento brutal das reivindicações das classes subalternas, como por ocasião do golpe mili-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tar de 1964 ou do contragolpe de 1968, ou com a domesticação e o aliciamento de supostos líderes dessas mesmas classes subalternas, como se dá no atual momento histórico do País.

Por fim, em seu ensaio, Franchetti jorra novas luzes sobre uma hipótese que já não é nova, a de que Bento Santiago seria um forte candidato ao hospício do Dr. Simão Bacamarte, tal como propôs Eugênio Gomes em **O Enigma de Capitu** (Rio de Janeiro, José Olympio, 1967). Afinal, a idéia de destruir a casa de sua infância, na Rua de Matacavalos, para reconstruí-la no Engenho Novo só poderia partir de um cérebro ensandecido, que imaginasse que talvez assim fosse possível reconstruir também o paraíso perdido dos seus verdes anos. Por isso, o crítico deixa uma pergunta que se impõe por si só: “como manter incólume o registro de leitura alegórica, decidindo sempre por suposta intenção de Machado e por uma malévola intenção de Bento, sem levar em consideração, como peça presente no jogo, a possibilidade da loucura deste último?”

IV

Além do estudo introdutório de Franchetti, a edição de **Dom Casmurro** da Ateliê Editorial traz um providencial trabalho de estabelecimento do texto do romance a partir de duas edições em vida de Machado de Assis que, embora fazendo a atualização ortográfica, respeitou casos em que o autor optou entre duas formas correntes no seu tempo, bem como eliminou lapsos e erros evidentes de composição tipográfica. Sem contar que o romance está permeado por 181 notas redigidas por Leila Guenther e agrupadas ao final que procuram esclarecer não só expressões em desuso como referências eruditas ou temporais, que muito facilitam a percepção do leitor contemporâneo.

Franchetti tem vasta produção, que inclui, entre outros livros, **Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa** (ensaios) e **Oeste** (haicais), ambos publicados recentemente pela Ateliê Editorial, além de estudos sobre os romances **O Primo Basílio** e **A Cidade e as Serras**, de Eça de Queirós, e **Iracema**, de José Alencar, todos da coleção Clássicos Ateliê, os dois últimos com notas de Leila Guenther que, por sua vez, é ficcionista e estudiosa de Literatura, tendo escrito **O Vôo Noturno das Galinhas** (Ateliê Editorial).